

ESTUDOS & PESQUISAS

INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SÓCIOECONÔMICA

39

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS

UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA

DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

2018

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Esteves Pedro Colnago Junior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Claudio Dutra Crespo

Diretoria de Geociências
João Bosco de Azevedo

Diretoria de Informática
José Sant'Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais
Barbara Cobo Soares

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 39

Síntese de Indicadores Sociais

Uma análise das condições de vida
da população brasileira
2018



Rio de Janeiro
2018

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 Estudos e pesquisas

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional. A série **Estudos e Pesquisas** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4479-3 (meio impresso)

© IBGE. 2018

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE

Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2018.
151 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 39)

Inclui bibliografia e glossário.
ISBN 978-85-240-4479-3

1. Indicadores sociais. 2. Levantamentos domiciliares. 3. Condições sociais. 4. Estatística. 5. Condições econômicas. 6. População. 7. Qualidade de vida. 8. Custo de vida. 9. Brasil. I. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. II. Série.

CDU 311.141:308(81)
SOC

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação

Introdução

Estrutura econômica e mercado de trabalho

Estrutura econômica

Estrutura do mercado de trabalho brasileiro por grupos populacionais específicos

Trabalho informal

Padrão de vida e distribuição de renda

Distribuição de renda

Pobreza monetária

Condições de moradia

Restrições de acesso em múltiplas dimensões

Educação

Educação infantil

Ensino superior

Referências

Anexos

1 Notas sobre a PNAD Contínua

2 Grupamentos e divisões de atividade

3 Nota técnica sobre estatísticas de rendimento por décimos e outros percentuais da população na PNAD Contínua

4 Nota técnica sobre deflacionamento das variáveis de rendimento na Síntese de Indicadores Sociais 2018

5 Nota técnica sobre tratamento para *outlier* na base PNAD Contínua 2016 de primeiras entrevistas para cálculo dos indicadores da Síntese de Indicadores Sociais 2018

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Os indicadores apresentados neste volume da publicação *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* sistematizam um conjunto de informações sobre a realidade social do País, a partir de temas estruturais de grande relevância para a construção de um quadro abrangente sobre as condições de vida da população brasileira.

Nesta edição da publicação, realizou-se um esforço de organização temática com vistas a aprofundar a análise das condições de vida da população brasileira a partir de três recortes relevantes – mercado de trabalho, padrão de vida e distribuição de renda, e educação. As desigualdades de gênero, cor ou raça e grupos de idade foram abordadas de forma transversal em todos os capítulos, assim como a comparação temporal de alguns indicadores, de forma a revelar aspectos importantes dos temas aqui abarcados e sua evolução no tempo.

A principal fonte de informação para a construção dos indicadores foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua de 2012 a 2017. Com cobertura que abrange todo o território nacional, a pesquisa permite a apreensão das desigualdades sociais em distintos recortes territoriais tais como: Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios das capitais. Além da PNAD Contínua, utilizou-se informações do Sistema de Contas Nacionais - SCN, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Também foi utilizada como fonte os registros obtidos junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP do Ministério da Educação.

As informações e tabelas aqui mencionadas estão disponíveis no portal do IBGE na Internet, onde também podem ser encontrados a versão digital da publicação em formato PDF e o plano tabular completo da Síntese de Indicadores Sociais - SIS em formato Excel.

Claudio Dutra Crespo
Diretor de Pesquisas

Introdução

A gênese dos estudos sobre indicadores sociais remete à década de 1960, com a publicação do livro *Social Indicators* (BAUER, 1966) que foi uma resposta ao momento político específico pelo qual passava os Estados Unidos, marcado, principalmente, pelo crescimento das reivindicações por direitos civis e oposição à participação americana na Guerra do Vietnã. Em um contexto de ampliação do dinamismo econômico, queda do desemprego e introdução de políticas de proteção social – como as políticas de combate à pobreza – o aumento das tensões sociais desafiava o governo e analistas que tinham nos indicadores econômicos as principais ferramentas para o monitoramento da dinâmica social do País.

As respostas insuficientes dadas por estes indicadores tornaram evidente a necessidade de incorporar a produção de indicadores sociais na pauta das políticas públicas nacionais, dando início ao chamado “movimento de indicadores sociais” que, dos Estados Unidos, se espalhou por outros países – como França, Japão, Alemanha e Inglaterra. A partir da produção de relatórios, onde temas essenciais ao monitoramento das condições de vida das populações passaram a ser investigados, os indicadores sociais ganharam centralidade no diagnóstico e implementação de políticas públicas dos países (SIMÕES; ALKMIM, 2017).

O pioneirismo do IBGE na produção de indicadores sociais remete à criação, em 1973, do Grupo Projeto de Indicadores Sociais - GPIS, iniciativa alinhada ao movimento dos indicadores sociais e que teve como objetivo organizar e sistematizar a produção de estatísticas sociais do Brasil dentro de um quadro temático e analítico referenciado

teoricamente. Partindo da conceituação que confere dimensão sistêmica ao campo social, a proposta desenvolvida pelo referido grupo se opunha à organização puramente temática dos indicadores sociais, sem que fossem levadas em consideração as articulações existentes entre seus “múltiplos aspectos e relações”, bem como da necessidade do seu enquadramento em uma perspectiva histórica. Propunha, por outro lado, que a organização dos indicadores sociais seguisse esquemas conceituais pré-definidos, garantindo, com isso, maior eficácia explicativa (INDICADORES..., 1979).

A SIS é uma importante fonte de informações para a análise das condições de vida da população brasileira e reflete, em sua estrutura temática e abordagem conceitual, a trajetória dos mais de 40 anos do IBGE na produção e análise dos indicadores sociais. Tendo sua primeira versão lançada em 1999 e, desde então, com periodicidade anual – com exceção dos anos censitários – a publicação manteve, ao longo desses anos, sua estrutura baseada na análise temática de indicadores, organizada a partir da perspectiva das desigualdades sociais. Procurou-se retratar, ao longo dessa série de publicações, o nível de bem-estar das pessoas, famílias e grupos sociais.

À semelhança de 2017, a presente edição restringiu o número capítulos, mas procurou, por outro lado, dar maior profundidade à análise, a partir de temas que fornecem importante retrato da estrutura social brasileira: mercado de trabalho; padrão de vida e distribuição de renda; e educação. Com capítulos mais amplos, objetivou-se, com isso, explorar uma gama maior de indicadores com resultados para diferentes desagregações territoriais – chegando, em alguns casos, ao nível dos municípios das capitais – além de fornecer informações desagregadas por grupos populacionais específicos.

O primeiro capítulo tem como objetivo relacionar a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro com o comportamento da economia entre 2012 e 2017. Procurou-se ressaltar suas desigualdades estruturais, evidenciadas nas características da inserção dos trabalhadores nas relações de trabalho que ainda mantêm no desemprego e/ou na informalidade grupos populacionais considerados mais vulneráveis como pretos ou pardos, mulheres e jovens. Aspectos relacionados à informalidade e a subutilização da força de trabalho foram ressaltados como forma de qualificar ainda mais as características estruturais do mercado de trabalho brasileiro.

No segundo capítulo é feita uma análise das desigualdades a partir de indicadores de distribuição do rendimento, acesso a bens e serviços (condições de moradia), pobreza monetária e restrições de acesso em múltiplas dimensões. Denominado padrão de vida e distribuição de renda o referido capítulo apresenta, para 2016 e 2017, importantes indicadores para medir a desigualdade de renda, tais como: índice de Gini, índice de Palma, hiato de pobreza, dentre outros; além de apresentar o resultado comparando diferentes metodologias para o cálculo da pobreza. Implementa, da mesma forma, análise das condições de vida da população brasileira a partir de indicadores que informam sobre as características de acesso a à moradia e bens e serviços.

A temática da educação é objeto do terceiro capítulo onde se propõe fazer uma análise de dois segmentos educacionais distintos: educação infantil e ensino superior. A seção sobre educação infantil analisa a frequência escolar das crianças de 0 a 5 anos

de idade, as desigualdades no acesso à escola ou creche, características das redes de ensino e a oferta de escolas e vagas. A seção sobre ensino superior destaca o perfil da população com ensino superior completo, políticas de expansão e desigualdades evidenciadas pela análise da taxa de ingresso ao ensino superior e dos motivos de não estudo dos jovens.

Cabe ressaltar que, embora não esteja restrita a apenas uma fonte de informações, a SIS tinha na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios - PNAD um importante insumo para a produção dos indicadores analisados. A substituição desta última pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua produziu mudanças na forma de obtenção das informações para os temas, até então referidas a um período único no ano. Assim, enquanto algumas informações passaram a ser captadas em todos os trimestres – caso do bloco de trabalho – outras se restringiram a trimestres específicos – bloco adicional de educação – ou a entrevistas ao longo do ano – habitação e rendimentos de outras fontes. Como forma de harmonizar ao máximo as informações dos capítulos, trabalhou-se com informações anuais consolidadas a partir das primeiras entrevistas dos trimestres, para os capítulos de mercado de trabalho; e padrão de vida e distribuição de renda.

Para garantir maior precisão na interpretação dos resultados também foram calculados os coeficientes de variação (CVs) para todos os indicadores selecionados. Indicadores calculados a partir de pesquisas amostrais – como é o caso das PNADs – consistem em uma estimativa do valor real deste indicador para a população de interesse. Para tais estimativas, é possível obter medidas que expressam o quão precisas são. O coeficiente de variação pode ser definido como a razão entre o erro-padrão e a estimativa. De forma geral, quanto mais próximo de zero o coeficiente de variação, maior precisão tem a estimativa. É geralmente apresentado em valores percentuais.

Devido ao número significativo de tabelas, optou-se por disponibilizá-las apenas na Internet. As mesmas são mencionadas no texto sempre que for necessário.

Estrutura econômica e mercado de trabalho

O presente capítulo tem como objetivo apresentar aspectos da estrutura social brasileira a partir de resultados relacionados à sua evolução econômica, destacando a atividade produtiva e seus reflexos sobre o mercado de trabalho. Assim, o cenário desenvolvido neste capítulo conta também com a apresentação de indicadores construídos sob a ótica da renda gerada na economia, ou do Produto Interno Bruto - PIB.

Pretende-se, então, analisar a estrutura social brasileira a partir de suas atividades econômicas e da inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, tendo como eixo a reprodução das desigualdades sociais em dimensões específicas, como nível de renda, escolaridade, desigualdades de sexo e cor ou raça. O mercado de trabalho brasileiro é resultado de seu processo histórico, com a marca da informalização e da precariedade, das baixas remunerações e de desigualdades de todo o tipo: entre ocupações e atividades, gênero, cor ou raça e regiões. Determinados grupos populacionais têm inserção mais precária do que outros, o que os torna mais vulneráveis aos ciclos econômicos, implicando em perdas relativas de seus níveis de condições de vida.

Olhar o Brasil a partir da sua conformação econômica e do seu mercado de trabalho propicia um retrato das desigualdades estruturais da sociedade nos seus mais distintos aspectos, fruto de seu processo de formação histórica e social. Combinar a perspectiva dos indicadores sociais com a ótica da produção, do mercado de trabalho e das condições de vida dos trabalhadores é um diagnóstico pertinente. A fim de alcançar este objetivo, o presente capítulo foi dividido em três seções, interligadas, porém com focos bem definidos.

Na primeira seção, é apresentada a avaliação da repartição da renda gerada no processo produtivo, a dinâmica do consumo das famílias e o recorte da produção pelas atividades econômicas no período de vigência da série atual do SCN, de 2000 a 2017. Ainda na primeira seção, é apresentado um panorama do mercado de trabalho brasileiro, em termos gerais, na série histórica disponível pela PNAD Contínua, de 2012 a 2017.

Na seção 2, é examinada a caracterização do mercado de trabalho levando-se em conta os grupos populacionais, nos quais se destacam os recortes por sexo e cor ou raça, por meio de seus principais indicadores. Esta análise será realizada a partir da população em idade de trabalhar (PIT), das ocupações por atividades econômicas, além do olhar sobre a desocupação e a subutilização da força de trabalho (FT).

A terceira seção, por fim, traz elementos acerca do setor informal da economia, a partir da dimensão do trabalho. Para tanto, será utilizada a classificação recorrente da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que considera como integrantes desta categoria os empregados sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência social e os trabalhadores familiares auxiliares (PERFIL..., 2009; PERFIL..., 2012). Novamente serão feitos os recortes sociodemográficos usuais – renda, escolaridade, sexo, cor ou raça.

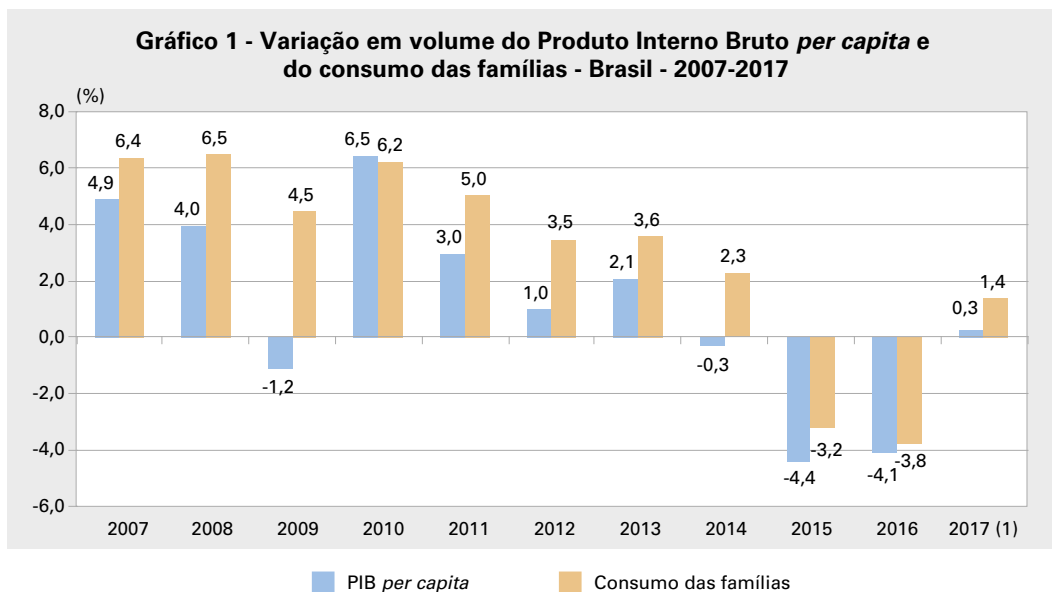
Estrutura econômica

Estrutura produtiva

O comportamento da economia brasileira foi bastante heterogêneo no período temporal focalizado nesta síntese de indicadores sociais. Nos últimos seis anos, o País alternou momentos de crescimento e aquecimento do mercado de trabalho, com períodos de instabilidade que trouxeram impactos significativos para o conjunto da sociedade. Os indicadores econômicos apresentaram expansão, desaceleração e estagnação até 2014, decréscimo no biênio 2015-16 e pequena recuperação em 2017.

O Gráfico 1 apresenta os resultados anuais, desde 2007, de dois indicadores relevantes para fins de análises da economia nacional, oriundos do SCN do IBGE. São eles a taxa de variação do PIB *per capita*, que indica a renda gerada por habitante; e a taxa de variação do consumo das famílias, principal componente da ótica da despesa. Percebe-se, em geral, a ocorrência de resultados positivos tanto do PIB quanto do consumo das famílias até 2014 e quedas de ambos em 2015 e 2016. O PIB *per capita* e o consumo das famílias atingem, no triênio final do período, taxas acumuladas de decréscimo de 8,1% e 5,6%, mesmo considerando a tênue recuperação dos indicadores observada em 2017. Assim, durante os últimos três anos da série, tais resultados trouxeram impactos negativos para o mercado de trabalho brasileiro, como o aumento da desocupação, da subutilização da força de trabalho e da informalidade – tema explorado detalhadamente nas seções seguintes.

A menor geração de renda implicou na menor produção de bens e serviços, o que tornou mais difícil a colocação dos trabalhadores no mercado, obrigando-os a buscarem ocupações informais, ou a se tornarem desocupados, ou ainda a se retirarem da força de trabalho. Tal fenômeno ampliou não só as taxas de desocupação e a proporção de trabalhadores informais no total, mas também impactou negativamente os rendimentos dos trabalhadores, assalariados ou autônomos, assunto também desenvolvido na seção seguinte.



Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais 2007-2017.

(1) Resultados preliminares do Sistema de Contas Trimestral. Inclui o consumo das instituições sem fins lucrativos à serviço das famílias.

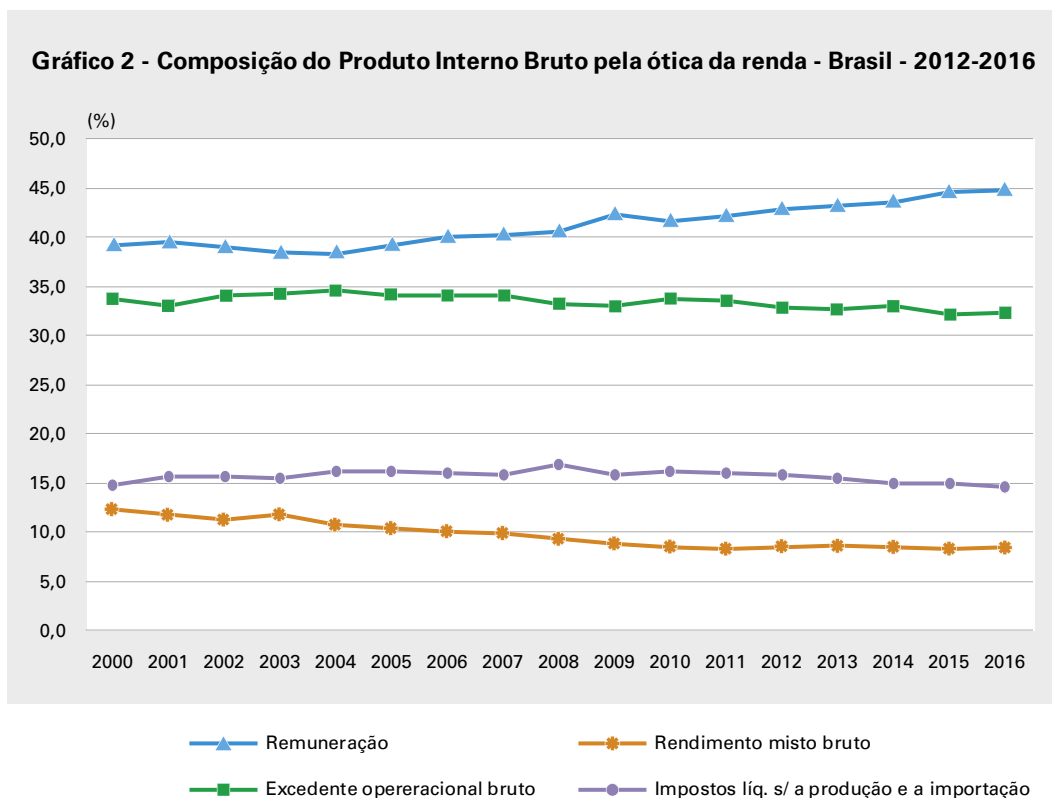
Os resultados do SCN permitem também avaliar a distribuição funcional da renda, que compreende a repartição da renda gerada na produção de bens e serviços, de acordo com a função desempenhada pelos agentes em tal processo. Assim, são definidas as participações relativas sobre o PIB dos rendimentos do trabalho, do capital e do governo, ou seja, a parcela de remuneração dos trabalhadores, de rendimento misto dos trabalhadores autônomos, do excedente operacional das unidades produtivas formalmente constituídas e dos impostos sobre a produção arrecadados pelo governo em suas três esferas – federal, estadual e municipal.¹

A análise da distribuição funcional é importante para economias que estruturalmente apresentam renda desigual, como é o caso da economia brasileira. Internacionalmente, tal temática está no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, que fazem parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, promovida pela Organização das Nações Unidas - ONU para o acompanhamento de indicadores sociais, econômicos e ambientais de seus 193 países membros. O indicador “Participação das remunerações do trabalho no PIB” está considerado no Objetivo 10: “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”².

¹ A ótica da renda identifica assim a parcela do PIB destinada ao trabalho assalariado (remuneração); aos ganhos potenciais de capital (Excedente Operacional Bruto - EOB); à renda mista trabalho-capital que cabe ao trabalho autônomo (Rendimento Misto Bruto - RMB); e os impostos recolhidos pelos governos na etapa produtiva (Impostos Líquidos de Subsídios sobre a Produção e Importação - ILPI). Conceitualmente, as remunerações incluem os salários brutos e as contribuições sociais pagas pelos empregadores; o EOB agrega o rendimento das empresas financeiras e não financeiras, dos proprietários de imóveis e de outros bens alugados e dos detentores de títulos financeiros públicos ou privados.

² A participação das remunerações, bem como as análises sobre a distribuição funcional da renda não são capazes de mensurar a desigualdade entre famílias, domicílios ou indivíduos, sendo que para este tipo de comparações utiliza-se a distribuição pessoal da renda – tema tratado no capítulo **Padrão de vida e distribuição de renda** desta Síntese.

Os resultados da economia brasileira em um período estendido até o ano 2000 revelam que, até 2004, a participação das remunerações no PIB se reduziu, penalizando os trabalhadores nesta distribuição (Gráfico 2). A partir de 2005, entretanto, houve tendência de alta e, mesmo com oscilações, manteve-se em crescimento até 2015. Em 2016, último ano disponível pela série do Sistema de Contas Nacionais do IBGE³, a participação das remunerações estabilizou-se em 44,7%.

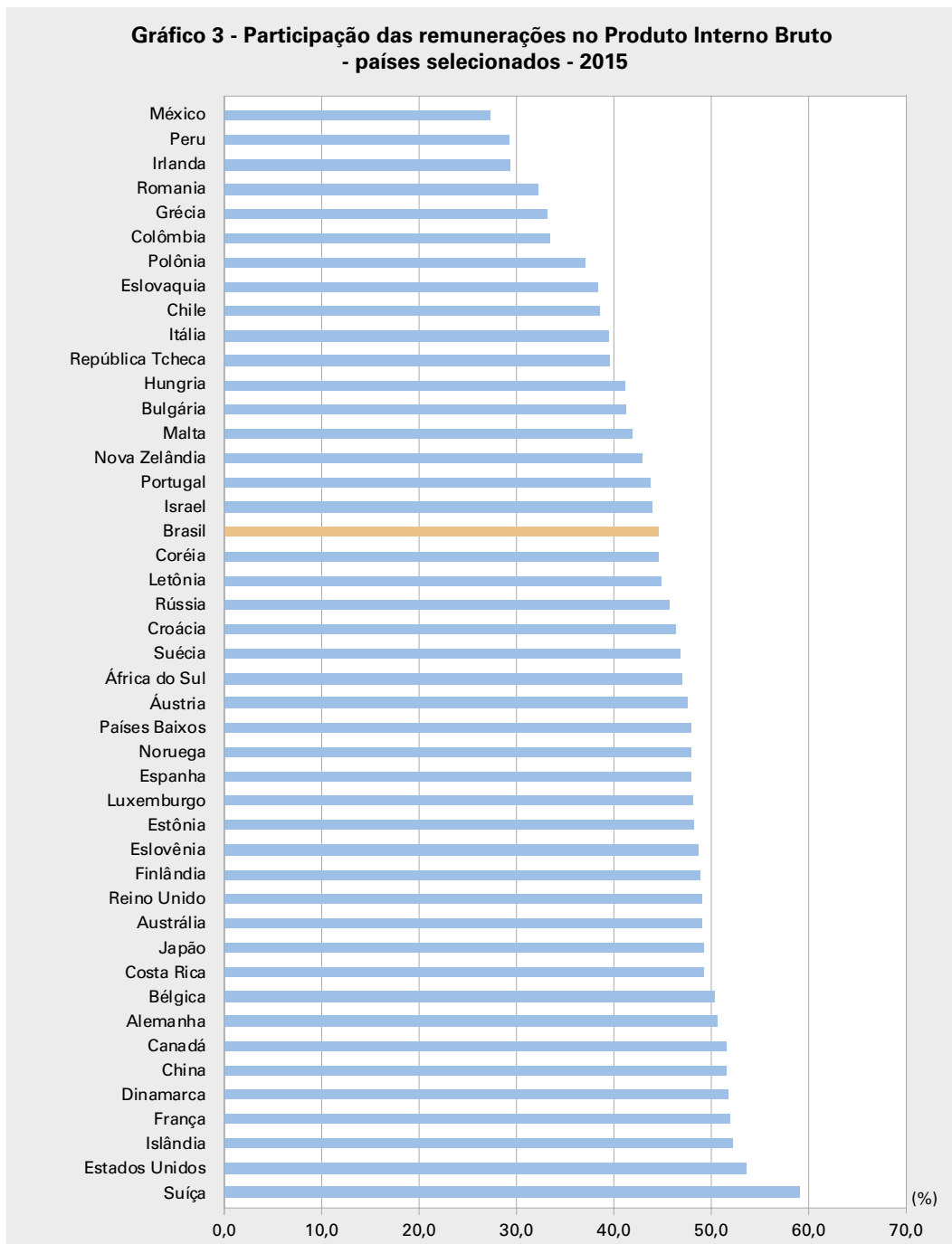


A trajetória favorável aos trabalhadores entre os anos 2004 e 2015, traduzida em maior participação das remunerações, pode ser atribuída a fatores externos e internos (SÍNTESE..., 2013). Em um primeiro momento prevaleceu o crescimento da economia mundial e o aumento das exportações brasileiras, o que beneficiou as atividades econômicas de países emergentes, como o Brasil. Após a crise internacional de 2008 e a retração dos mercados internacionais, foram os aumentos reais do salário mínimo, a expansão de programas sociais e a elevação do crédito e dos investimentos públicos que estimularam a demanda doméstica e favoreceram o aquecimento da economia e da criação de vagas no mercado de trabalho, majoritariamente formais. Embora beneficiando o trabalhador com a maior oferta de vagas e aumentos salariais, o aquecimento do mercado interno foi também positivo para empresas e governos, pois as vendas de bens e serviços cresceram, aumentando também, em termos absolutos, o excedente operacional e a arrecadação tributária.⁴

³ Devido às questões metodológicas os dados oficiais da desagregação do PIB pela ótica da renda possuem dois anos de defasagem (SISTEMA..., 2018).

⁴ Para informações mais detalhadas, consultar as Tabelas 5 e 18 da publicação *Sistema de Contas Nacionais: Brasil 2016* (SISTEMA..., 2018).

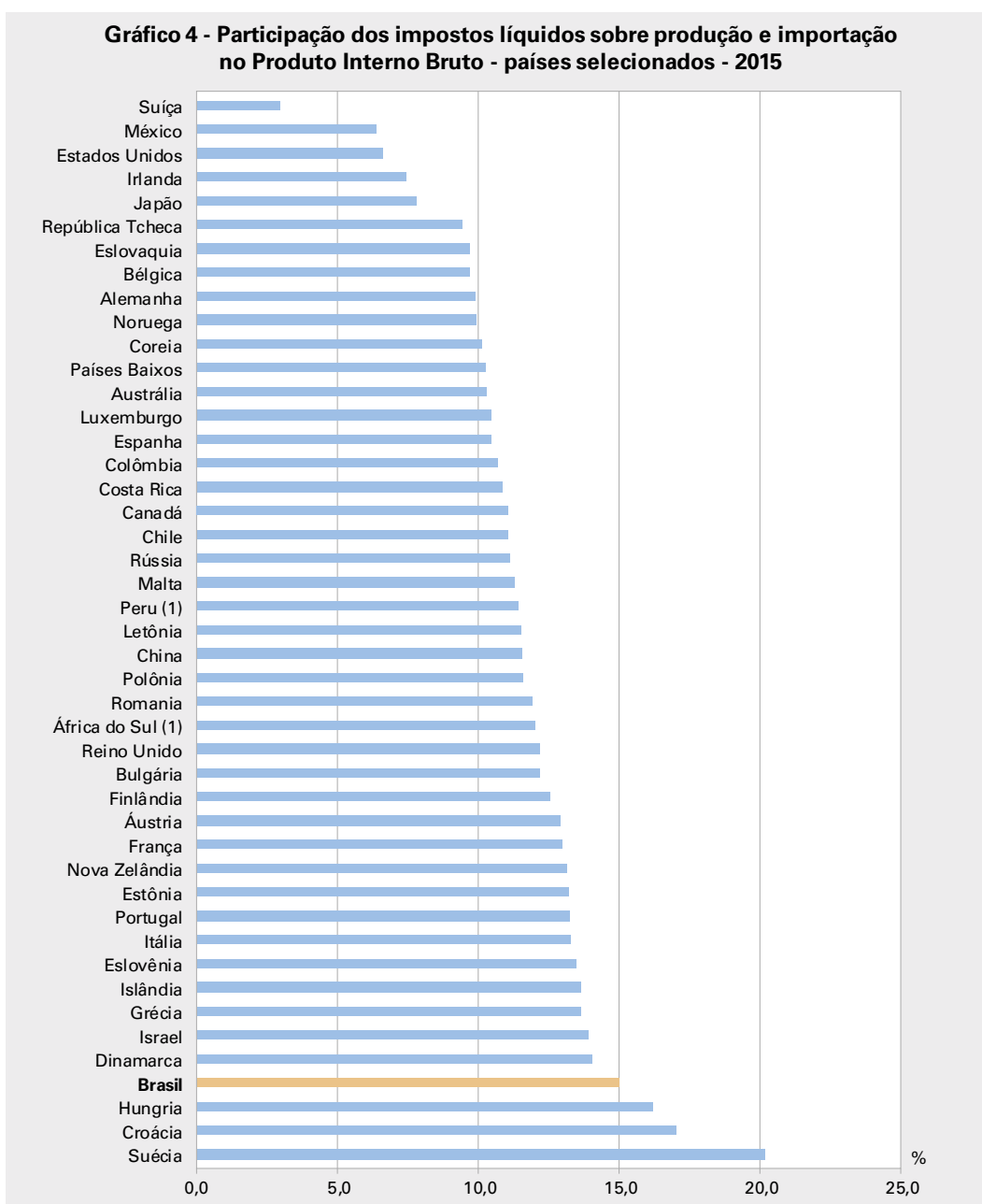
No contexto internacional, entre 45 países da base de dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, o Brasil avançou da 38ª para a 28ª posição na participação salarial, de 2004 a 2015, situando-se ainda em posição intermediária, apesar da melhora verificada até 2015 (Gráfico 3).



Fontes: 1. IBGE, Sistema de Contas Nacionais 2015. 2. Organization for Economic Co-operation and Development. OECD.StatExtracts. Paris, [2018]. Disponível em: <<https://stats.oecd.org/>>. Acesso em: nov. 2018.

O Brasil tem a característica de apresentar alta parcela de impostos sobre produção e importação no PIB em comparação com os demais países da OCDE, o que impacta a desigualdade dado que os impostos desta natureza são os mais re-

gressivos.⁵ Tais impostos incidem diretamente sobre os preços dos produtos e são cobrados igualmente, em valores absolutos, de todos os consumidores, onerando assim proporcionalmente mais os que recebem menor renda. Na comparação internacional com os mesmos países citados no Gráfico 3, considerando a participação de impostos sobre a produção no PIB, o Brasil situa-se na quarta posição dentre os 45 observados (Gráfico 4).



Fontes: 1. IBGE, Sistema de Contas Nacionais 2015. 2. Organization for Economic Co-operation and Development. OECD.StatExtracts. Paris, [2018]. Disponível em: <<https://stats.oecd.org/>>. Acesso em: nov. 2018.
(1) Dados de 2014.

⁵ Dos quais se destacam o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, os Programas de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Para informações mais detalhadas, consultar a Tabela 18 da publicação *Sistema de Contas Nacionais: Brasil 2016* (SISTEMA..., 2018).

Assim, a análise da distribuição funcional da renda suscita o debate sobre a estrutura tributária brasileira e em que medida esta estrutura contribui para limitar a redução da desigualdade de renda no País. Além dos impostos sobre a produção e a importação, recolhidos durante a atividade produtiva, os recursos para as despesas do setor público são financiados por meio de outros tipos de impostos e contribuições sobre renda, propriedade e capital. Ao incidir sobre a renda e o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas, estes impostos se tornam mais progressivos do que os impostos sobre a produção, tributando relativamente mais quem possui maior riqueza ou renda. Entretanto, a definição dos valores e da quantidade de alíquotas para cada tributo é que vai determinar o grau de progressividade, tornando o sistema mais ou menos eficiente para o objetivo redistributivo.

Ainda em relação a estrutura da economia, outra forma de desagregação da renda gerada na economia é sua segmentação segundo a ótica da produção por atividade econômica, também possível utilizando-se o SCN. A economia brasileira, assim como outras economias modernas possui a maior parcela da renda gerada nas atividades do grupo Serviços, seguido por Indústria e, em menor escala, pela Agropecuária (Tabela 1).

Tabela 1 - Participação relativa das atividades econômicas no valor adicionado bruto corrente - 2012-2017

Atividades	Participação relativa (%)						Diferença	
							(em p.p.)	(var. %)
	2012	2013	2014	2015	2016	2017(1)	2017/12	2017/12
Total	100	100	100	100	100	100		
Agropecuária	4,9	5,3	5,0	5,0	5,7	5,4	0,5	9,9
Indústria	26,0	24,9	23,8	22,5	21,2	21,3	(-) 4,7	(-) 18,1
Indústrias extrativas	4,5	4,2	3,7	2,1	1,0	1,7	(-) 2,9	(-) 63,2
Indústria de transformação	12,6	12,3	12,0	12,2	12,5	12,2	(-) 0,3	(-) 2,5
Eletricidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos	2,4	2,0	1,9	2,4	2,7	2,6	0,2	7,5
Construção	6,5	6,4	6,2	5,7	5,1	4,8	(-) 1,7	(-) 26,3
Serviços	69,1	69,9	71,2	72,5	73,1	73,3	4,2	6,1
Comércio	13,4	13,5	13,6	13,3	12,9	12,7	(-) 0,7	(-) 5,3
Transporte, armazenagem e correio	4,5	4,5	4,6	4,4	4,4	4,4	0,0	(-) 0,6
Informação e comunicação	3,6	3,5	3,4	3,4	3,3	3,3	(-) 0,4	(-) 10,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	6,4	6,0	6,4	7,1	7,9	7,5	1,2	18,6
Atividades imobiliárias	8,8	9,2	9,3	9,7	9,7	9,8	1,0	11,6
Outras atividades de serviços	16,5	16,9	17,4	17,4	17,5	18,1	1,6	9,5
Administração, defesa, saúde e educação públicas	15,9	16,4	16,4	17,2	17,4	17,5	1,6	9,7

Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais 2012-2017.

(1) Resultados preliminares do Sistema de Contas Trimestral.

Não obstante já possuir ampla participação em 2012, os Serviços continuaram a crescer relativamente na economia brasileira e alcançaram 73,3%, em termos de geração de valor adicionado bruto, em 2017. Tal percentual representou um incremento de 4,2 pontos percentuais ao longo dos seis anos. Entre os segmentos de Serviços, o

subgrupo das atividades financeiras foi o que mais cresceu, passando de 6,4%, para 7,5% de participação entre o início e o final da série. Já a atividade de Informação e comunicação foi o subgrupo que mais perdeu participação no que tange ao grande grupamento de Serviços (Tabela 1).

A Indústria teve sua participação relativa reduzida de 26,0%, em 2012, para 21,3%, em 2017, registrando mais enfaticamente queda no segmento de Indústrias extrativas (63,2%), muito em função da queda dos preços internacionais do petróleo. Outro segmento industrial que apresentou declínio foi a Construção, que perdeu cerca de um quarto de sua participação nos seis anos apresentados. A Indústria de transformação também registrou decréscimo e finalizou o período, em 2017, com 12,2% de participação na economia brasileira. A Agropecuária, por sua vez, registrou oscilações em torno de 5,0% da renda gerada no País (Tabela 1).

Mercado de trabalho

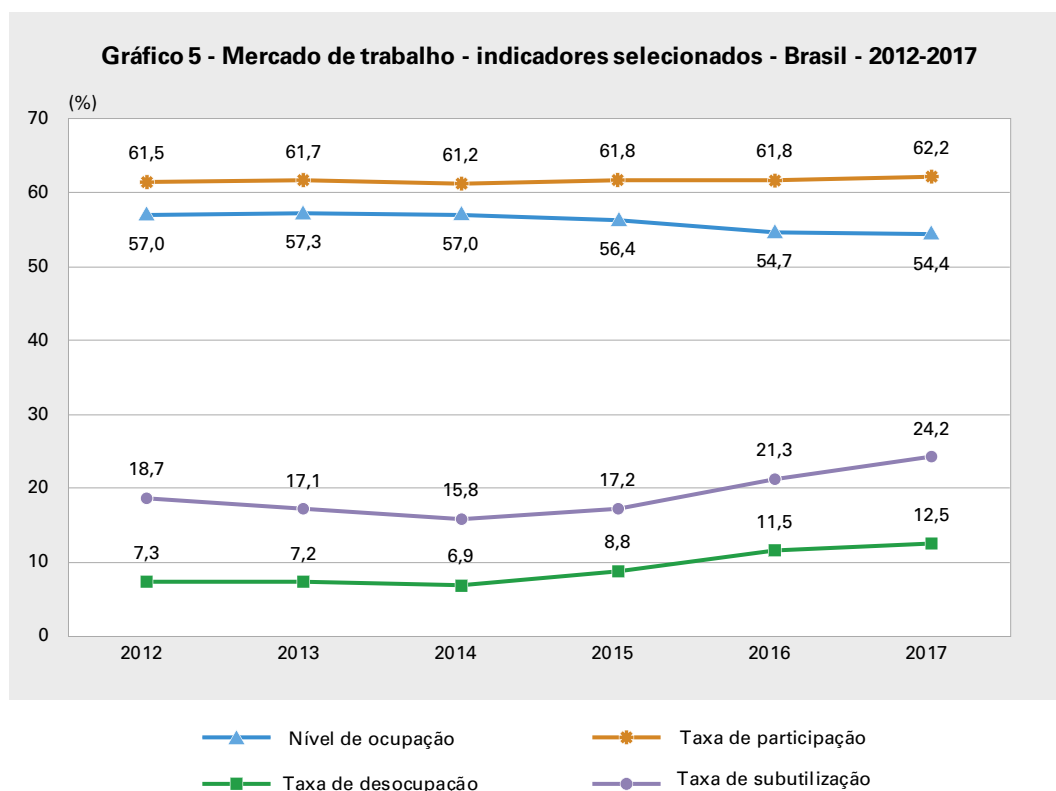
Os movimentos da economia brasileira no período analisado combinados com as características de sua estrutura produtiva trouxeram reflexos diversificados para o mercado de trabalho. Assim como a manutenção do crescimento do consumo das famílias contribuiu para explicar a permanência de seu aquecimento até 2014, a queda nos anos seguintes e sua estabilidade em 2017 explicam o comportamento de grande parte dos indicadores relacionados ao mundo do trabalho nos três últimos anos. Os resultados da PNAD Contínua, de 2012 a 2017, evidenciam que, até 2014, o mercado de trabalho brasileiro apresentou incremento da ocupação, sobretudo do emprego formal; redução da desocupação, que atingiu sua menor taxa na série; e aumento dos rendimentos do trabalho. Nos três anos seguintes, entretanto, tais resultados positivos foram parcial ou completamente revertidos.

O Gráfico 5 apresenta a série histórica da PNAD Contínua com quatro medidas fundamentais do mercado de trabalho relacionadas à participação, ocupação, desocupação e subutilização da força de trabalho⁶. Como a população na força de trabalho (PFT) e a população em idade de trabalhar (PIT) variaram de forma similar (Tabela 1.1⁷), verificou-se estabilidade em sua razão, ou seja, na taxa de participação, que oscilou em torno de 62,0%. Já as taxas de desocupação e de subutilização (taxa composta da subutilização da força de trabalho) mostraram forte crescimento nos anos de 2015 a 2017; enquanto o nível de ocupação, definido como a população ocupada em relação à PIT, registrou redução. Ou seja, o contingente que ingressou na força de trabalho ou que estava ocupado, em grande parte, passou a compor a população desocupada ou subutilizada nos anos finais da série⁸.

⁶ A definição destes indicadores e dos principais conceitos presentes nesta Síntese encontram-se no Glossário, ao final da publicação.

⁷ As tabelas iniciadas com o número do capítulo (exemplo: 1.X) pertencem ao plano tabular da publicação e encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>>.

⁸ Dentre outros temas analisados, as seções **Desocupação e Subutilização da força de trabalho** deste capítulo trazem um perfil destes trabalhadores, caracterizando-os por sexo, cor ou raça, grupos de idade e nível instrução.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.

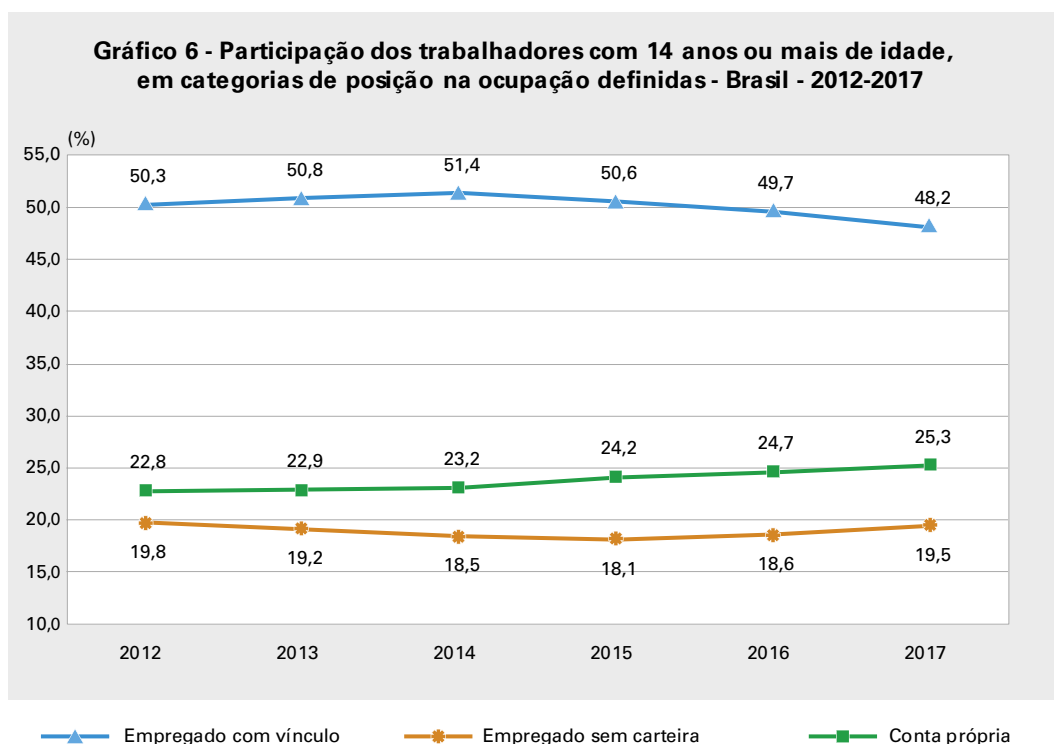
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Além do aumento da desocupação e da subutilização, os resultados revelaram, nos anos finais da série analisada, que as condições de trabalho foram desfavoráveis também para os que se mantiveram ocupados. A avaliação do emprego por posição na ocupação mostra que houve interrupção do crescimento da participação dos empregados com vínculo⁹ e reversão de tendência para o menor nível da série, quando atingiu 48,2%, em 2017. Por sua vez, tanto a proporção da população ocupada sem carteira de trabalho, quanto a de trabalhadores por conta própria, registraram alta nos anos finais, como demonstra o Gráfico 6.

Nos seis anos analisados, a população ocupada cresceu 2,0%, sendo um incremento inicial de 3,1%, até 2014, e recuo de 1,1% nos três anos finais (Tabela 2). Entre os subgrupos de atividades econômicas¹⁰, cabe destacar que Agropecuária, Indústria, Construção e Administração pública foram as quatro atividades que apresentaram quedas na população ocupada entre 2012 e 2017. Entretanto, enquanto na Agropecuária a queda se deu continuamente até alcançar a redução de 1,7 milhão de pessoas em 2017, na Indústria e na Construção houve elevação no período até 2014 (3,5% e 3,3%, respectivamente), seguida de queda nos três anos finais (11,0% na Indústria e 9,5% na Construção).

⁹ Empregados com vínculo são definidos como a população ocupada com carteira de trabalho assinada somada aos funcionários públicos e militares.

¹⁰ A classificação detalhada de atividades econômicas utilizada na PNAD Contínua encontra-se no Anexo 2 ao final desta publicação.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

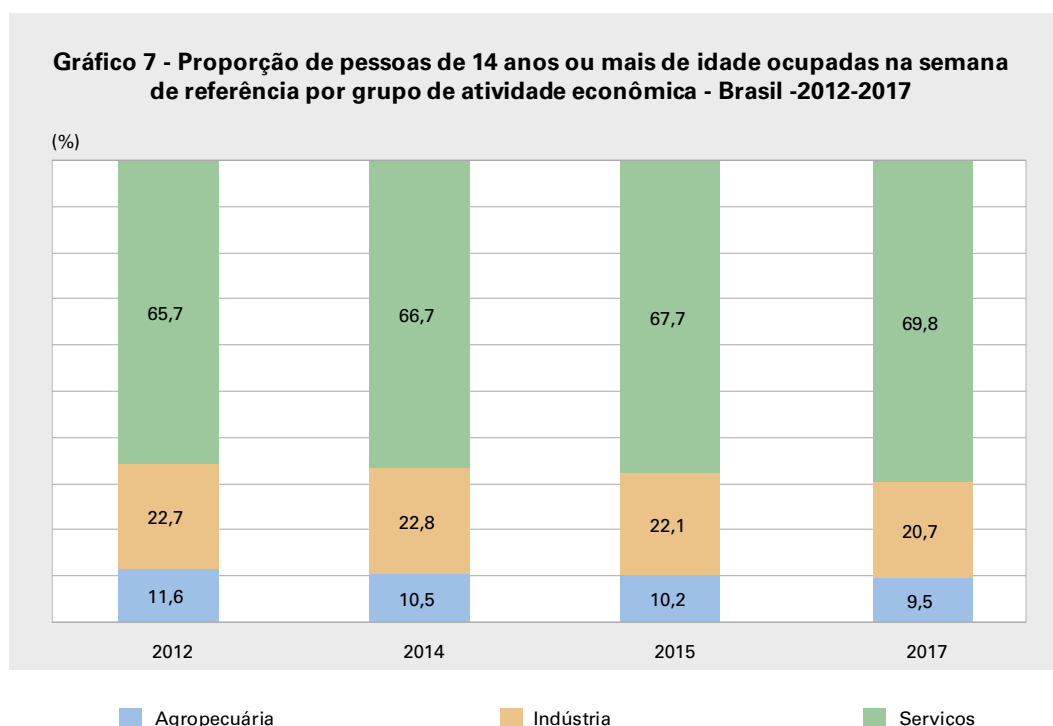
Exceto na atividade de Administração pública, em que a redução da população ocupada foi bastante expressiva (12,1%), nos outros segmentos do grupo Serviços houve acréscimo da população ocupada ao final do período. Merece destaque a evolução verificada em Serviços domésticos que, ao contrário dos demais, apresentou redução no período inicial da série (2,9% até 2014) e elevação (3,7% de 2014 a 2017) nos anos de predominância da crise no mercado de trabalho (Tabela 2).

Tabela 2 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas no trabalho principal e variação entre períodos selecionados por atividade - Brasil - 2012-2017

Atividades	Pessoas ocupadas (milhares)						Variação entre os anos (%)		
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2014/12	2017/14	2017/12
Total	89 617	91 182	92 420	92 612	91 186	91 403	3,1	(-) 1,1	2,0
Agropecuária	10 354	10 200	9 687	9 468	9 137	8 703	(-) 6,4	(-) 10,2	(-) 15,9
Indústria	12 860	12 718	13 307	12 821	11 513	11 848	3,5	(-) 11,0	(-) 7,9
Construção	7 524	7 997	7 775	7 661	7 431	7 039	3,3	(-) 9,5	(-) 6,4
Comércio e reparação	16 940	17 286	17 426	17 689	17 517	17 585	2,9	0,9	3,8
Administração pública	5 829	5 841	5 804	5 374	5 137	5 126	(-) 0,4	(-) 11,7	(-) 12,1
Educação, saúde e serviços sociais	8 520	8 716	9 368	10 027	10 522	10 511	10,0	12,2	23,4
Serviços domésticos	6 216	6 100	6 033	6 159	6 262	6 257	(-) 2,9	3,7	0,7
Demais serviços	21 374	22 323	23 019	23 413	23 668	24 334	7,7	5,7	13,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.
Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.
2. Excluídas atividades mal definidas.

Considerando os três grandes grupos de atividade econômica em quatro anos destacados nota-se que, proporcionalmente, o pessoal ocupado reduziu-se continuamente na Agropecuária, até chegar a 9,5% do pessoal ocupado total. No grande grupo da Indústria, que inclui a atividade de Construção, a redução ocorreu no triênio final (20,7% da população ocupada total) e no grupo de Serviços, que compreende as demais atividades, o crescimento foi contínuo, chegando próximo a 70,0% da população ocupada total, em 2017 (Gráfico 7).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Tanto a redução de pessoal na Indústria, como o incremento da mão de obra nos Serviços podem ser explicados como reflexo da situação econômica do final do período. O aumento de empregos nos Serviços, em termos relativos e absolutos, está associado à natureza de parte de seus postos de trabalho, em que prevalecem menor formalização e jornadas mais flexíveis. De fato, segmentos intensivos em mão de obra, tais como Comércio e reparação, Serviços domésticos, Educação, saúde e serviços sociais e Demais serviços registraram elevação no pessoal ocupado em 2017 quando comparados a 2014 (Tabela 2).

Em relação aos rendimentos do trabalho observa-se que, segundo a PNAD Contínua, o rendimento médio habitual mensal da população ocupada elevou-se 2,4%, em termos reais¹¹, ao longo do período, passando de R\$ 1 992,00 para R\$ 2 039,00 entre 2012 e 2017 (Tabela 3). No entanto, esta ascensão não foi contínua, tendo alcançado o auge em 2014 (R\$ 2 132,00). Entre 2012 e 2017, as atividades de Construção, Comércio e reparação e Demais serviços, registraram quedas no rendimento médio, que reverteram o crescimento até 2014 (Tabela 3).

¹¹ Os valores de rendimento real apresentados neste capítulo estão a preços médios de 2017, deflacionados; pelo IPCA/IBGE.

A distribuição dos rendimentos médios por atividade evidencia a heterogeneidade estrutural da economia brasileira. Embora tenha apresentado o terceiro maior crescimento em termos reais nos seis anos disponíveis (9,7%), os Serviços domésticos registraram os rendimentos médios mais baixos em toda a série, o que o torna equivalente a somente cerca de 40% do rendimento médio total. A Administração pública, por sua vez, registrou o maior crescimento (14,6%) e os rendimentos médios mais elevados. Esta, juntamente com a Indústria, Educação, saúde e serviços sociais e Demais serviços, são as atividades que apresentam rendimentos médios por pessoa ocupada superiores aos da média nacional (Tabela 3).

Tabela 3 - Rendimento médio habitual mensal do trabalho principal e variação entre períodos selecionados por atividade - Brasil - 2012-2017

Atividades	Rendimento médio (R\$)						Variação entre os anos (%)		
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2014/12	2017/14	2017/12
Total	1 992	2 060	2 132	2 048	2 053	2 039	7,1	(-) 4,4	2,4
Agropecuária	1 093	1 175	1 238	1 154	1 139	1 223	13,2	(-) 1,2	11,9
Indústria	2 039	2 067	2 162	2 105	2 078	2 138	6,0	(-) 1,1	4,8
Construção	1 700	1 807	1 802	1 778	1 789	1 687	6,0	(-) 6,4	(-) 0,7
Comércio e reparação	1 829	1 837	1 867	1 769	1 762	1 699	2,1	(-) 9,0	(-) 7,1
Administração pública	3 246	3 456	3 469	3 625	3 708	3 721	6,9	7,2	14,6
Educação, saúde e serviços sociais	2 586	2 647	2 770	2 650	2 727	2 748	7,1	(-) 0,8	6,2
Serviços domésticos	758	799	852	838	845	832	12,4	(-) 2,3	9,7
Demais serviços	2 326	2 393	2 470	2 308	2 297	2 239	6,2	(-) 9,4	(-) 3,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Os resultados de rendimento médio segundo a posição na ocupação (Tabela 4) mostram também a disparidade entre as categorias em 2017. O rendimento médio mais elevado foi observado na categoria Empregador (R\$ 5 211,00), e o mais baixo na de Empregados sem carteira de trabalho assinada (R\$ 1 158,00). Tal valor representa somente 56,8% do rendimento do empregado com carteira, o que evidencia a importância da formalização para o trabalhador do setor privado no que concerne aos rendimentos auferidos.

Tabela 4 - Rendimento médio habitual mensal do trabalho principal por posição na ocupação, segundo atividades - 2017

Atividades	Média	(R\$ mês)				
		Empregado		Militar ou funcionário público	Conta própria	Empregador
		Com carteira	Sem carteira			
Total	2 039	2 038	1 158	3 767	1 557	5 211
Agropecuária	1 223	1 558	733	x	1 052	5 060
Indústria	2 138	2 390	1 260	x	1 190	4 882
Construção	1 687	1 981	1 086	-	1 419	5 338
Comércio e reparação	1 699	1 623	1 037	-	1 425	4 020
Administração pública	3 721	2 608	1 958	4 360	x	-
Educação, saúde e serviços sociais	2 748	2 281	1 794	3 091	3 408	10 507
Serviços domésticos	832	1 165	688	-	-	-
Demais serviços	2 239	2 218	1 495	x	1 901	5 709

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Embora o rendimento dos empregados sem carteira tenha sido inferior em todas as atividades econômicas, em relação ao empregado com carteira, foi na Agropecuária que essa desigualdade foi mais acentuada. Nesta atividade, os sem carteira recebiam em média 47,1% do que recebiam os trabalhadores com carteira.

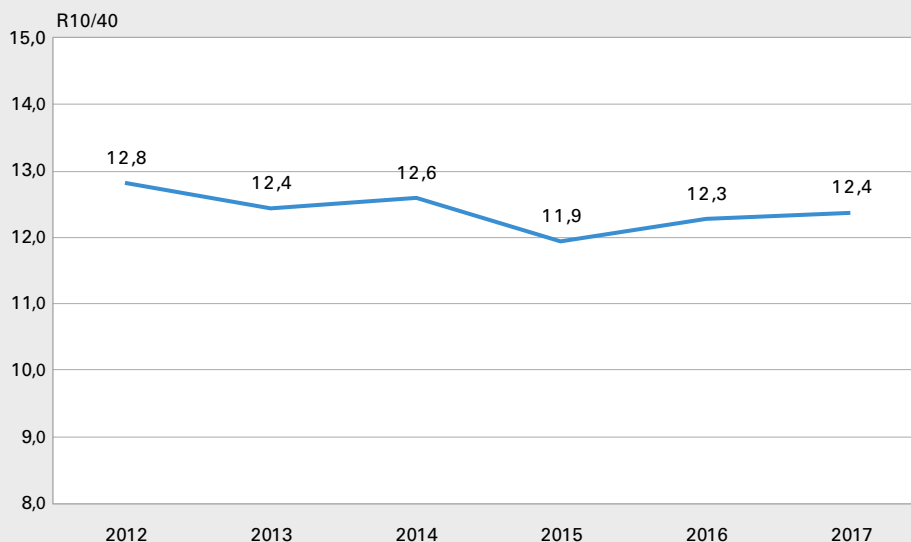
Na Indústria e na Construção, o rendimento médio entre trabalhadores com e sem carteira também era bastante desigual, com trabalhadores sem carteira recebendo pouco mais da metade do que recebiam aqueles com carteira assinada, no ano de 2017 (Tabela 4). A posição na ocupação de menor rendimento foi a de empregados sem carteira nos Serviços domésticos, com média de R\$ 688,00 mensais. Por outro lado, na Administração pública e em Educação, saúde e serviços sociais, os rendimentos médios foram os mais elevados, sobretudo para os empregadores deste último grupo de atividades.

O indicador de distribuição de rendimentos (Tabela 1.14) apresenta a razão entre os rendimentos médios do trabalho principal dos trabalhadores com os 10% maiores rendimentos e dos 40% com os menores rendimentos (R10/40). Este indicador tem como característica maior sensibilidade se comparado com outros indicadores de desigualdade, como o Gini por exemplo, pois a razão de rendimentos foca nos extremos da distribuição, enquanto o Gini leva em consideração toda a distribuição. Em outras palavras, o Gini tende a ser mais estável nas séries históricas, pois usualmente os extremos da distribuição são mais afetados por conta das flutuações da economia do que o meio (COBHAM, 2013; PALMA, 2011).

Os dados obtidos para a série histórica disponível indicaram novamente duas tendências distintas. Enquanto até 2015 houve redução da desigualdade da renda do trabalho, segundo a razão de rendimentos habituais, nos anos 2016 e 2017, verificou-se o movimento contrário (Gráfico 8). Uma das razões para a trajetória inicial pode ser atribuída à política de valorização do salário mínimo, que, ao conceder ganhos reais não apenas aos trabalhadores que recebem o salário mínimo, como também àqueles cujos salários são por ele influenciados, impediu (ou reduziu) a queda do rendimento apropriado pelos menores décimos da distribuição da população, quando comparado com o topo da distribuição (BRITO, 2015). Já nos dois anos seguintes, devido à redução dos aumentos reais de salário mínimo¹², à persistência da deterioração dos indicadores do mercado de trabalho e ao aumento da proporção de trabalhadores por conta própria e sem carteira de trabalho, os quais recebem remunerações inferiores, observou-se a elevação no indicador de desigualdade entre os ocupados.

¹² Em 2016 o aumento real anual do salário mínimo foi de apenas 0,36% e, em 2017, houve queda de 0,10%.

Gráfico 8 - Razão entre os rendimentos médios do trabalho principal dos 10% com os maiores rendimentos e os 40% com os menores rendimentos, segundo população ocupada - Brasil - 2012-2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Estrutura do mercado de trabalho brasileiro por grupos populacionais específicos

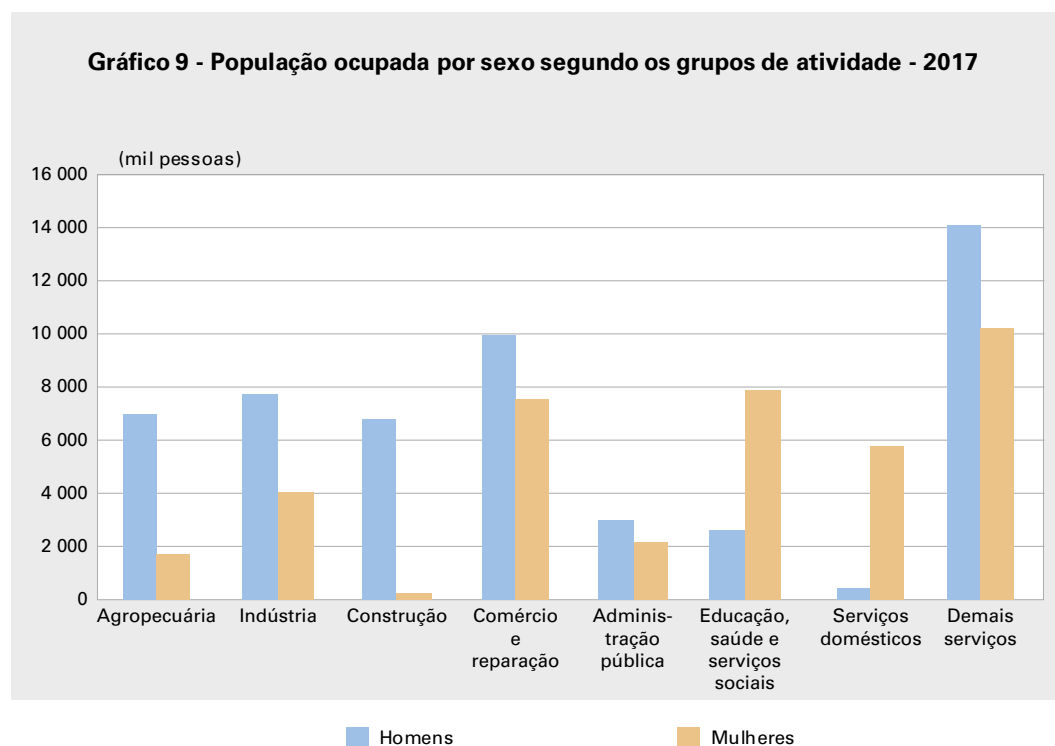
Nesta seção são analisados indicadores da força de trabalho por Grandes Regiões e grupos populacionais específicos, compreendendo as desagregações por sexo, cor ou raça, grupos de idade e nível de instrução. Geograficamente, a análise revela maiores desigualdades para as Regiões Norte e Nordeste e, também, maior vulnerabilidade no mercado de trabalho de mulheres, pessoas pretas ou pardas, jovens e população com menor nível de instrução.

Atividades econômicas

O conjunto de atividades econômicas de um país retrata um dos principais traços de sua estrutura, pois permite conhecer seu perfil produtivo, identificando aspectos como nível de industrialização, terciarização, influência da atividade agropecuária e extensão do setor público. Desta forma, pode-se realizar um diagnóstico da economia, que se traduz em nível de desenvolvimento, dinâmica, desigualdades, potencialidades e carências. Conhecer a estrutura econômica brasileira significa compreender traços fundamentais de seu mercado de trabalho, identificando a distribuição dos trabalhadores nesses segmentos, assim como a diferenciação de suas remunerações. A partir desta compreensão pode-se acompanhar os impactos frente à conjuntura social como um todo, assim como estabelecer políticas específicas para determinados setores, levando-se em conta a força de trabalho, a qualificação da mão de obra e as políticas de rendimento.

O desenho atual do setor produtivo brasileiro mostra uma concentração no setor de serviços, seguido em importância pela indústria, conforme já mencionado anteriormente. Isto revela o perfil moderno e mais desenvolvido do País, principalmente quando comparado com outros países da América Latina. Tal diferenciação ocorreu efetivamente a partir do final da década de 1930 e aprofundou-se nos últimos 50 anos, quando o País sofreu um forte processo de urbanização e industrialização, alterando a população residente da área rural para as grandes cidades e metrópoles que se formaram. O setor da construção civil com número expressivo de trabalhadores também é indicador desta dinâmica progressiva.

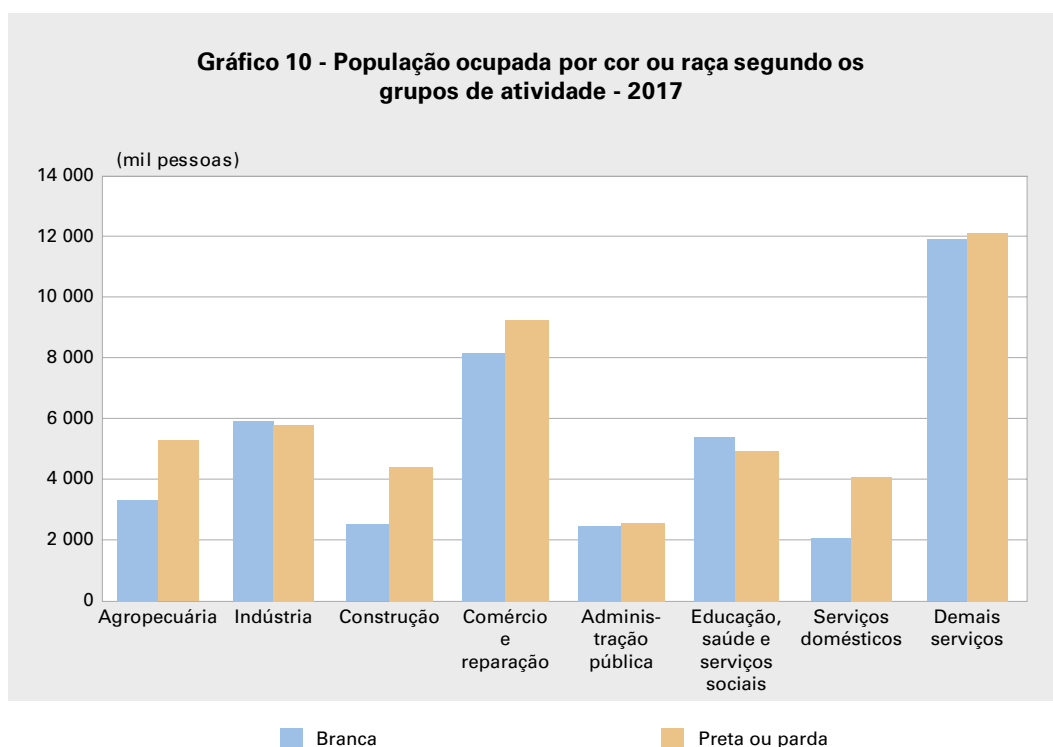
Entretanto, traços primordiais da economia brasileira ainda se encontram presentes na marca mais tradicional representada pelos trabalhadores ocupados em Serviços domésticos, 6,3 milhões em 2017 (ou 6,8% dos ocupados). Nesta atividade, verificou-se também a maior disparidade em relação à distribuição de homens e mulheres, sendo esta essencialmente constituída de ocupações femininas (5,8 milhões de mulheres e 475 mil homens). Em situação inversa, a construção civil, atividade também caracterizada pela baixa remuneração, ocupou 6,8 milhões de homens e somente 240 mil mulheres, em 2017 (Gráfico 9 e Tabela 1.6).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

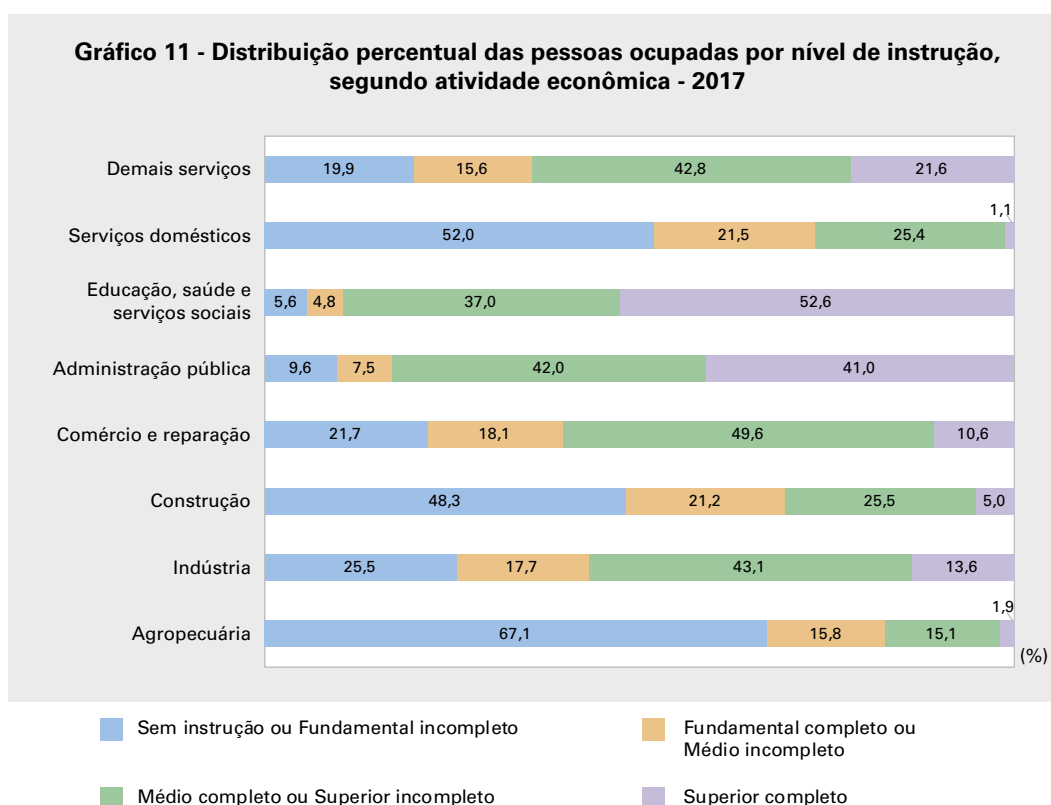
Já na análise por cor ou raça, tendo que em 2017 a proporção de brancos era de 45,8% e a de pretos e pardos de 53,2%, observa-se que esse recorte constitui também uma característica importante na segmentação das ocupações e a persistência, ainda hoje, da segregação racial no mercado de trabalho. Assim, a presença dos pretos ou pardos na Agropecuária (60,8%), na Construção civil (63,0%) e nos Serviços domésticos (65,9%) é mais acentuada – justamente as três atividades que possuíam menores rendimentos médios em 2017 (Tabela 3). Já as atividades de educação, saúde e serviços sociais são as que contavam, em 2017, com a maior participação de pessoas ocupadas brancos (51,7%) – Gráfico 10 e Tabela 1.6.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

No mercado de trabalho, embora nem sempre a escolaridade seja associada ao nível de qualificação de uma ocupação, ela pode ser uma condição necessária para o seu exercício. Pressupõe-se que o nível de instrução é um atributo capaz de diferenciar as ocupações do ponto de vista do prestígio, da hierarquia e das remunerações. Em geral, a força de trabalho brasileira possui um baixo nível de instrução, uma vez que, em 2017, 43,2% dos ocupados não possuíam o ensino médio completo (Tabela 1.6). Esta condição de escolaridade impacta de forma diferenciada a inserção do trabalhador no mercado de trabalho de acordo com a atividade econômica.

O Gráfico 11 apresenta o percentual de trabalhadores por nível de instrução em cada atividade, sendo na Agropecuária (67,1%), Serviços domésticos (52,0%) e Construção (48,3%) os segmentos que possuíam maiores percentuais de ocupados sem instrução ou com o nível fundamental incompleto ou equivalente. No outro extremo da hierarquia, encontravam-se as ocupações exercidas em Educação, saúde e serviços sociais e Administração pública, onde 52,6% e 41,0% dos trabalhadores, respectivamente, possuíam o ensino superior completo ou mais.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2017.

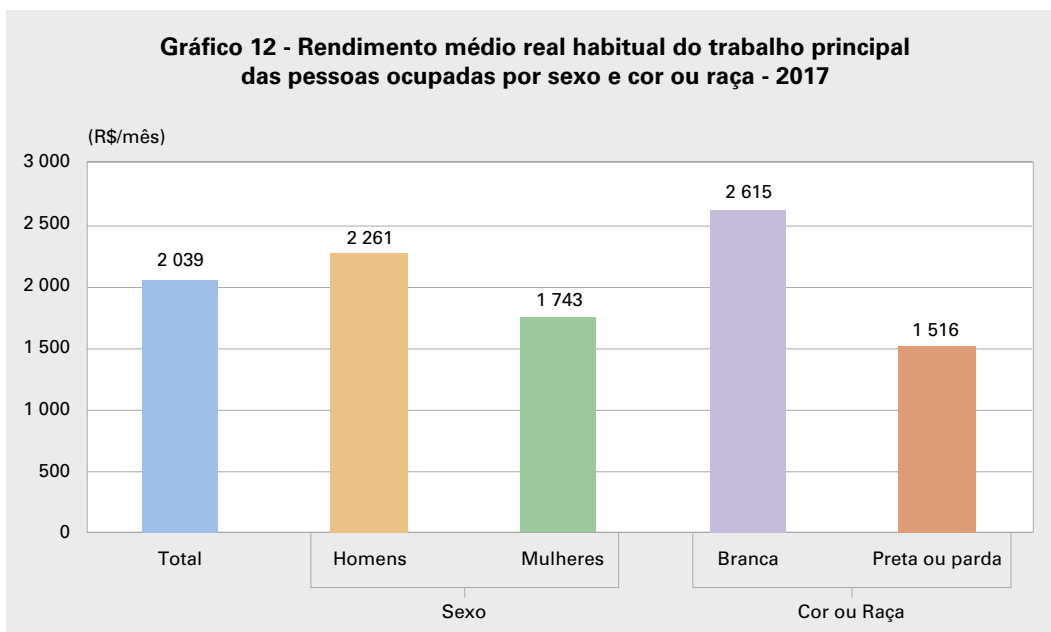
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Rendimentos do trabalho

A inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho tem relação estreita com a estrutura econômica do País e denota uma hierarquia social que se revela através das oportunidades oferecidas pela estrutura existente, pelas escolhas individuais, pela formação escolar, pela evolução em carreiras específicas, pela evolução das tecnologias e outros fatores. O rendimento auferido no trabalho principal é um importante resultante desta inserção e um dos principais indicadores de qualidade da ocupação.

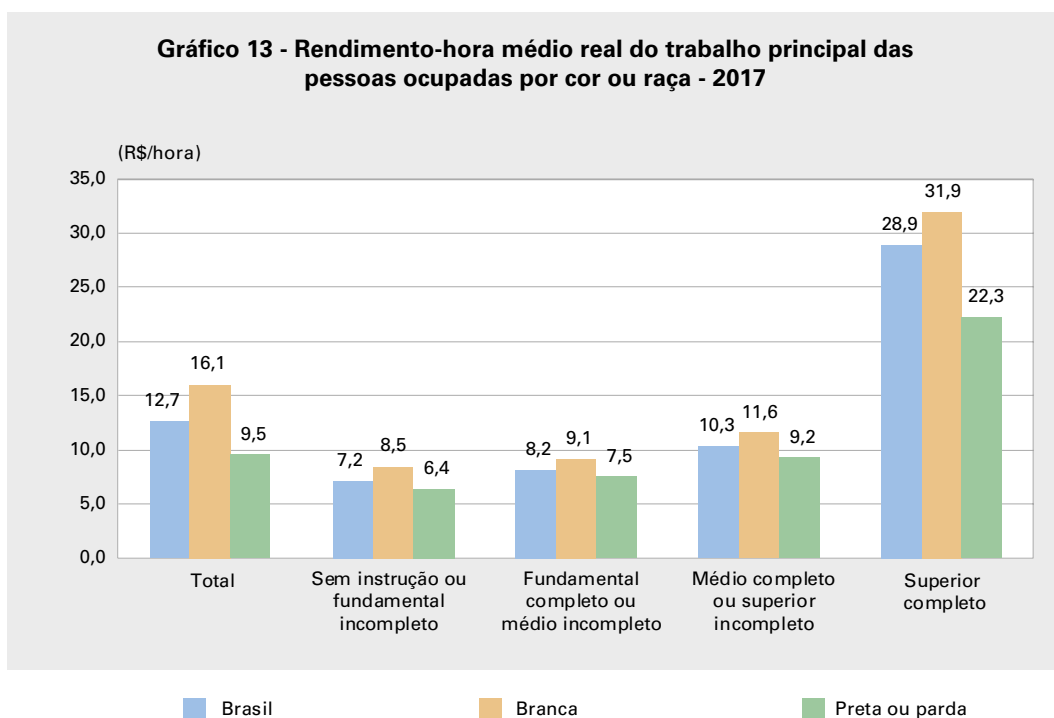
Assim, como a diferenciação por sexo, o recorte por cor ou raça é fundamental para o diagnóstico das desigualdades de rendimentos do País. Como visto, as atividades econômicas de menores rendimentos médios são as que proporcionalmente possuem mais ocupados de cor ou raça preta ou parda e pessoas do sexo feminino. No cômputo geral, em 2017, os brancos ganhavam em média 72,5% mais do que pretos ou pardos e os homens ganhavam, em média, 29,7% mais que as mulheres (Gráfico 12)¹³.

¹³ A Tabela 1.12 traz as informações de rendimento médio habitual por UF e município da capital com os recortes segundo sexo, cor ou raça e nível de instrução.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

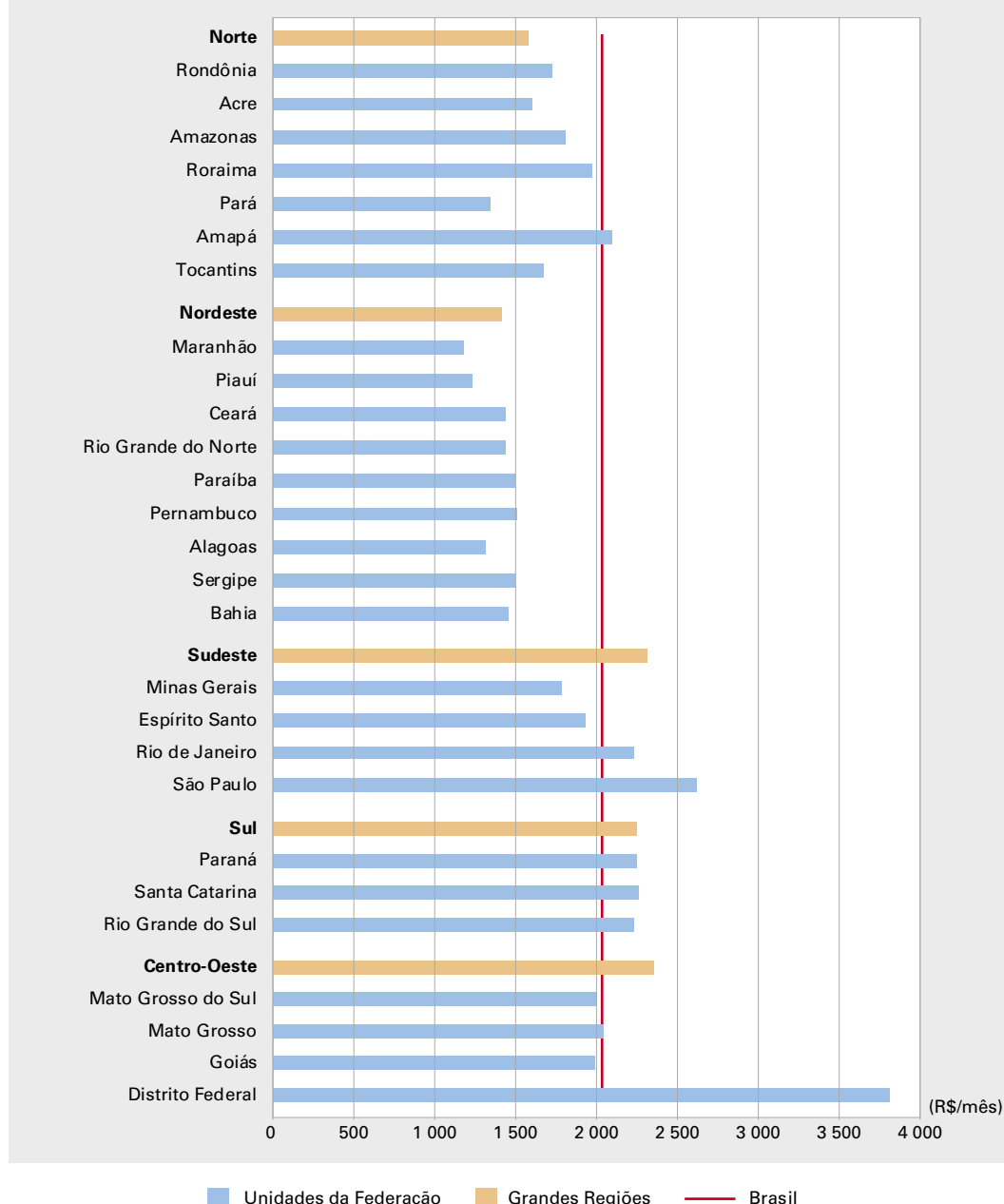
Mesmo controlando pelo número de horas trabalhadas e pelo nível de instrução, a desigualdade nos rendimentos médio auferidos segundo cor ou raça se mantém significativa. A população ocupada de cor ou raça branca recebia um rendimento-hora superior à população preta ou parda em todos os níveis de escolaridade, sendo a diferença maior no nível de instrução mais elevado, R\$ 31,90 contra R\$ 22,30, ou seja, 43,2% a mais para brancos, em 2017 (Gráfico 13).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

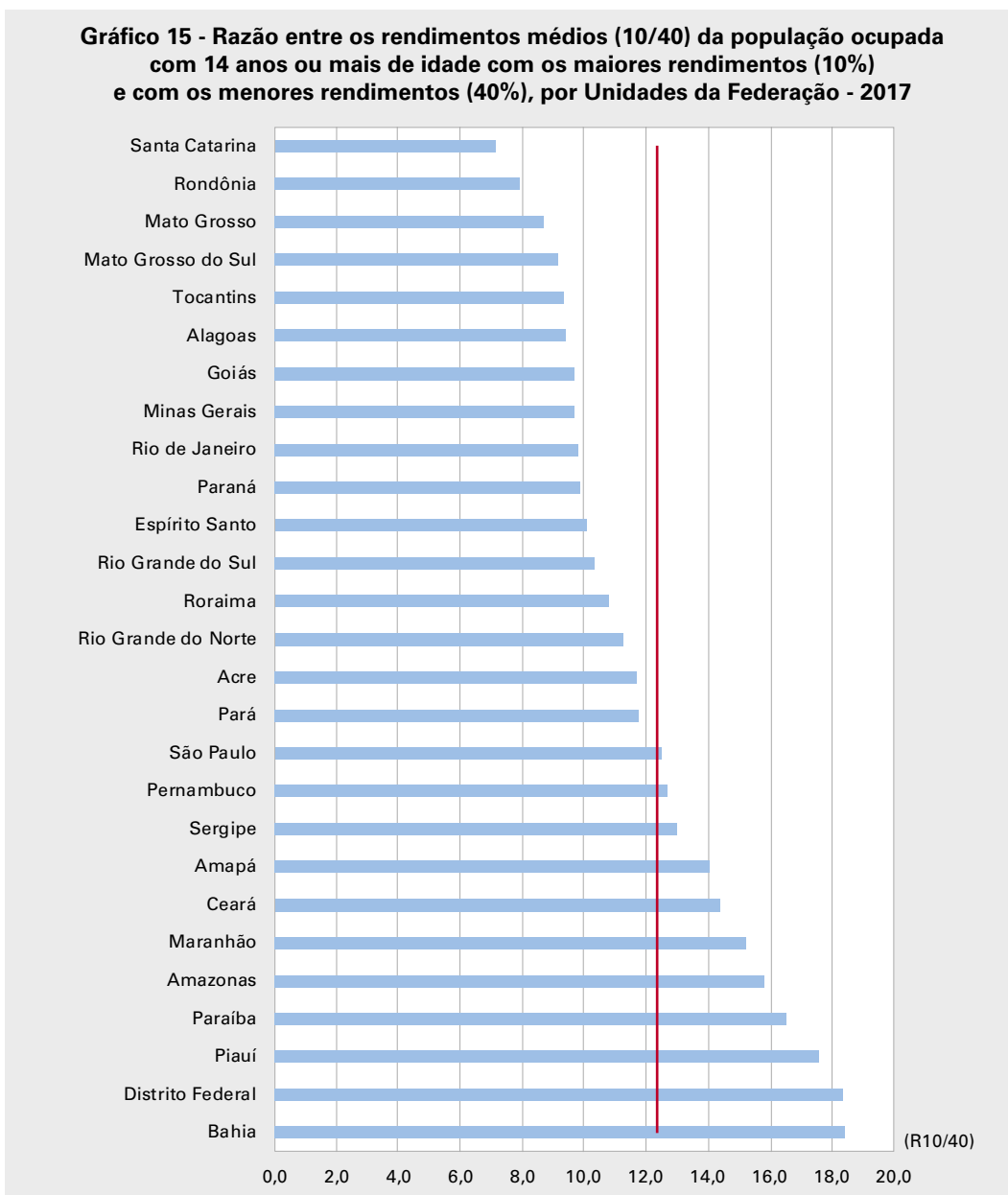
As desigualdades entre os rendimentos do trabalho se verificam também regionalmente, o que reflete a distribuição espacial das atividades econômicas pelo território brasileiro. Em 2017, os rendimentos médios das pessoas ocupadas nas Regiões Norte e Nordeste eram equivalentes a, respectivamente, 77,0% e 69,1% da média nacional. Maranhão foi a Unidade da Federação que apresentou o menor rendimento médio (R\$ 1 170,00), seguida por Piauí (R\$ 1 233,00) e Alagoas (R\$ 1 309,00). Com os maiores rendimentos médios figuravam Distrito Federal (R\$ 3 805,00), São Paulo (R\$ 2 609,00) e Santa Catarina (R\$ 2 259,00) – Gráfico 14 e Tabela 1.5a.

Gráfico 14 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Conforme apresentado no Gráfico 8, a desigualdade na distribuição de rendimentos do trabalho principal da população ocupada, considerando a razão entre o topo da distribuição dos rendimentos (os 10% de maiores rendimentos) com a base da distribuição (os 40% de menores rendimentos) sofreu oscilações e finalizou a série com tendência de alta. Em 2017, os primeiros recebiam 12,4 vezes mais do que os 40% com menores rendimentos. Entre as Unidades da Federação, no entanto, observa-se variações significativas, onde se destaca, por um lado, Bahia, Distrito Federal e Piauí, com razões em torno de 18 vezes, e por outro lado, Santa Catarina, Rondônia e Mato Grosso com menores índices, em torno de 8 vezes (Gráfico 15 e Tabela 1.14).



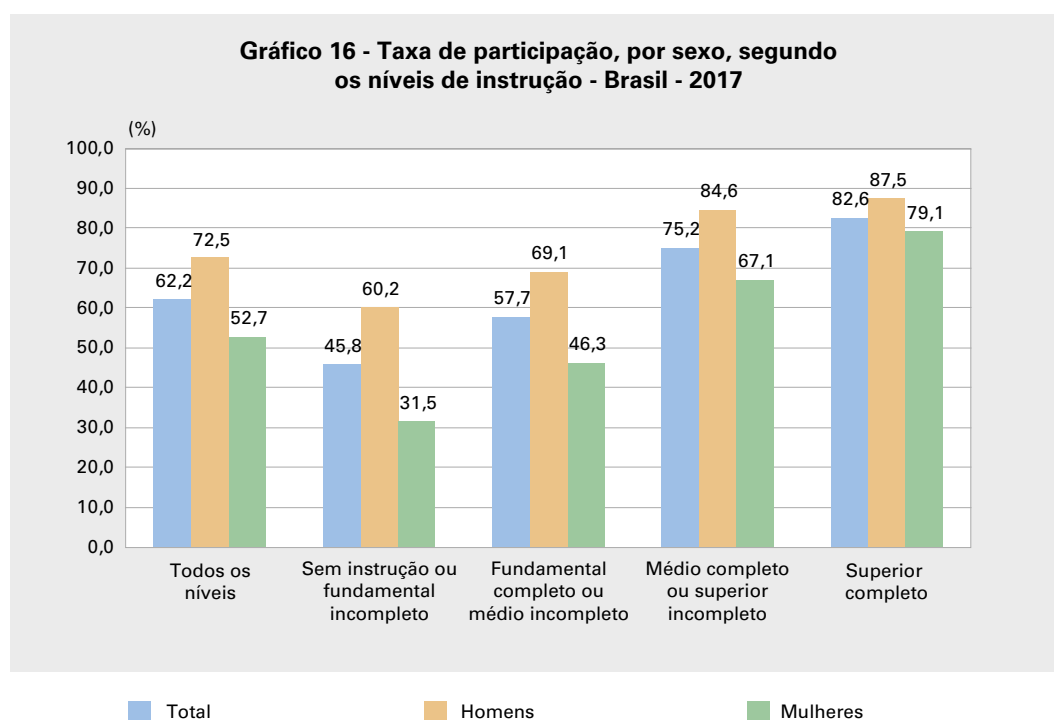
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Participação e ocupação

A taxa de participação manteve-se estável ao longo da série histórica da PNAD Contínua, em virtude da variação, em proporções e direções semelhantes, da PIT e da PFT. Contudo, há diferenças marcantes entre os grupos populacionais que merecem atenção.

O nível de instrução é uma das características que contribuem para diferenças na inserção na força de trabalho. Quanto maior o nível de instrução, maior a taxa de participação, em todos os anos investigados pela PNAD Contínua. Entre as mulheres, o nível de instrução aparece com maior influência do que entre os homens: em 2017, a taxa de participação das mulheres com ensino superior completo era 2,5 vezes maior que a das mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; já a dos homens mais escolarizados era 1,5 vez maior que a dos menos escolarizados, conforme mostra o Gráfico 16.

Se, por um lado, o cenário de crise econômica parece ter contribuído para levar mulheres para a força de trabalho, sua taxa de participação em 2017 permaneceu bem aquém à dos homens, 52,7% e 72,5%, respectivamente, como observado no Gráfico 16. A diferença menos acentuada entre os sexos foi verificada entre as pessoas de 14 a 29 anos de idade e a mais acentuada entre as de 50 a 59 anos (Tabela 1.1). A maior escolaridade das mulheres não é, portanto, suficiente para levá-las à força de trabalho em proporção maior ou similar à dos homens.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

As desigualdades entre os sexos são atribuídas tanto a práticas discriminatórias no mercado de trabalho (WORLD..., 2017), quanto à divisão por gênero das atividades de afazeres domésticos e cuidados. Conforme os resultados para 2017 do módulo da PNAD Contínua sobre outras formas de trabalho, as mulheres dedicavam, em média, 20,9 horas semanais a afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente e/ou cuidados de moradores ou de parentes não moradores. Os homens dedicavam, em média, 10,8 horas a essas atividades (OUTRAS..., 2018).

Já o nível de ocupação, que havia permanecido estável entre 2012 e 2014, foi atingido pela conjuntura econômica desfavorável e chegou ao ponto mais baixo da série em 2017, 54,4%. As pessoas com ensino superior foram as menos afetadas, em ambos os sexos e nas duas categorias de cor ou raça. Seu nível de ocupação decresceu 2,4 pontos percentuais, menos do que a média nacional e o dos demais grupos classificados segundo o nível de instrução (Tabela 1.2). Por outro lado, o rendimento médio habitual do trabalho principal das pessoas mais escolarizadas, em termos absolutos, foi o que mais caiu a partir de 2015 (Tabela 1.25a). Os dados sugerem que as vagas que requerem maior qualificação tendem a ser mais preservadas em cenário de crise econômica, mas também que há mais pessoas escolarizadas ocupando vagas com pior remuneração.

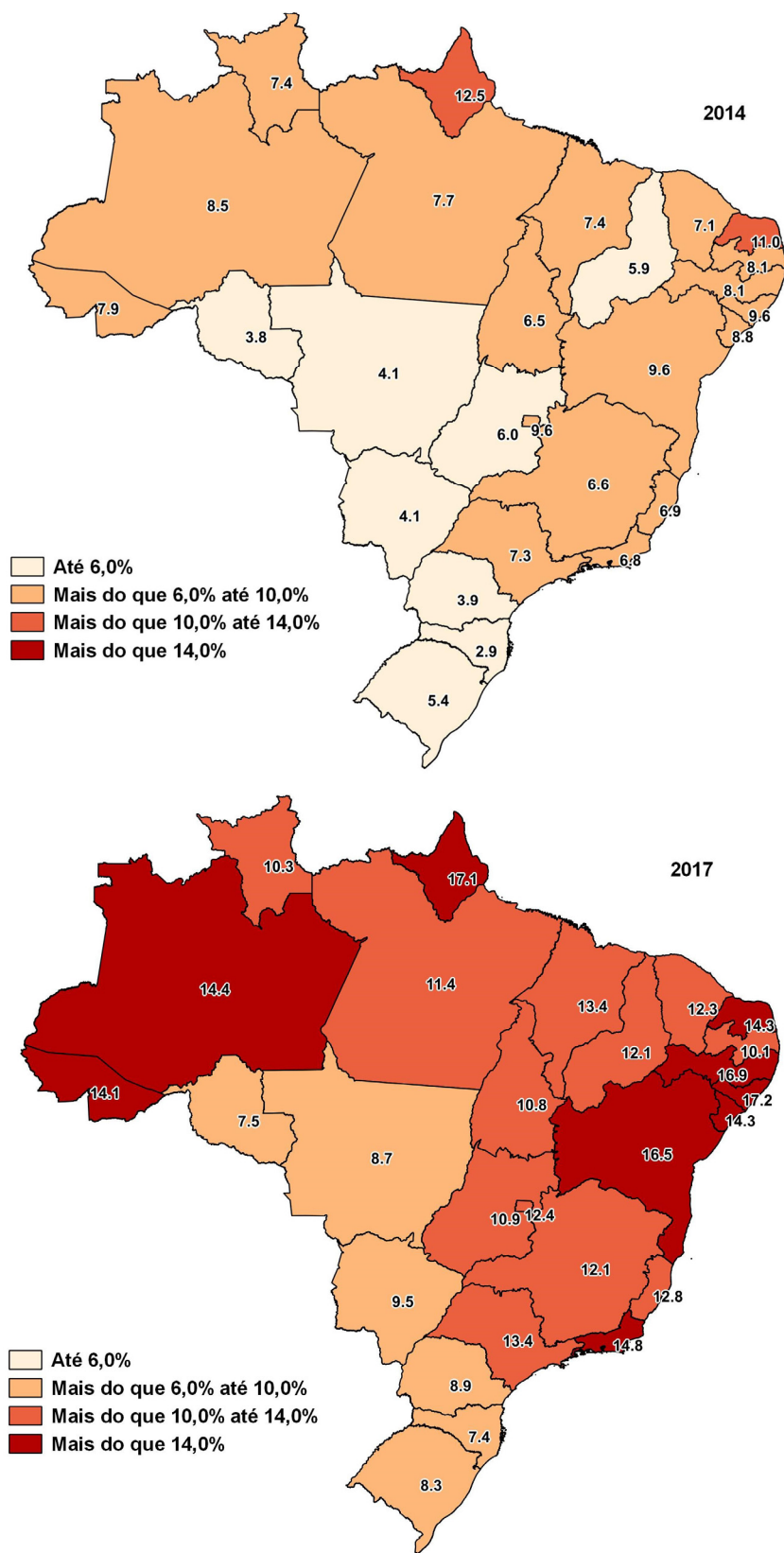
O nível de ocupação dos homens diminuiu mais do que o das mulheres a partir de 2015, mas os homens mantêm ao longo de toda a série nível expressivamente mais elevado que as mulheres. Essa desigualdade reflete tanto a maior participação dos homens na força de trabalho, quanto as maiores dificuldades que as mulheres enfrentam ao ingressarem e para permanecerem ocupadas. Com efeito, as mulheres estão desocupadas em maior proporção que os homens e têm menores rendimentos, o que pode ser constatado nas seções seguintes.

Desocupação

Apesar da tênue recuperação do PIB *per capita* e do consumo das famílias em 2017, os indicadores de mercado de trabalho não interromperam a piora observada desde 2015. Como constatado anteriormente, a taxa de desocupação, que era de 6,9% em 2014, aumentou continuamente até atingir 12,5%, em 2017. Esse aumento, correspondente a mais 6,2 milhões de pessoas desocupadas, pode ser atribuído, por um lado, ao ingresso de pessoas na força de trabalho à procura de ocupação (5,2 milhões de pessoas) e, por outro, à redução de 1,0 milhão de pessoas ocupadas, entre 2014 e 2017 (Tabela 1.1).

Todas as Grandes Regiões do País registraram crescimento da taxa de desocupação entre 2014 e 2017. Na Região Norte, a taxa passou de 7,5% para 11,9%, no Nordeste de 8,5% para 14,7%, no Sudeste de 7,0% para 13,3%, no Sul de 4,3% para 8,3% e no Centro-Oeste de 6,0% para 10,5%. O fenômeno foi observado em todas as UFs, sendo mais intenso em Pernambuco e Rio de Janeiro, onde a taxa de desocupação mais do que dobrou, crescendo 8,8 pontos percentuais e 8,0 pontos percentuais, respectivamente. Pernambuco, Alagoas e Amapá apresentaram as maiores taxas de desocupação em 2017, como mostra o Cartograma 1.

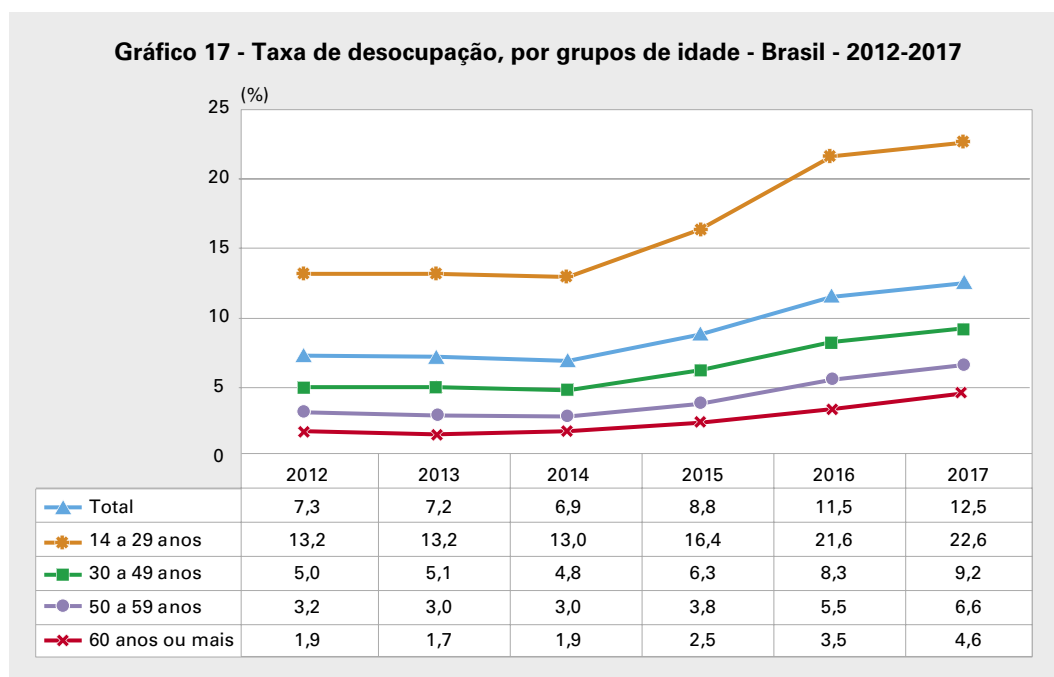
Cartograma 1 - Taxa de desocupação, por Unidades da Federação - Brasil - 2014/2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014/2017.
 Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

A elevação da desocupação também foi observada em todos os grupos etários, tendência que se manteve em 2017. Entre as pessoas com 14 a 29 anos de idade, a taxa de desocupação, que era de 13,0% em 2014, aumentou ano após ano, até alcançar 22,6% em 2017, o aumento mais acentuado no triênio, como mostra o Gráfico 17. A falta de oportunidades de emprego para os jovens é um desafio que se coloca no nível internacional, compondo três metas da Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS¹⁴. A taxa de desocupação global das pessoas com 15 a 24 anos era de 12,6% em 2017. Na comparação internacional, a taxa de desocupação de jovens nessa faixa etária do Brasil, 28,0%, posicionava o País entre as taxas observadas nos países da América Latina e Caribe (18,5%) e do Nordeste da África (29,3%) (WORLD..., 2018).

No outro extremo, apesar da menor taxa de desocupação, o grupo etário de pessoas com 60 anos ou mais de idade também merece destaque. Sua taxa de desocupação, que havia se mantido abaixo de 2,0%, entre 2012 e 2014, ultrapassou pela primeira vez na série o patamar de 4,0%, em 2017. Houve acréscimo de idosos na força de trabalho proporcionalmente maior que a ampliação da população idosa, aumentando sua taxa de participação, mas sem reflexo em seu nível de ocupação (Tabela 1.1). Idosos podem ser levados a permanecer ou retornar para a força de trabalho pela necessidade de completar renda (WORLD..., 2018), em especial em cenário de crise. A evolução da taxa de desocupação desagregada por grupos de idade consta do Gráfico 17.



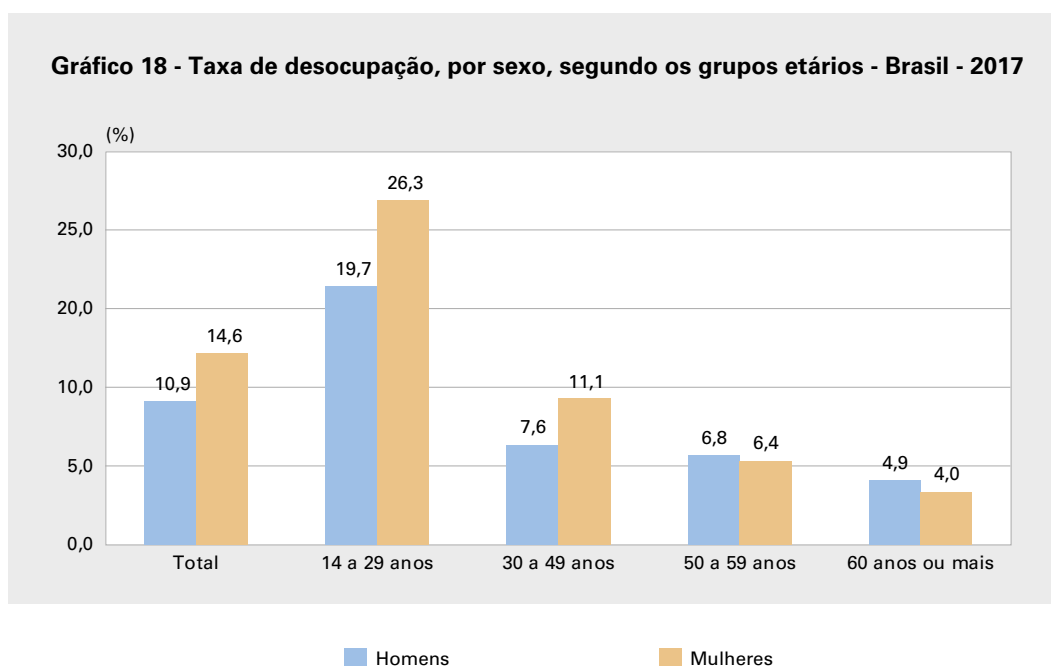
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

¹⁴ São elas: 8.5 - Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor; 8.6 - Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação; 8.b - Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT].

No período analisado, a taxa de desocupação dos homens foi menor do que a das mulheres. A menor diferença foi encontrada em 2014, 2,8 pontos percentuais, e a maior em 2017, 3,7 pontos percentuais. Tais constatações apontam que a desigualdade entre os sexos resulta de fatores estruturais, mas se agrava em consequência de aspectos conjunturais, como períodos de crise. No que tange ao aspecto regional, em 2017, a UF mais desfavorável para as mulheres em relação aos homens foi o Amazonas, com uma discrepância de 7,9 pontos percentuais entre as respectivas taxas de desocupação (Tabela 1.3).

O grupo das pessoas de 14 a 29 anos é marcado pela maior desigualdade entre os sexos na taxa de desocupação, com uma diferença de 6,6 pontos percentuais entre homens e mulheres em 2017. A desigualdade entre os sexos na taxa de desocupação diminui nos grupos de idade mais avançada, o que pode ser atribuído à saída mais cedo das mulheres da força de trabalho, que reduz a pressão sobre o mercado de trabalho. As taxas de desocupação dos homens e das mulheres, desagregadas por grupos etários, podem ser vistas no Gráfico 18.

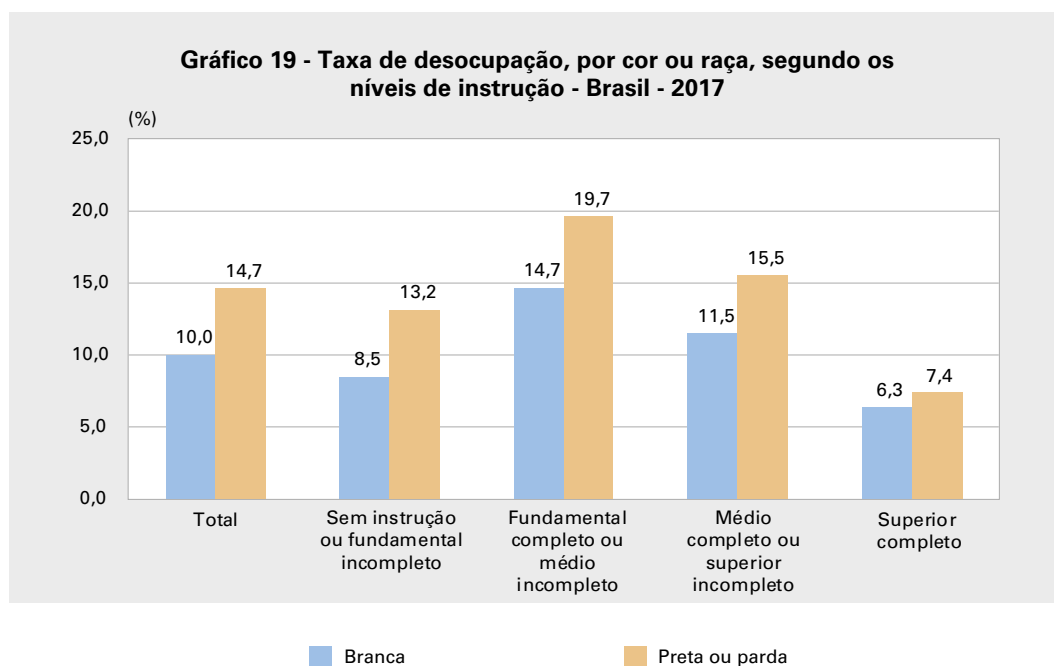


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Desigualdades também são reveladas quando se compara a população segundo o critério de cor ou raça. De fato, ao longo de toda a série histórica, a taxa de desocupação da população preta ou parda foi maior do que a população branca, tendo alcançado a maior diferença em 2017, de 4,6 pontos percentuais. A UF mais desigual nesse aspecto foi o Espírito Santo, com a taxa de desocupação dos pretos ou pardos superando a dos brancos em 6,9 pontos percentuais, em 2017 (Tabela 1.3).

Embora a população branca seja mais escolarizada que a população preta ou parda, esse aspecto não pode ser apontado como explicação para tal resultado. Afinal, quando comparadas, pessoas pretas ou pardas e pessoas brancas, com o mesmo nível

de instrução, a taxa de desocupação é sempre maior para os pretos ou pardos, como se vê no Gráfico 19. A diferença é substancialmente menor quando recortadas apenas as pessoas com ensino superior completo, indicando que concluir o ensino superior é um fator que contribui para o acesso ao mercado de trabalho com mais intensidade para as pessoas pretas ou pardas, apesar de não o suficiente para colocá-las em pé de igualdade com as pessoas brancas.



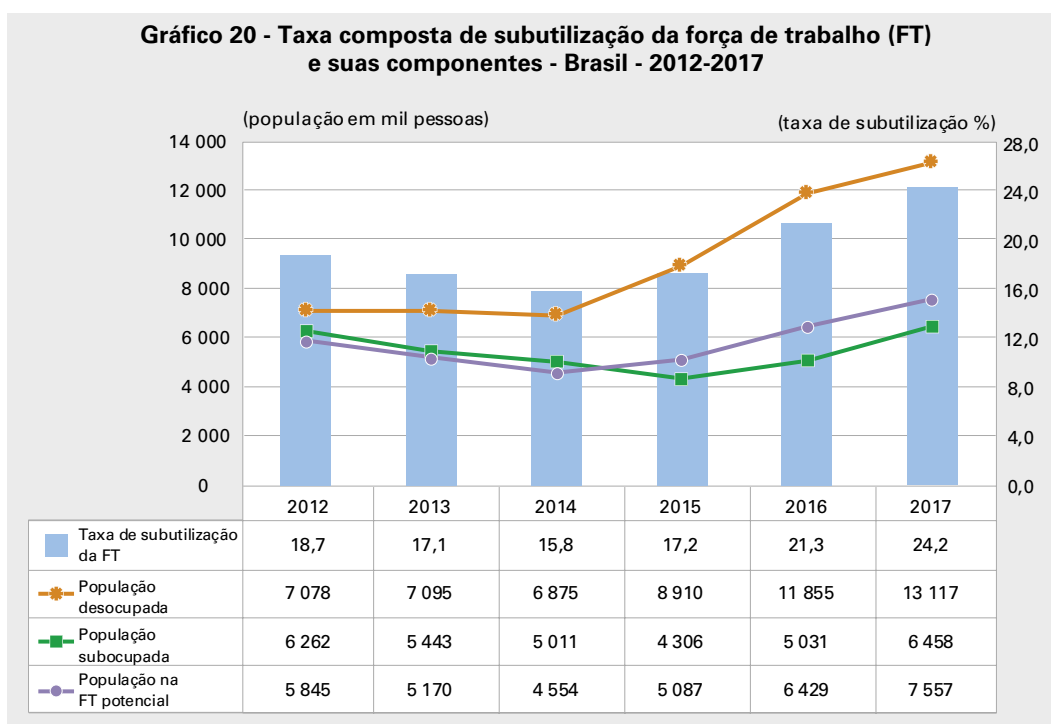
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Subutilização da força de trabalho

Um dos principais objetivos da produção de indicadores sobre mercado de trabalho é monitorar em que medida a economia está utilizando os recursos humanos disponíveis. Para tanto, não basta captar o fenômeno da desocupação. É preciso investigar também, dentre as pessoas ocupadas, aquelas que trabalham menos que 40 horas semanais¹⁵, querem e estão disponíveis para trabalhar mais horas, ou seja, subocupadas por insuficiência de horas. Igualmente, é preciso perquirir a força de trabalho potencial, isto é, as pessoas que não estão ocupadas, mas que, ou tomaram alguma medida efetiva para conseguir trabalho e não estão disponíveis para começar a trabalhar, ou estão disponíveis para começar a trabalhar mas não realizaram busca por trabalho. As três componentes – desocupação, subocupação por insuficiência de horas e força de trabalho potencial – formam a taxa composta de subutilização da força de trabalho.

¹⁵ A informação era computada pelas horas efetivamente trabalhadas em todos os trabalhos até setembro/2015 e pelas habitualmente trabalhadas a partir de outubro/2015. A diferença entre as medidas não influencia a análise dos resultados da taxa composta de subutilização da mão de obra na série histórica.

Tal como a taxa de desocupação analisada anteriormente, a taxa composta de subutilização da força de trabalho também diminuiu entre 2012 e 2014, mas cresceu nos três anos seguintes, no contexto de crise que atingiu o País a partir de 2015. Para tanto, contribuíram, como se vê no Gráfico 20, além do aumento da população desocupada, o da população subocupada por insuficiência de horas e o da força de trabalho potencial. De fato, a população subocupada por insuficiência de horas passou de 5,0 milhões de pessoas para 6,5 milhões, crescendo 28,9%. Já a população na força de trabalho potencial passou de 4,6 milhões de pessoas, em 2014, para 7,6 milhões, em 2017, um crescimento de 65,9%. Somados, os dois grupos alcançam pouco mais da metade (51,7%) da população subutilizada em 2017. É preciso, então, conhecer as características da população subocupada por insuficiência de horas e da força de trabalho potencial para planejar políticas que abordem a questão da subutilização.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

No âmbito da população ocupada, o menor percentual de pessoas subocupadas por insuficiência de horas na série histórica iniciada em 2012 foi atingido em 2015 (4,6%). Em 2017, essa parcela, que trabalhava menos que 40 horas semanais, gostaria e poderia trabalhar mais, representava 7,1% da população ocupada. Alguns grupos de atividade apresentaram percentual maior do que a média nacional. Foram eles: Agropecuária, Construção e Serviços domésticos (Tabela 1.23), justamente os setores que comportam a maior proporção de trabalhadores em ocupações informais, como constatado na seção subsequente sobre informalidade. A subocupação por insuficiência de horas é um indicador que merece ser acompanhado com atenção, tendo em vista a introdução da modalidade de contrato de trabalho intermitente no ordenamento jurídico brasileiro a partir da reforma trabalhista (Lei n. 13.467, de 13.07.2017).

Com relação aos grupos populacionais, a subocupação por insuficiência de horas atinge de forma mais acentuada a mulheres, as pessoas pretas ou pardas, os trabalhadores jovens e os com menor nível de instrução. É um fator que, ao lado de menores rendimento-hora, pode contribuir para serem os grupos que também auferem os menores rendimentos habituais (Tabela 1.13). Com efeito, as mulheres representavam, em 2017, 43,4% da população ocupada, mas 53,6% da população subocupada por insuficiência de horas; as pessoas pretas ou pardas eram 53,2% dos ocupados, mas 65,4% dos subocupados; os trabalhadores de 14 a 29 anos constituíam 26,6% dos ocupados, mas 34,1% dos subocupados; e os trabalhadores sem instrução ou com fundamental incompleto eram 27,6% do primeiro grupo, mas 37,7% do segundo. As informações dos demais grupos populacionais estão na Tabela 5.

Tabela 5 - Distribuição da população ocupada e da população subocupada por insuficiência de horas, segundo características selecionadas - Brasil - 2017

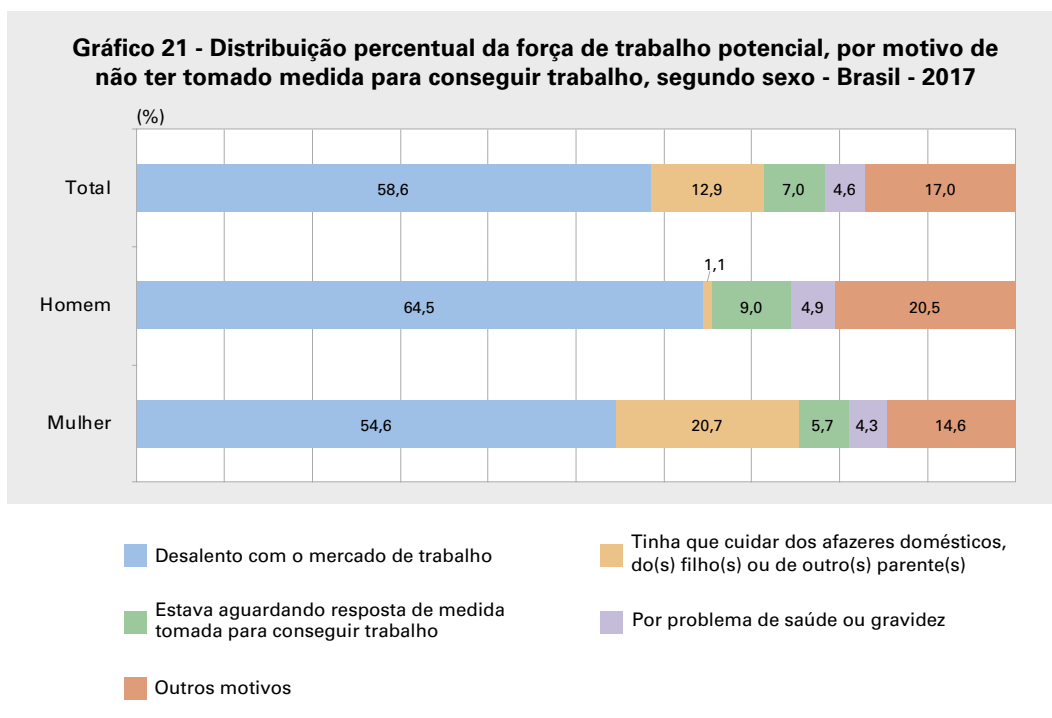
Características selecionadas	População ocupada		População subocupada por insuficiência de horas	
	Absoluto	Proporção	Absoluto	Proporção
Brasil	91 449	100,0	6 458	100,0
Sexo				
Homens	51 802	56,6	2 998	46,4
Mulheres	39 647	43,4	3 460	53,6
Cor ou raça (1)				
Branca	41 907	45,8	2 178	33,7
Preta ou parda	48 630	53,2	4 223	65,4
Grupos de idade				
14 a 29 anos	24 368	26,6	2 203	34,1
30 a 49 anos	45 337	49,6	3 067	47,5
50 a 59 anos	15 005	16,4	857	13,3
60 anos ou mais	6 740	7,4	331	5,1
Nível de instrução				
Sem instrução ou fundamental incompleto	25 280	27,6	2 432	37,7
Fundamental completo ou médio incompleto	14 202	15,5	1 184	18,3
Médio completo ou superior incompleto	35 014	38,3	2 095	32,4
Superior completo	16 952	18,5	747	11,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

No tocante à força de trabalho potencial, em 2017, prevaleceram as pessoas que estavam disponíveis para trabalhar, mas que não procuraram trabalho. Ora, se as pessoas podiam começar a trabalhar, por que não tomaram providência para conseguir uma ocupação? A PNAD Contínua fez essa indagação e as respostas revelaram que o principal motivo era o desalento com o mercado de trabalho, com 58,6% das pessoas respondendo que não conseguiam trabalho adequado, não tinham experiência profissional ou qualificação, não conseguiam trabalho por serem considerados muito jovens ou muito idosos ou que não havia trabalho adequado na localidade. O desalento – somatório dessas quatro possibilidades de resposta – era mais marcante entre os homens (64,5%), do que entre as mulheres (54,6%), como mostra o Gráfico 21.

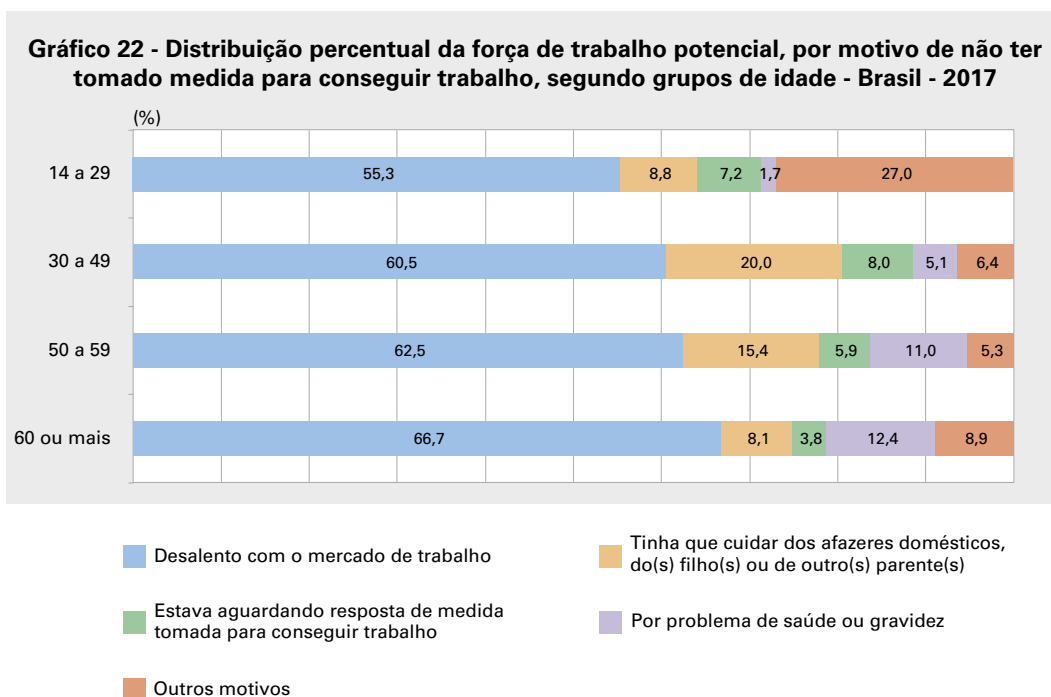
Contudo, entre as mulheres na força de trabalho potencial que estavam disponíveis para trabalhar, mas que não procuraram trabalho, outro motivo aparece com destaque no Gráfico 21: 20,7% afirmaram não ter tomado providência para conseguir uma ocupação por ter que cuidar de afazeres domésticos, de filho ou de outro parente. O mesmo motivo representou apenas 1,1% das respostas dos homens. Já entre as mulheres na força de trabalho potencial indisponíveis para começar a trabalhar, a maioria apresentou como principal motivo para a indisponibilidade ter que cuidar de afazeres domésticos, de filho ou de outro parente.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
 Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Tais resultados fundamentam a importância que é atribuída à expansão da rede de cuidados para crianças, idosos e pessoas com deficiência para ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho (WHAT..., 2015), o que, por sua vez, poderia implicar em crescimento do PIB e das receitas tributárias do País (PERSPECTIVAS..., 2017). Com efeito, em 2017, as mulheres eram maioria nas três componentes da subutilização da força de trabalho, chegando a representar 60,1% da força de trabalho potencial (Tabela 1.1).

Desagregando a força de trabalho potencial por grupo etário, pode ser observado, no Gráfico 22, que o fenômeno do desalento era mais frequente entre os idosos (66,7%). Nesse contexto, 32,2% das pessoas de 60 anos ou mais de idade que não tomaram medida para conseguir ocupação apontaram como principal motivo não conseguir trabalho por ser considerado muito idoso (Tabela 1.24). Se por um lado os idosos estão menos propensos à desocupação que os trabalhadores mais jovens, por outro, uma vez desocupados, é mais difícil conseguirem nova ocupação, o que pode levá-los ao desalento (WORLD..., 2018).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Trabalho informal

O debate sobre a informalidade se iniciou nos anos 1970, por iniciativa da OIT, em razão da importância atribuída ao setor informal como ofertante de empregos e rendimentos para um conjunto de países em desenvolvimento (EMPLOYMENT..., 1972). A partir de então, foram empreendidos sucessivos debates e revisões a respeito do tema, com o objetivo de acompanhar conceitualmente e metodologicamente a contínua evolução das formas de trabalho verificadas nas sociedades modernas. Em 2003, na 17ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho - CIET, a OIT divulgou novas diretrizes sobre a economia informal, que passou a ser entendida como o agrupamento dos conceitos de setor informal e trabalho informal (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2003). Ficou estabelecido, então, que o setor informal parte da perspectiva de unidade de produção, enquanto o trabalho informal está associado à mão de obra ocupada, ao trabalho precário e à falta de acesso a algum tipo de proteção social.

Para fins de análise dos indicadores construídos nesta publicação, será mantido o conceito de trabalho informal, tal como definido na 17ª CIET. Esta conceituação foi também utilizada em edições anteriores da SIS, englobando as seguintes categorias: empregados do setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência social, e trabalhadores familiares auxiliares (PERFIL..., 2009; PERFIL..., 2012).

A informalidade é uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro, sendo, portanto, um importante marcador de desigualdades. Como consequência, produz um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social vinculados à formalização e limita o acesso a direitos básicos como a remuneração pelo salário mínimo e aposentadoria.

Caracterização do trabalho informal

Conforme mencionado na parte inicial deste capítulo, nos últimos três anos, o trabalho informal voltou a crescer no País, com a ampliação das ocupações sem carteira de trabalho assinada e por conta própria, relativamente acima das demais. Este indicativo de aumento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, é reforçado quando se observam as categorias definidas estritamente como trabalho informal.

A Tabela 6 mostra os resultados, por categoria de trabalho informal e formal, ao longo dos seis anos disponíveis na PNAD Contínua. O trabalho informal, tal como definido nesta publicação, alcançou 37,3 milhões de pessoas, em 2017, representando 40,8% da população ocupada. Este contingente é superior em 1,2 milhão ao observado em 2014, quando representava 39,1% da força de trabalho ocupada.

Tabela 6 - Números absolutos e proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada por tipo de trabalho formal ou informal - Brasil - 2012-2017

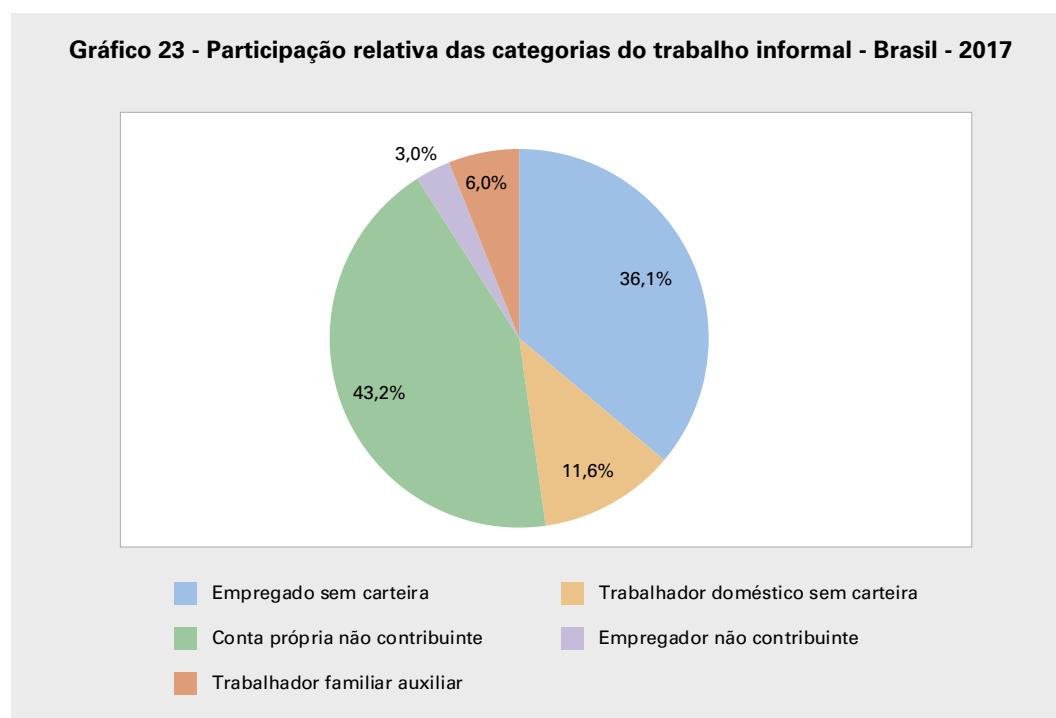
População ocupada	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Números absolutos (1 000)						
Total	89 668	91 196	92 442	92 626	91 191	91 449
Empregado com carteira	35 867	36 999	37 676	37 088	35 512	34 452
Trabalhador doméstico	6 216	6 100	6 028	6 134	6 184	6 208
Militar ou funcionário público	7 365	7 538	7 887	7 769	7 793	7 735
Empregado sem carteira	13 396	13 192	12 960	12 667	12 727	13 470
Conta própria	20 488	20 891	21 418	22 386	22 496	23 105
Empregador	3 560	3 749	3 831	4 041	4 265	4 232
Trabalhador familiar auxiliar	2 776	2 728	2 642	2 542	2 214	2 247
Formal	52 450	54 418	56 312	56 493	55 577	54 167
Empregado com vínculo	43 232	44 537	45 562	44 857	43 305	42 187
Trabalhador doméstico com carteira	1 892	1 827	1 923	1 994	1 980	1 869
Conta própria contribuinte	4 864	5 354	5 968	6 544	7 014	6 999
Empregador contribuinte	2 462	2 700	2 859	3 097	3 277	3 112
Informal	37 218	36 778	36 131	36 133	35 615	37 283
Empregado sem carteira	13 396	13 192	12 960	12 667	12 727	13 470
Trabalhador doméstico sem carteira	4 324	4 273	4 105	4 140	4 204	4 339
Conta própria não contribuinte	15 624	15 537	15 451	15 842	15 482	16 106
Empregador não contribuinte	1 097	1 049	972	944	988	1 121
Trabalhador familiar auxiliar	2 776	2 728	2 642	2 542	2 214	2 247
Proporção (%)						
Total	100	100	100	100	100	100
Formal	58,5	59,7	60,9	61,0	60,9	59,2
Informal	41,5	40,3	39,1	39,0	39,1	40,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Nos dois anos de crise econômica mais intensa, 2015 e 2016, a proporção de trabalhadores informais não sofreu alterações significativas e oscilou em torno de 39,0%, por conta da redução conjunta de postos formais e informais. Em 2016, o total de pessoas ocupadas foi reduzido em ambos os grupos em relação à 2014. Já em 2017, o emprego formal continuou em declínio, sendo parcialmente compensado pelo

aumento das ocupações informais, com destaque para o crescimento de suas duas principais categorias – empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria não contribuintes (Tabela 6). O Gráfico 23 mostra a configuração do perfil do trabalho informal, em 2017, com o registro de 43,2% de participação relativa para os trabalhadores por conta própria que não contribuem e de 36,1% para os empregados sem carteira de trabalho assinada.

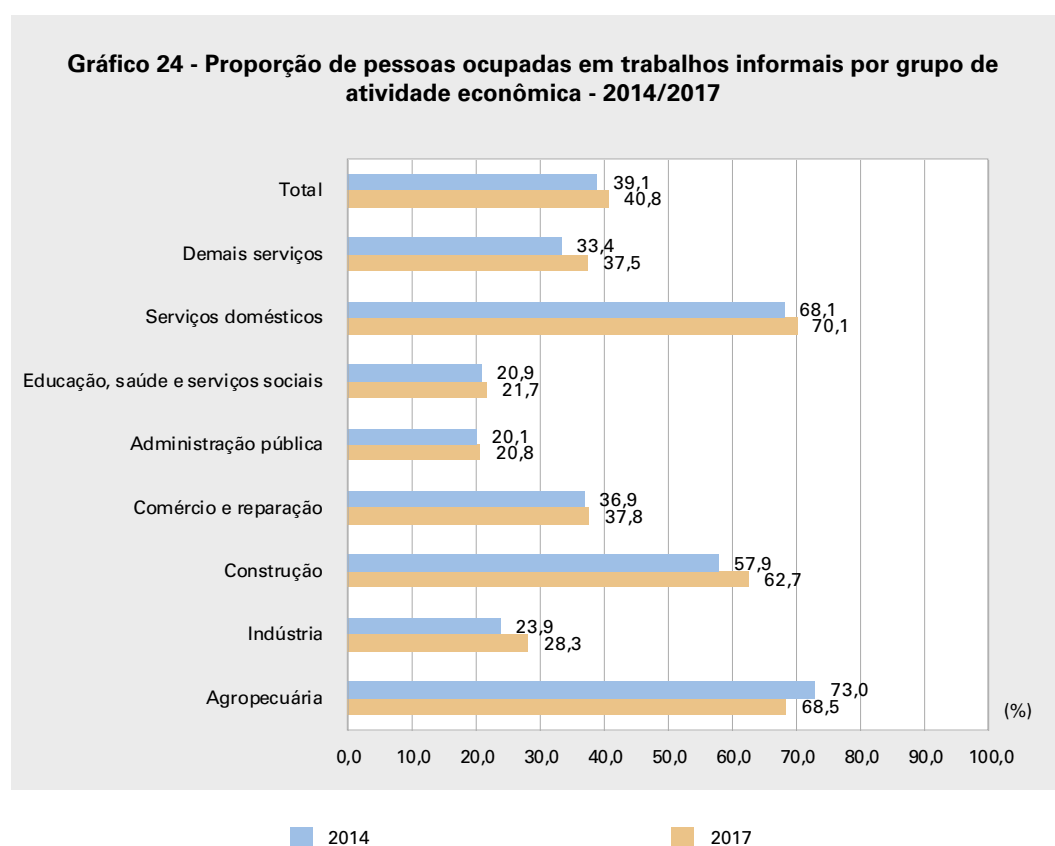


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

A maior informalidade do mercado de trabalho está presente nas Regiões Norte e Nordeste. Em 2017, a proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou 59,5% na Região Norte e 56,2% na Região Nordeste. Por outro lado, as Regiões Sudeste e Sul, apresentaram proporções de, respectivamente, 33,8% e 29,1%. Pará (64,2%), na Região Norte, e Maranhão (66,2%), no Nordeste, foram as UFs que apresentaram, em 2017, as maiores proporções de trabalhadores em empregos informais. Por outro lado, Santa Catarina (23,3%) e Rio Grande do Sul (29,8%), ambos na Região Sul, registraram as menores proporções (Tabela 1.5). O Amazonas foi a UF onde havia a maior desvantagem para pessoas pretas ou pardas em termos de ocupação em trabalhos informais, com 62,9%. Percentual bem acima da proporção de pessoas ocupadas de cor branca em trabalhos informais, que foi de 48,7%, em 2017 (Tabela 1.5).

Quanto à desagregação por sexo, a proporção de homens e mulheres em trabalhos formais e informais é semelhante, embora registre pesos distintos nas categorias de trabalho informal. Enquanto os homens apresentam maior participação de empregados sem carteira e em trabalhadores por conta própria, as mulheres são superiores no trabalho auxiliar familiar e compõem quase que integralmente o trabalho doméstico sem carteira (Tabela 1.9).

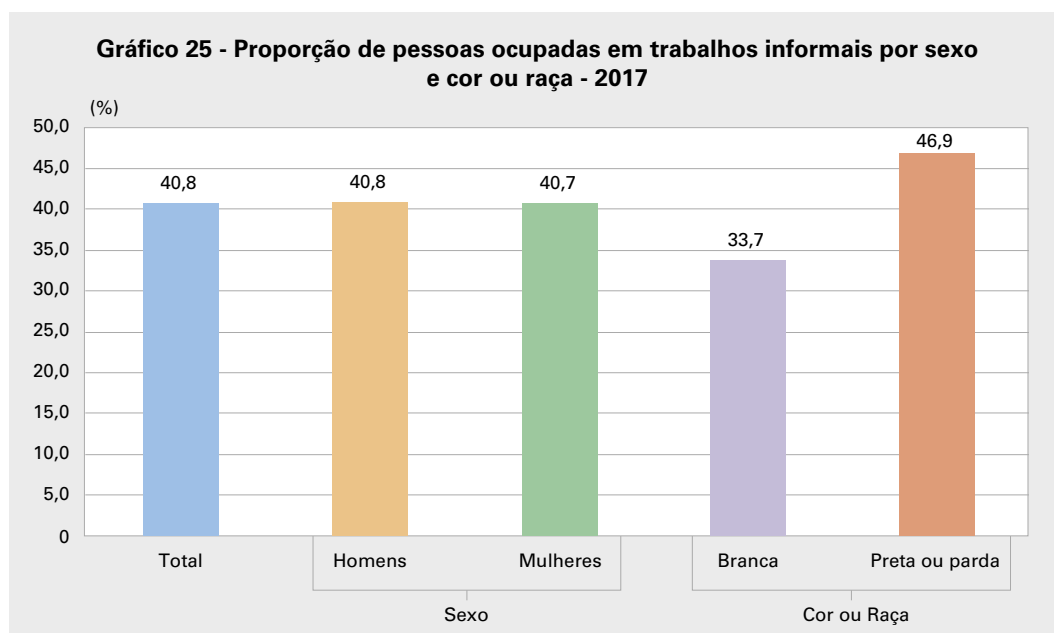
Na análise por grupo de atividade econômica, observa-se que as atividades que mais concentraram trabalhadores informais foram os Serviços domésticos (70,1%) e a Agropecuária (68,5%), no ano de 2017, ou seja, mais de 2/3 do pessoal ocupado em cada atividade – Gráfico 24. Ao contrário de Serviços domésticos, na Agropecuária, este percentual foi sendo reduzido ao longo da série histórica por conta da diminuição do pessoal ocupado na atividade, que foi mais intensa entre os informais (Tabela 1.25). Por outro lado, em decorrência da piora recente no mercado de trabalho, todas as outras atividades sofreram elevação na proporção de trabalhadores informais nos três últimos anos, com destaque para Construção (4,7 pontos percentuais), Indústria (4,4 pontos percentuais) e Demais serviços (4,2 pontos percentuais), revertendo a tendência de queda observada desde 2012 (Gráfico 24 e Tabela 1.25).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014/2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

O recorte adicional por sexo nas atividades econômicas revela que a participação das mulheres no trabalho informal é superior à dos homens para a maior parte dos grupos de atividade econômica (Tabela 1.25). As taxas mais elevadas de informalidade entre as mulheres ocorrem nas atividades de Serviços domésticos (71,2%) e na Agropecuária (75,5%), em 2017. Já os homens no trabalho informal encontram-se em maior proporção também na Agropecuária (66,8%), e na Construção (63,7%), atividades caracterizadas por uma elevada informalidade devido à dinâmica de contratações (sazonalidade, trabalho por empreitada, maior sensibilidade a fatores conjunturais, etc.).

Já o recorte por cor ou raça indica que há maior participação da população preta ou parda em trabalhos informais (46,9%) quando comparada com os trabalhadores brancos (33,7%) – Gráfico 25. Este resultado do ano de 2017, que se mantém com pequenas oscilações ao longo da série, reflete desigualdades historicamente constituídas, como maior proporção dos trabalhadores pretos ou pardos entre o segmento de empregados sem carteira de trabalho assinada (Tabela 1.9).



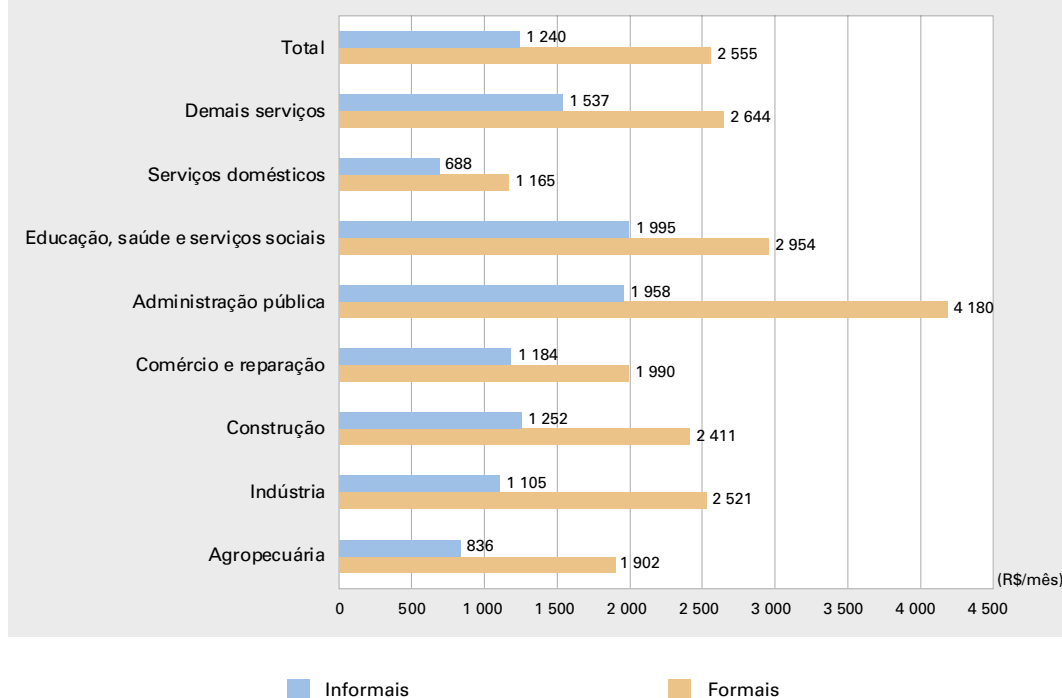
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Em relação ao nível de instrução, verifica-se progressiva participação dos trabalhadores formais à medida que se eleva o grau de escolaridade. Assim, para pessoas ocupadas sem instrução ou ensino fundamental incompleto, a participação dos informais era de 60,8%, enquanto que para pessoas ocupadas com ensino superior completo, a informalidade foi de 19,9% em 2017 (Tabela 1.25).

Rendimentos do trabalho informal

A análise dos rendimentos do trabalho revela com mais detalhes a realidade socioeconômica brasileira, conforme os tipos de inserção no mercado de trabalho, qualificando melhor sua estrutura e registrando desigualdades. Constata-se, pelo Gráfico 26, que as atividades econômicas nas quais se verificou a maior desigualdade salarial entre trabalhadores formais e informais foram a Agropecuária e a Indústria. Enquanto na Agropecuária o trabalhador formal recebia R\$ 1 902,00 e na Indústria R\$ 2 521,00, os trabalhadores informais, nestas atividades, recebiam somente R\$ 836,00 e R\$ 1 105,00, respectivamente. Já os menores rendimentos ficaram a cargo dos trabalhadores informais dos Serviços domésticos, que receberam, mensalmente, apenas R\$ 688,00, em média em 2017. Por outro lado, a maior média de rendimentos estava entre os trabalhadores formais das atividades da Administração pública (R\$ 4 180,00), seguido das atividades de Educação, saúde e serviço social (R\$ 2 954,00).

Gráfico 26 - Rendimento médio real habitual do trabalho principal de pessoas de 14 anos ou mais de idade por tipo de vínculo, segundo atividade econômica - 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Em relação às razões de rendimento entre os trabalhadores formais, as mulheres ocupadas ganhavam 77,5% do rendimento dos homens, em 2017, proporção que cresceu levemente desde 2012, quando foi de 76,0%. Esta tendência de crescimento foi mais intensa entre os trabalhadores informais, de 66,9%, em 2012, para 73,0%, em 2017, mantendo-se, no entanto, o diferencial por sexo superior ao observado para os trabalhadores formais (Tabela 7).

Tabela 7 - Razão entre o rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência em trabalhos informais e formais, segundo o sexo e cor ou raça - Brasil - 2012-2017

Razões entre Rendimentos	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Razão informal/formal	51,3	51,3	51,1	50,8	48,6	48,5
Sexo						
Razão mulheres/homens	73,4	73,4	74,5	75,3	77,4	77,1
Razão mulher formal/homem formal	76,0	74,6	76,3	76,9	77,8	77,5
Razão mulher informal/homem informal	66,9	69,8	67,3	69,1	72,5	73,0
Razão homem informal/homem formal	53,6	52,5	53,2	52,7	49,6	49,4
Razão mulher informal/mulher formal	47,2	49,1	46,9	47,3	46,2	46,5
Cor ou Raça						
Razão preta ou parda/branca	57,5	58,0	57,8	58,9	56,3	58,0
Razão preta ou parda formal/branca formal	62,9	62,8	62,7	64,6	61,8	63,6
Razão preta ou parda informal/branca informal	59,0	61,1	61,0	61,0	59,1	60,0
Razão branca informal/branca formal	56,4	55,5	55,8	55,8	53,5	53,3
Razão preta ou parda informal/preta ou parda formal	52,9	54,0	54,2	52,6	51,2	50,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

A crise econômica nacional parece ter afetado com mais intensidade o rendimento dos trabalhadores informais quando a análise leva em consideração a comparação com o rendimento dos trabalhadores formais no interior de um mesmo grupo. Em 2015, por exemplo, as mulheres em trabalhos informais recebiam 47,3% do rendimento das mulheres em trabalho formais, caindo para 46,5%, em 2017. Entre os homens a queda foi de 52,7% para 49,4%.

Tendência similar foi notada na análise por cor ou raça, com a ampliação dos diferenciais de rendimento no interior dos grupos. Em 2015, o rendimento médio dos trabalhadores pretos ou pardos informais era o equivalente a 52,6% do rendimento dos trabalhadores formais, passando para 50,3% em 2017. Entre os brancos a queda foi de 55,8% para 53,3%.

Padrão de vida e distribuição de renda

O presente capítulo analisa as condições de vida da população brasileira, levando em consideração a renda e outras dimensões importantes para avaliar o bem-estar da população, de acordo com padrões vigentes em nossa sociedade. Objetiva explorar se os indivíduos têm acesso aos meios necessários para garantir um padrão de vida digno, em consonância com os direitos estabelecidos na Constituição Federal e acordos internacionais firmados. Para tanto, medidas de rendimentos monetários são relevantes, além de outros fatores como o acesso a bens e serviços de educação e proteção social. Nesse contexto, as condições de moradia também assumem um papel de destaque para um retrato mais fidedigno da sociedade brasileira.

No âmbito internacional, a Agenda 2030, compromisso com o desenvolvimento sustentável assinado por 193 países em setembro de 2015, estabelece que: “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável”, com o comprometimento de que “ninguém seja deixado para trás”¹⁶. Em paralelo, a partir da crise financeira de 2008, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL também define a igualdade como eixo estruturante e norteador das ações para os países da região (BIELSCHOWSKI; TORRES, 2018). Já o Banco Mundial, dentre outras iniciativas, propõe como uma de suas missões erradicar a pobreza extrema até 2030¹⁷.

¹⁶ Para mais detalhes, acessar o portal da Agenda 2030 na Internet, no endereço: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>.

¹⁷ Para mais detalhes, acessar o Relatório Anual de 2017, no endereço: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/27986/211119PT.pdf?sequence=9&isAllowed=y>>.

Em âmbito nacional, a Constituição Federal do Brasil de 1988 apresenta em seu Art. 6º que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”

Na sequência são trazidas informações relativas ao período de 2016 e 2017 acerca de indicadores de distribuição de renda, recortes de pobreza, condições de moradia e indicadores de restrições de acesso em dimensões disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua¹⁸.

Distribuição de renda

Como os rendimentos coletados nas pesquisas se comportam no tempo é informação relevante para medir ganho, perda ou estabilidade de bem-estar da população, pela ótica monetária. Já medidas de distribuição de renda são uma maneira sintética de demonstrar diferenças nos rendimentos entre grupos de pessoas, domicílios ou outros recortes relevantes, como geográfico e por cor ou raça.

Não existe um único indicador que seja capaz de captar todas essas nuances e diferenças, assim, serão explorados aqui o rendimento domiciliar *per capita* médio, segundo recortes por classes de salário mínimo e origem do rendimento, além de medidas de concentração como o índice de Gini¹⁹, o índice de Palma²⁰ e razões de rendimentos.

O Gráfico 1 mostra o rendimento mensal domiciliar *per capita* médio real no Brasil e Grandes Regiões no ano de 2017. Regionalmente, observa-se rendimento médio similar nas Regiões Sudeste (R\$ 1 773,00), Sul (R\$ 1 788,00) e Centro-Oeste (R\$ 1 776,00), e superiores ao do Norte (R\$ 1 011,00) e Nordeste (R\$ 984,00). Apesar de rendimentos médios similares para algumas regiões abordar-se-á na sequência desta seção indicadores de desigualdade e distribuição de renda que apontam padrões diferentes entre estas regiões.

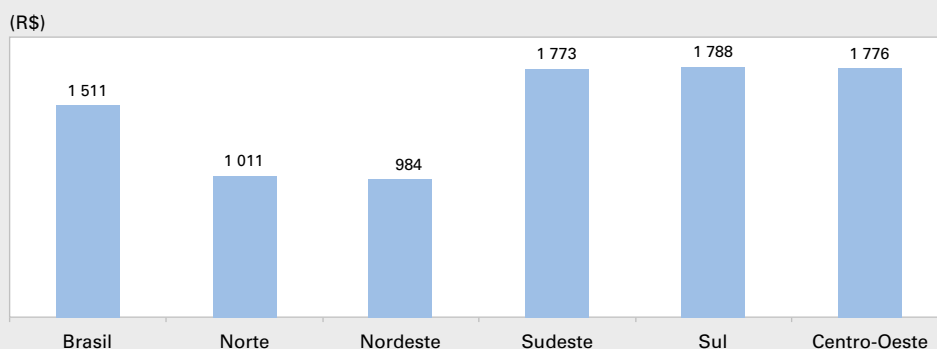
O elevado percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* de até ½ salário mínimo ajuda a explicar o menor rendimento médio nos estados das Regiões Norte e Nordeste. Aproximadamente metade da população dessas regiões apresentava rendimento de até ½ salário mínimo *per capita*, enquanto nas demais regiões o percentual variava entre 15,6% e 21,5%. De maneira similar, em 2017, apenas 7,8% e 7,7% dos residentes nas Regiões Norte e Nordeste, respectivamente, possuíam rendimento mensal domiciliar *per capita* superior a dois salários mínimos. Esse percentual era de 20%, ou mais, nas demais regiões, acima da média nacional, 16,2% (Gráfico 2).

¹⁸ Para mais detalhes sobre a pesquisa, ver Notas Técnicas no Anexo 1 ao final da presente publicação.

¹⁹ O índice de Gini varia de 0 a 1, sendo 1 o valor de máxima desigualdade e 0 a perfeita igualdade na distribuição de renda (quando X% da população se apropria dos mesmos X% da renda total).

²⁰ Popularizado pelo economista chileno Gabriel Palma, é amplamente utilizado ao tratar questões de desigualdade e distribuição de renda no nível internacional (PALMA, 2011). É composto pela razão da parcela dos rendimentos concentrada pelo topo da distribuição (10% com maiores rendimentos) em relação à base da pirâmide (40% com menores rendimentos).

Gráfico 1 - Rendimento real efetivo domiciliar *per capita* médio dos arranjos residentes em domicílios particulares, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2017



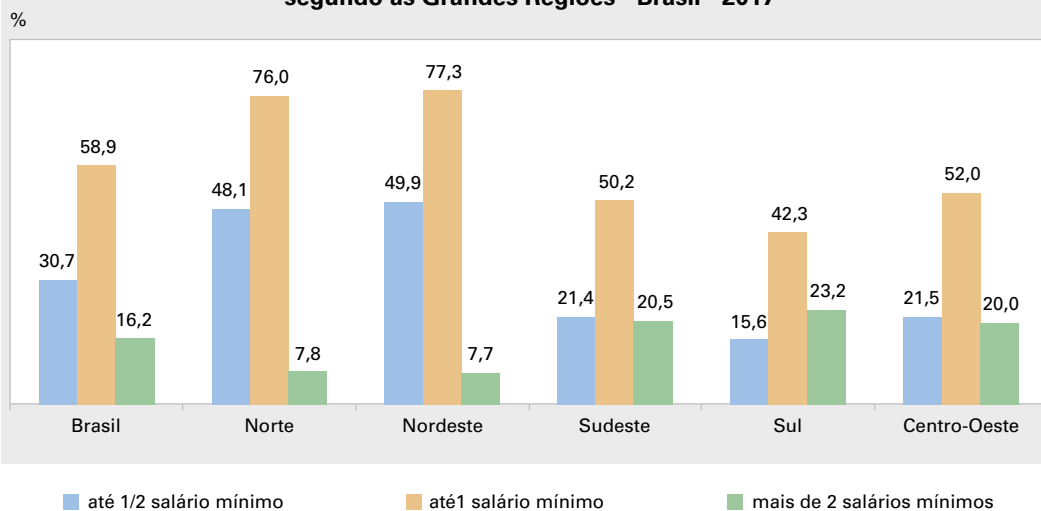
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

3. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2017.

Gráfico 2 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares, por classe de rendimento real efetivo domiciliar *per capita*, em relação ao salário mínimo, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

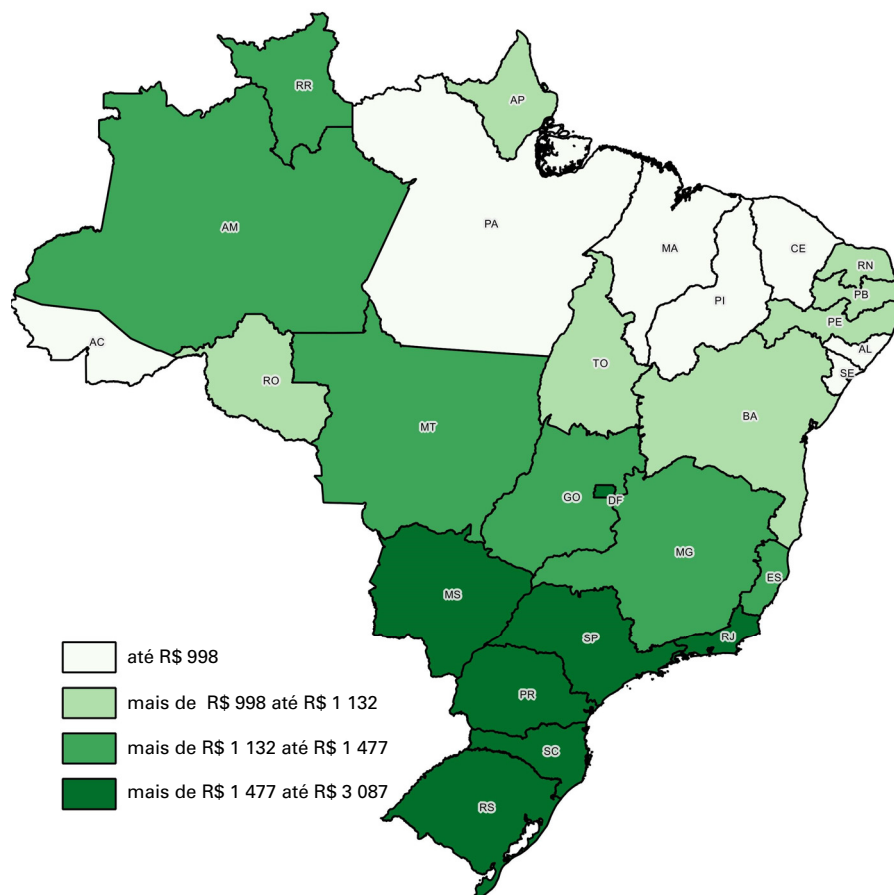
2. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

3. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2017.

Dentre as Unidades da Federação, o Distrito Federal foi aquela com maior rendimento mensal domiciliar *per capita* médio em 2017, R\$ 3 087,00, valor mais de 4 vezes superior ao do Maranhão, que apresentou menor rendimento mensal médio (R\$ 710,00) (Cartograma 1 e Tabela 2.6)²¹.

²¹ As tabelas iniciadas com o número do capítulo (exemplo: 2.X) pertencem ao plano tabular da publicação e podem ser consultadas no portal do IBGE na Internet, no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?&t=resultados>>.

Cartograma 1 - Rendimento mensal real efetivo domiciliar *per capita* médio dos arranjos residentes em domicílios particulares, por Unidades da Federação - Brasil - 2017

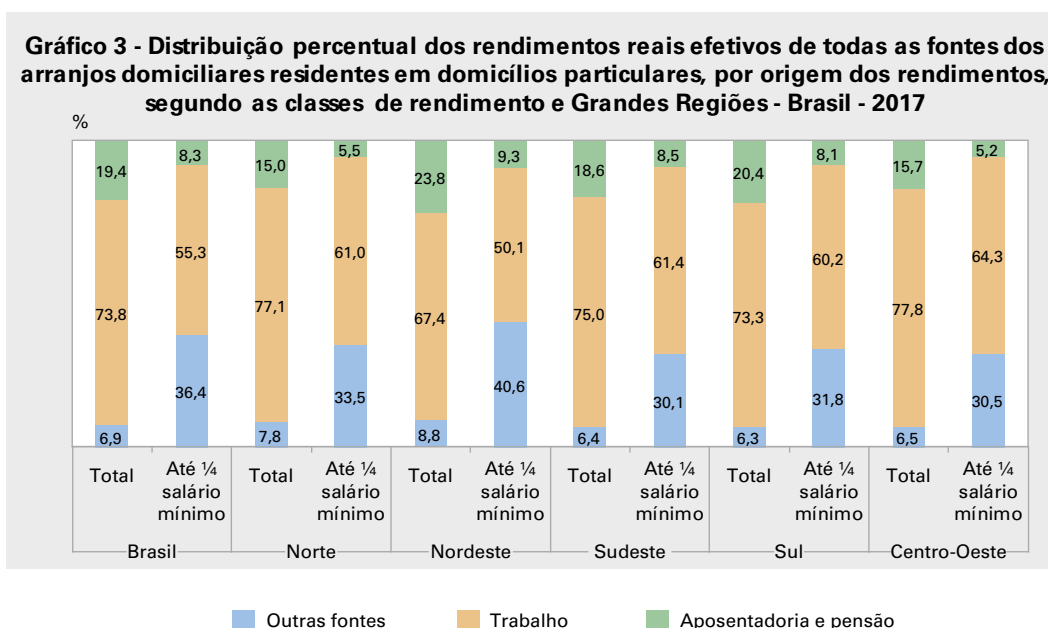


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Distribuição de cores por quartos da distribuição.

Outra informação importante que apresenta diferenças regionais é acerca da origem dos rendimentos, que são compostos por rendimentos do trabalho, de aposentadoria e pensão, e de outras fontes (programas sociais, doações e mesadas, rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudos etc.). Para o Brasil, 73,8% do rendimento domiciliar total eram de rendimentos do trabalho; 19,4% provinha de aposentadoria e pensão; e 6,9% de outras fontes. O Gráfico 3 apresenta essa distribuição, e nele percebe-se que as Regiões Centro-Oeste e Norte são as que apresentavam maior proporção da renda com origem no trabalho, 77,8% e 77,1%.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

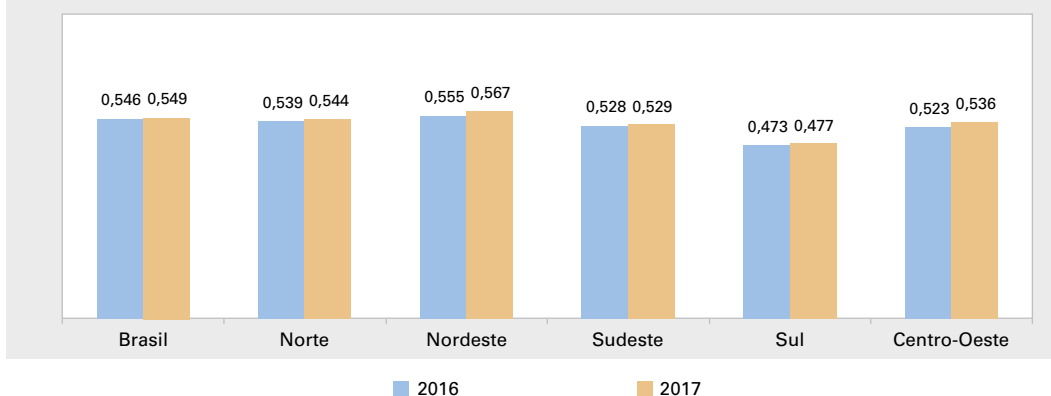
3. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2017.

4. Salário mínimo de referência: R\$ 937,00.

Em contraste, a Região Nordeste apresentava maiores valores para a proporção de rendimentos oriundos de aposentadoria e pensão (23,8%), e outras fontes (8,8%), especialmente para os domicílios com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até ¼ de salário mínimo, cuja distribuição percentual dos rendimentos era de 40,6% para outras fontes; 50,1% para trabalho; e 9,3% para aposentadoria e pensão. O maior peso de outras fontes no rendimento domiciliar para as classes com mais baixos rendimentos indica a importância das transferências de renda na composição da renda desses domicílios.

Tratando especificamente da distribuição de renda, um indicador clássico para medir desigualdade de rendimentos é o índice de Gini, apresentado para o Brasil e Grandes Regiões no Gráfico 4. Entre 2016 e 2017, o Gini do rendimento domiciliar *per capita* oscilou de 0,546 para 0,549 em nível nacional. Dentre as regiões se destaca a Região Sul, que apresentou índice consideravelmente menor que as demais, 0,477 em 2017. Em um maior aprofundamento em nível das Unidades de Federação, observa-se que Santa Catarina apresentou o menor índice, 0,421. Por outro lado, Amazonas (0,604) e Distrito Federal (0,602) apresentaram os maiores valores (Tabela 2.3a).

Gráfico 4 - Índice de Gini da distribuição do rendimento real efetivo domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2016-2017



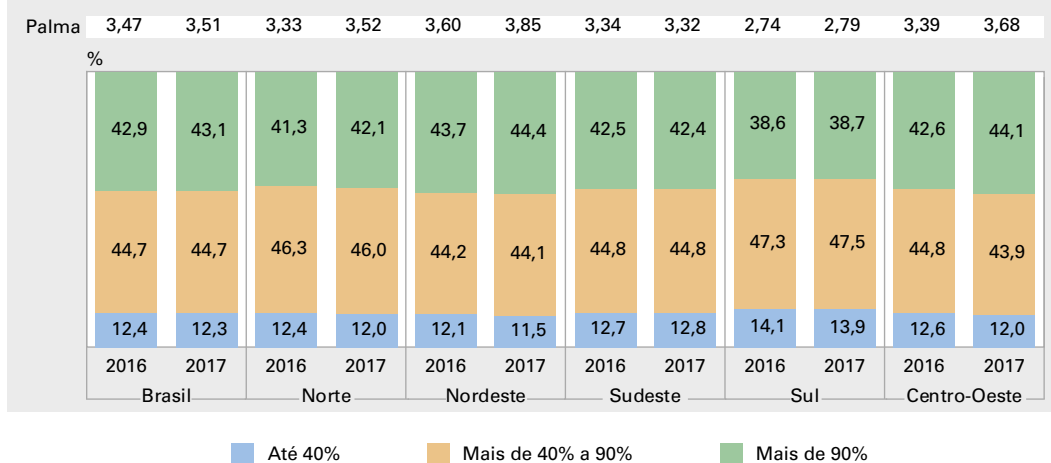
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

Outro indicador conhecido é o índice de Palma, que representa a razão entre a parcela do rendimento apropriada pelos 10% das pessoas com maiores rendimentos em comparação à parcela apropriada pelos 40% com menores rendimentos. No total do País, ele passou de 3,47 para 3,51 entre 2016 e 2017, indicando que o total de rendimentos recebidos pelos 10% com maiores rendimentos superou o total recebido pelos 40% com menores rendimentos em cerca de três vezes e meia (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Distribuição do rendimento real efetivo de todas as fontes, por classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento e Índice de Palma, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 2016-2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016-2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

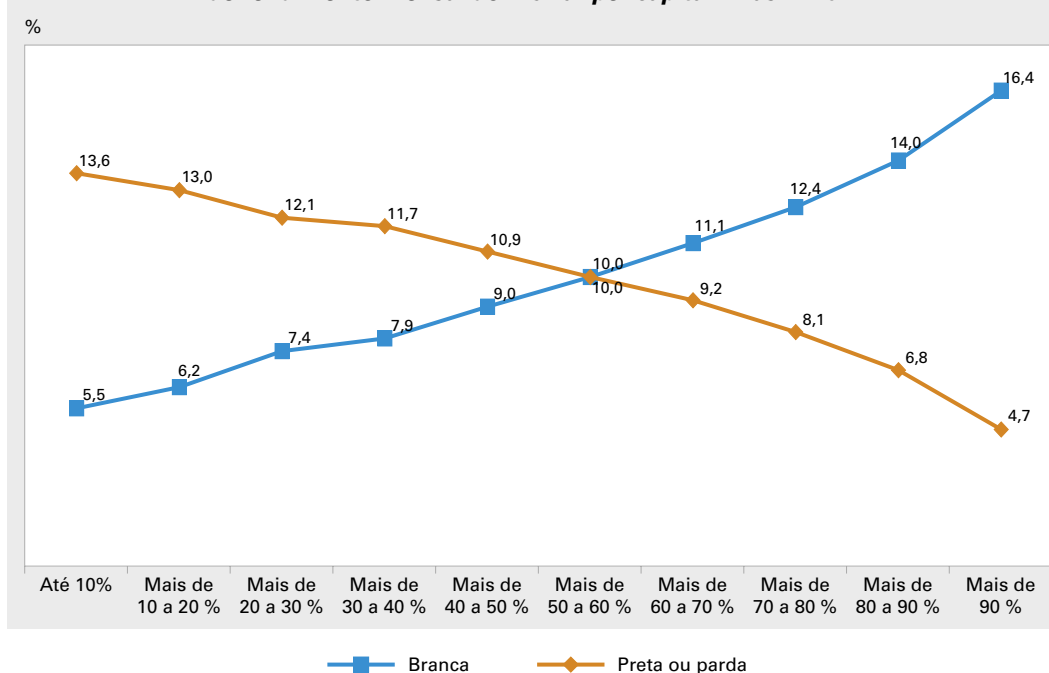
3. Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

Regionalmente, houve maior oscilação nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os valores extremos em 2017 foram observados na Região Nordeste, com 11,5% dos rendimentos totais em mãos de 40% da população na base, contra 44,4% dos rendimentos no décimo superior da distribuição, o que levou o índice de Palma a 3,85.

Apesar das diferenças entre Gini e Palma²², ambas as medidas apontaram maior desigualdade no Nordeste. Em relação às Unidades da Federação, o Distrito Federal, que tinha o maior índice de Palma em 2017 (5,57), apresentou o segundo maior Gini, atrás apenas do Amazonas. Enquanto Santa Catarina apresentou os índices de menor desigualdade para ambos indicadores (2,14 e 0,421, respectivamente), situação que também ocorreu em 2016 (Tabelas 2.3a e 2.9).

As desigualdades de renda estão presentes também quando analisamos a distribuição do rendimento domiciliar *per capita* por cor ou raça. Pelo Gráfico 6, observa-se a diferença na composição dos décimos de rendimentos entre brancos e pretos ou pardos. Enquanto 16,4% da população branca estava entre os 10% com maiores rendimentos, apenas 4,7% da população preta ou parda encontrava-se nessa mesma classe de rendimentos em 2017. O inverso acontece entre os 10% com menores rendimentos, que abarcava 13,6% da população preta ou parda e apenas 5,5% da população branca. Em um cenário de perfeita igualdade racial haveria 10% das pessoas por grupo de cor ou raça distribuídas em cada uma das dez classes de rendimento.

Gráfico 6 - Distribuição percentual da população residente em domicílios particulares, por cor ou raça, segundo as classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

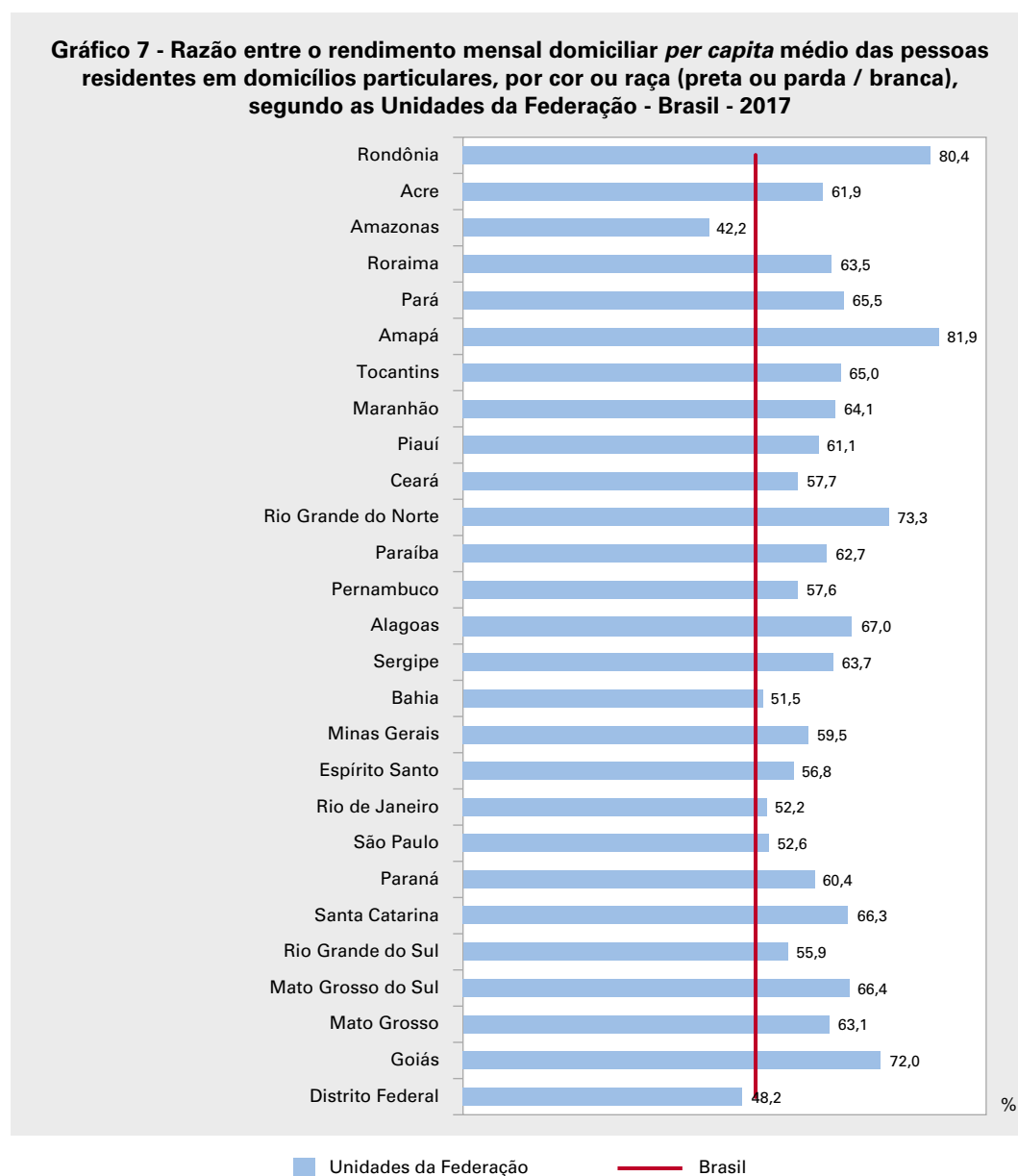
Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

3. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2017.

²² Este indicador é mais sensível a variações nas faixas extremas da distribuição de rendimento, contrariamente ao Gini que é mais influenciado pelas movimentações no centro da distribuição (COBHAM, 2013).

Ainda sob este enfoque, as pessoas de cor ou raça preta ou parda tiveram rendimento domiciliar *per capita* médio de quase a metade do valor observado para as pessoas brancas em 2017 (50,3%). Dentre as Unidades da Federação, observa-se que Amazonas (42,2%) e Distrito Federal (48,2%) apresentaram as menores razões entre os rendimentos de pretos e pardos em relação a brancos. Estas foram também as Unidades da Federação com os maiores valores para o índice de Gini. Por outro lado, Amapá (81,9%) e Rondônia (80,4%) apresentaram as maiores razões de rendimentos, indicando menor desigualdade entre os rendimentos de pretos e pardos em relação a brancos (Gráfico 7).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

3. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2017.

Pobreza monetária

A erradicação da pobreza é um dos temas centrais da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, sem contar que a temática figura há anos nos esforços analíticos e de políticas públicas no Brasil (INSTITUTO DE PEQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2018; NAÇÕES UNIDAS, 2017; OSÓRIO; SOARES; SOUZA, 2011; ROCHA, 2003; SOARES, 2009).

A presente seção analisa a pobreza sob a ótica monetária, ou seja, a partir de um valor que serve como linha de corte para definir pobres e não pobres. Como o Brasil não possui uma linha oficial de pobreza, são construídas algumas linhas como forma de mostrar que a proporção de pobres varia de acordo com o critério adotado. Há diversas estratégias para construir linhas, que podem ser absolutas, quer dizer, a partir de um valor específico, ou relativas, que costumam vir como uma proporção, por exemplo, de pessoas cujos rendimentos domiciliares *per capita* estão abaixo de 50% da mediana²³. Medidas relativas são mais utilizadas em países da Europa, onde as condições de vida da população já não mais remetem aos mínimos vitais.

No presente texto, são explorados três tipos de linhas, todas absolutas: i) linhas de pobreza construídas a partir de dólares diários, consagradas no nível internacional a partir de diversos estudos feitos pelo Banco Mundial; ii) linhas construídas a partir de proporções do salário mínimo, tradicionalmente usadas para balizar critérios de inclusão em programas sociais, por exemplo, $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita* para conceder o Benefício de Prestação Continuada - BPC; e iii) linhas de referência para concessão do benefício do Bolsa Família, segundo os valores vigentes desde julho de 2016²⁴.

Ainda que haja discussões sobre diversas linhas de corte, de acordo com a classificação de renda dos países, o valor de US\$ 1,90 diários *per capita* em Paridade de Poder de Compra - PPC²⁵ é atualmente o limite para a definição de extrema pobreza global, como explicitado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1.1 e na missão institucional do Banco Mundial²⁶.

²³ A Tabela 2.12 inclui diversas linhas, construídas sob esses dois critérios.

²⁴ “Para estar no Bolsa Família, é preciso ter renda por pessoa de até R\$ 85,00 mensais. Se a família tiver na sua composição crianças ou adolescentes de até 17 anos, o patamar passa para R\$ 170 mensais”. A partir de julho de 2018, esses valores sofreram reajustes e passaram para R\$ 89,00 e R\$ 178,00, respectivamente, mas como a análise se restringe ao período até 2017, esses valores não foram considerados aqui. Os reajustes do Programa não estão atrelados a nenhum índice de inflação. Para mais detalhes, acessar o portal do Ministério do Desenvolvimento Social, no endereço: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/setembro/bolsa-familia-saiba-quais-sao-as-regras-para-participar-do-programa>>.

²⁵ A Paridade do Poder de Compra - PPC é utilizada para comparar o poder de compra entre diferentes países, ou moedas, e é utilizada como alternativa à taxa de câmbio, que, em geral varia com mudanças nos índices de preços e mesmo a volatilidade do mercado de capitais e especulação. O fator de conversão de PPC é o número de unidades da moeda de um país necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno como dólares comprariam nos Estados Unidos. A taxa de conversão da PPC para consumo privado calculada pelo Programa de Comparação Internacional (ICP na sigla em inglês) era de R\$ 1,66 para US\$ 1,00 no ano de 2011. Para chegar às linhas utilizadas aqui, os valores em dólar são convertidos em reais, tornados mensais e deflacionados pelo IPCA no nível das regiões até o ano mais recente (2017).

²⁶ As Nações Unidas e o Banco Mundial iniciaram o acompanhamento da pobreza global com a medida de 1 dólar por dia em 1990. Essa medida foi consagrada pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e se mantém na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os valores da linha foram revisados para US\$1,08 em 1993, US\$1,25 em 2005 e chega a US\$1,90 em 2015 (baseada no cálculo do dólar PPC da última revisão, quer dizer, de 2011). A medida de US\$ 1,90 se justifica por representar uma linha válida para os países mais pobres do globo, balizando o mínimo a ser buscado globalmente, o que não impede que haja pessoas abaixo desse mínimo em países de nível médio e alto de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, outros valores de linha vêm sendo estudados como linhas de pobreza, o que é tributário de diversos estudos e usos mundo afora (FERES; VILLATORO, 2013; INCHAUSTE, 2014; JOLLIFFE; PRYDZ, 2016). O Banco Mundial já publica há muitos anos a incidência da pobreza monetária nos países a partir da linha global de US\$ 1,90 – sugerida para países de baixa renda, como parte dos países da África e países marcados por conflitos recentes como Afeganistão, Haiti e Síria - mas adicionou a partir de 2017 outras duas opções às suas publicações, US\$ 3,20 e US\$ 5,50, construídas para dar conta das diferenças em níveis de desenvolvimento em países com renda média-baixa e média-alta, respectivamente (FERREIRA; SANCHEZ, 2017).

O Brasil é classificado entre os países com renda média-alta²⁷, para os quais o Banco sugere a linha de US\$ 5,5 para classificar as pessoas na pobreza. A estratégia de dar destaque a essa linha já tinha sido adotada na Síntese de Indicadores Sociais de 2017 (SÍNTESE..., 2017) e seguiremos as análises dando ênfase a esse recorte.

Considerando a linha de extrema pobreza global, entre 2016 e 2017, aumentou o percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 1,90 por dia (ou cerca de R\$ 140,00 mensais em valores de 2017). No País, em 2016 havia 6,6% da população abaixo desta linha, valor que chegou a 7,4% em 2017 (compreendendo mais de 15 milhões de pessoas). O crescimento do percentual de pessoas abaixo dessa linha aumentou em todas as regiões, com exceção da Região Norte, onde se manteve estável, como mostra a Tabela 1. Da mesma forma, a linha de US\$ 3,20 (cerca de R\$ 236,00 mensais) mostrou crescimento, classificando 13,3% da população na pobreza em 2017 (diante de 12,8% em 2016), com crescimento acentuado na Região Nordeste.

No Brasil, em relação à medida de US\$ 5,50 PPC diários, 26,5% da população, ou quase 55 milhões de pessoas, viviam com rendimento inferior a esta linha em 2017 (cerca de R\$ 406,00 mensais), diante de 25,7% da população em 2016. A maior parte dessas pessoas (mais de 25 milhões) estava na Região Nordeste, enquanto na Região Centro-Oeste havia menos de 3 milhões de pessoas. O Nordeste era também a região com maior percentual de sua população com renda inferior a esta linha, 44,8%, ao passo que esta proporção era de 12,8% no Sul. Na Região Sudeste, por sua vez, houve aumento de 1,3 pontos percentuais, passando de 16,1% para 17,4% da população.

²⁷ Para mais detalhes, acessar o portal do Banco Mundial, no endereço: <<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>>.

Tabela 1 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal real domiciliar *per capita* selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2016-2017

Grandes Regiões	Pessoas residentes em domicílios particulares											
	Total (1 000 pessoas)		Classes de rendimento mensal real domiciliar per capita									
			Até ¼ de salário mínimo (R\$ 234,25)			Mais de ¼ a ½ salário mínimo (R\$ 468,50)			Até R\$ 85			
	2016	2017	2016	2017	Situação (2)	2016	2017	Situação (2)	2016	2017	Situação (2)	
Brasil	205 386	207 004	12,6	13,0	→ 	18,5	17,7	↓	4,0	4,7	↑	
Norte	17 420	17 647	23,7	22,4	→	26,6	25,7	→	5,8	6,6	→	
Nordeste	56 733	57 080	23,9	25,0	↑	26,6	24,9	↓	7,4	9,0	↑	
Sudeste	86 305	86 921	6,6	7,0	→	14,3	14,4	→	2,6	2,8	→	
Sul	29 393	29 603	5,1	5,0	→	11,7	10,6	↓	1,8	2,2	↑	
Centro-Oeste	15 534	15 754	6,5	6,8	→	16,5	14,8	↓	2,1	2,5	→	

Grandes Regiões	Pessoas residentes em domicílios particulares											
	Classes de rendimento mensal real domiciliar per capita											
	Mais de R\$ 85 a R\$ 170			Até US\$ 1,9 PPC 2011 (1)			Até US\$ 3,2 PPC 2011 (1)			Até US\$ 5,5 PPC 2011 (1)		
	2016	2017	Situação (2)	2016	2017	Situação (2)	2016	2017	Situação (2)	2016	2017	Situação (2)
Brasil	4,1	4,1	→ 	6,6	7,4	↑	12,8	13,3	↑	25,7	26,5	↑
Norte	9,1	8,2	→	11,4	11,8	→	24,1	23,3	→	43,7	43,1	→
Nordeste	8,7	8,5	→	13,2	14,7	↑	24,4	25,8	↑	44,0	44,8	→
Sudeste	1,5	1,8	↑	3,4	3,8	↑	6,7	7,0	→	16,1	17,4	↑
Sul	1,2	1,4	→	2,4	2,9	↑	5,2	5,2	→	12,5	12,8	→
Centro-Oeste	1,6	1,9	→	3,0	3,6	↑	6,5	6,8	→	17,3	16,9	→

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

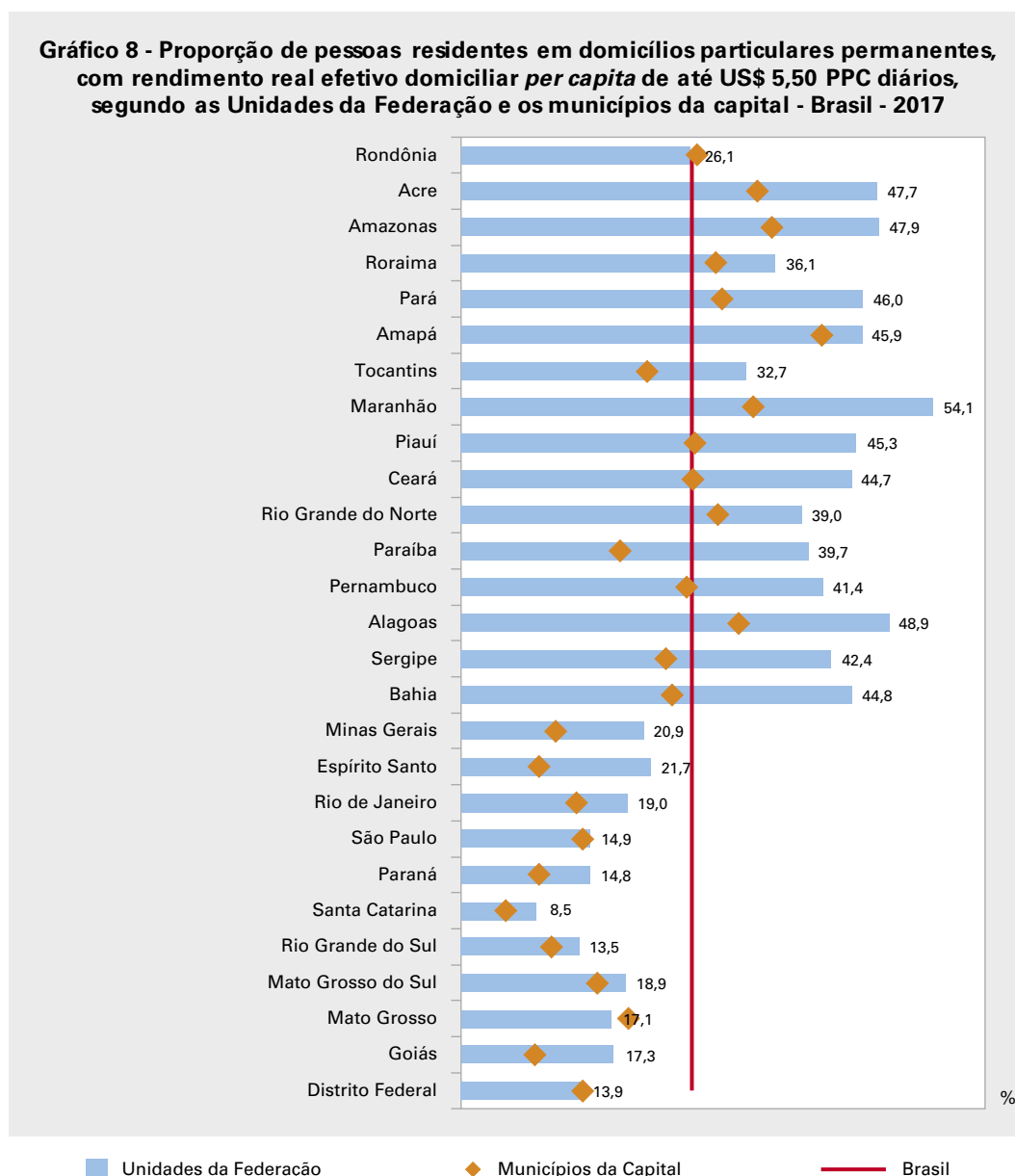
Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

3. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2017.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC 2011) para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00, inflacionado pelo IPCA para o ano recente. (2) As indicações de significância estatística para as variações das estimativas deste quadro, representadas graficamente pelas setas, são determinadas por testes de hipóteses acerca dos parâmetros ($p < 0,05$). Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar Lila e Freitas (2007).

Em relação às Unidades da Federação, em 2017, Maranhão (54,1%) e Alagoas (48,9%) possuíam os maiores percentuais de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC, enquanto os menores estavam em Santa Catarina (8,5%) e Rio Grande do Sul (13,5%), corroborando os achados por Grandes Regiões. O Gráfico 8 sintetiza essas informações para as Unidades da Federação e os respectivos municípios da capital.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

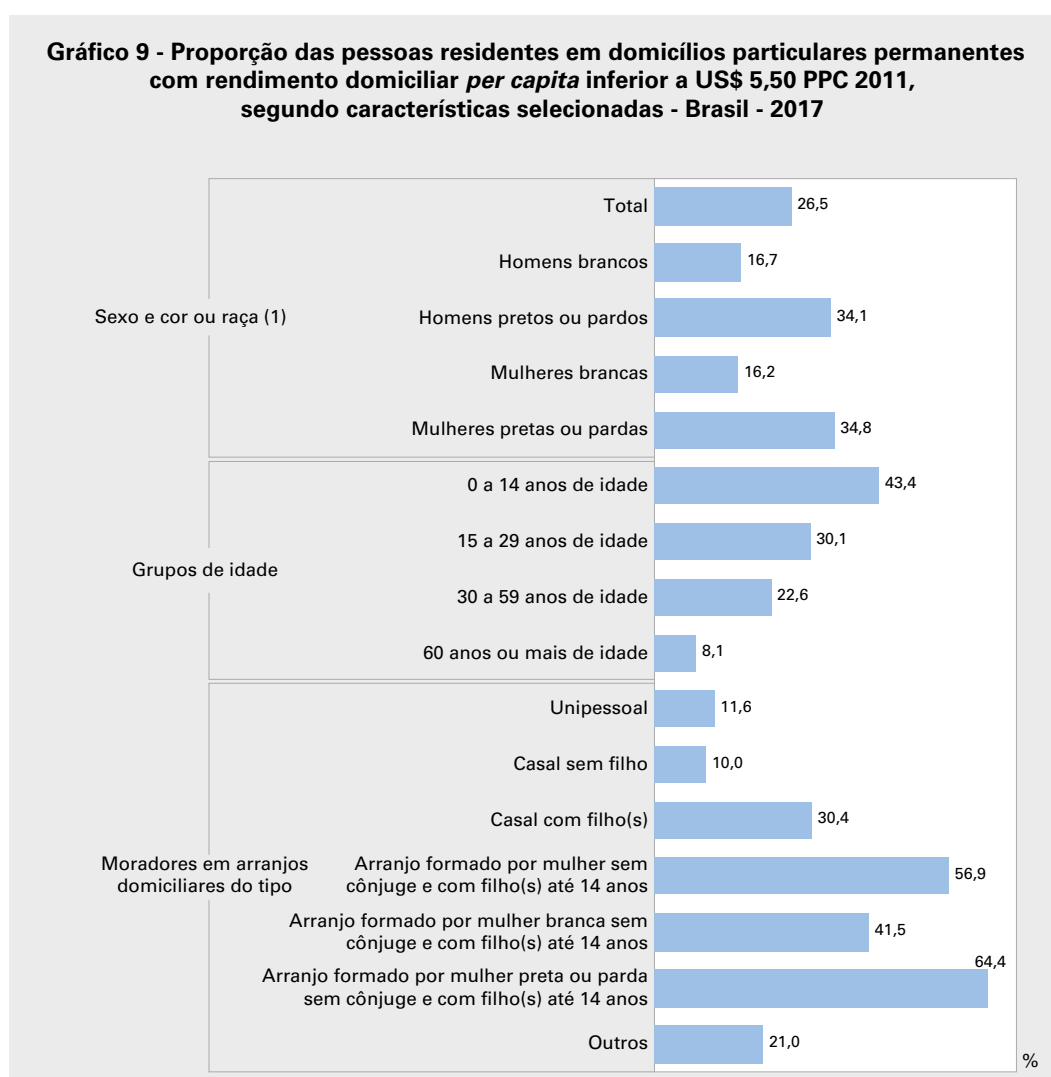
2. Excluiu-se pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

3. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2017.

4. Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC 2011) para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00, inflacionado pelo IPCA para o ano recente.

Em complemento, recortes de grupos específicos podem identificar perfis mais vulneráveis. Como dito, a população abaixo da linha de US\$ 5,50 PPC representava 26,5% da população em 2017, uma incidência que cresce significativamente segundo alguns recortes demográficos. Um dos grupos vulneráveis são pessoas que moram em domicílios formados por arranjos cujo responsável é mulher sem cônjuge com filhos de até 14 anos de idade (56,9%), e se o responsável desse tipo de domicílio (monoparental com filhos) é mulher preta ou parda, a incidência de pobreza sobe ainda mais, a 64,4%. Da mesma forma, a pobreza atinge mais as crianças e adolescentes de até 14 anos de idade (43,4%) e a homens e mulheres pretos ou pardos (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Proporção das pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC 2011, segundo características selecionadas - Brasil - 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

3. Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC 2011) para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00, inflacionado pelo IPCA para o ano recente.

(1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas ou sem especificação.

Até aqui, analisou-se para o total da população e segundo grupos específicos a proporção de pessoas vivendo abaixo de determinada linha de pobreza. Essa é uma medida com diversas utilidades e bastante intuitiva. Contudo, ela não é capaz de diferenciar os níveis de pobreza, ou seja, não diferencia uma pessoa que tem um rendimento poucos reais abaixo da linha de corte de uma outra que esteja mais longe. Isso significa que se uma pessoa que já é considerada pobre ficar ainda mais pobre, a incidência da pobreza não irá mudar.

Para lidar com essa questão, foi construído o indicador chamado “hiato da pobreza”, que “mede a que distância os indivíduos estão abaixo da linha de pobreza (os hiatos de pobreza) como proporção da linha de pobreza” (WORLD BANK INSTITUTE, 2005, p. 69, tradução nossa). De maneira didática, o hiato da pobreza é uma medida que identifica quanto falta, na média, para que cada indivíduo a alcance. A Tabela 2 traz informações sobre três linhas (de US\$ 1,90, US\$ 3,20 e US\$ 5,50). Como dito, de 2016 a 2017, houve aumento na incidência da pobreza, e isso ocorreu concomitantemente ao crescimento do hiato médio. Para a linha de US\$ 5,50, o hiato médio passa de 11,5%, em 2016, para 12,1%, em 2017.

O hiato da pobreza também permite um segundo cálculo que representa uma aproximação do custo de combate à pobreza monetária em determinado ponto do tempo. Trata-se de um cálculo aproximado, pois considera que há perfeita identificação das pessoas abaixo da linha e alocação de recursos, sem custos operacionais e sem eventuais efeitos inflacionários desse investimento. Seriam então necessários cerca de R\$ 1,2 bilhão, R\$ 3,2 bilhões e R\$ 10,2 bilhões de reais mensais para fazer as pessoas alcançarem as linhas de US\$ 1,90, US\$ 3,20 e US\$ 5,50, respectivamente (Tabela 2). Isto é, fazer com que as pessoas alcancem os valores das linhas de pobreza.

Considerando cada Unidade da Federação, é possível identificar o valor dessa massa de rendimentos para que as pessoas alcancem as linhas, o que é influenciado pela proporção da população abaixo da linha de pobreza, mas também pelo tamanho da população total. Os maiores valores são vistos na Bahia, que possuía a 4ª maior população do Brasil (7,4% da população brasileira em 2017) e incidência de pobreza acima da média nacional, e em São Paulo, que possuía a maior população (21,8% da população brasileira), mas com percentual de pobres inferior à média nacional. Pode-se almejar a erradicação da pobreza segundo as diversas linhas, o que está relacionado a questões políticas e à disponibilidade de recursos (Tabelas 2.29, 2.29a e 2.29b).

Tabela 2 - Medidas do hiato da pobreza (*poverty gap*) e outras características das classes de rendimento efetivo domiciliar *per capita* (linhas de pobreza) - 2016-2017

Classes de rendimento efetivo domiciliar per capita		Até US\$1,9 PPC 2011 (1)			Até US\$3,2 PPC 2011 (1)			Até US\$5,5 PPC 2011 (1)		
		2016	2017	Situação (3)	2016	2017	Situação (3)	2016	2017	Situação (3)
Total (1 000 pessoas)	Absoluto	13 518	15 232	..	26 318	27 503	..	52 820	54 789	..
Proporção das pessoas	Percentual	6,6	7,4	↑	12,8	13,3	↑	25,7	26,5	↑
Hiato médio (2)	Percentual	3,5	4,0	↑	5,9	6,5	↑	11,5	12,1	↑
Massa de rendimento para que todos alcancem a linha de pobreza (R\$ milhões)	Rendimento	998	1 171	..	2 865	3 179	..	9 650	10 220	..
Valor aproximado da linha (R\$)	Rendimento	140	140	..	236	236	..	406	406	..
Distância média até a linha (R\$)	Rendimento	74	77	..	109	116	..	183	187	..

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

3. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2017.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC 2011) para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00, inflacionado pelo IPCA para o ano recente. (2) Representa a quantia da renda necessária a ser transferida aos pobres para fazer as pessoas alcançarem os valores das linhas estabelecidas. É calculado como a soma das distâncias das rendas dos pobres à linha de pobreza, medidas em proporção do valor da linha, e divide o resultado pelo total da população. (3) As indicações de significância estatística para as variações das estimativas deste quadro, representadas graficamente pelas setas, são determinadas por testes de hipóteses acerca dos parâmetros ($p < 0,05$). Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar Lila e Freitas (2007).

Condições de moradia

Esta seção aborda as características dos domicílios brasileiros, destacando alguns indicadores produzidos a partir das informações da PNAD Contínua, que, desde 2016, investiga aspectos como as características físicas, condição de ocupação, acesso a serviços e presença de bens no domicílio.

É importante ressaltar que todas as informações oriundas da PNAD Contínua dizem respeito apenas aos moradores de domicílios particulares permanentes. Os dados apresentados a seguir, portanto, não incluem a população residente em domicílios coletivos (como penitenciárias, asilos, hospitais, alojamentos, etc.), nem em domicílios particulares improvisados (como tendas, barracas, ou estabelecimentos comerciais utilizados como moradia sem ter instalações apropriadas). Ainda assim, como os domicílios particulares permanentes abrigam a ampla maioria da população brasileira (99,5%, de acordo com o Censo Demográfico de 2010), a pesquisa permite uma boa visão das condições de moradia da população.

Um primeiro conjunto de indicadores refere-se à presença de inadequações domiciliares, ou seja, condições que indiquem uma situação de precariedade ou vulnerabilidade no domicílio, representando restrições ao direito à moradia adequada²⁸. Não seria possível abordar aqui todas as situações possíveis que significariam algum tipo de inadequação domiciliar, dessa forma, optou-se por examinar quatro inadequações, entre aquelas passíveis de mensuração através dos dados coletados pela PNAD Contínua.

A primeira inadequação analisada é a ausência, no domicílio, de banheiro de uso exclusivo dos moradores – ou seja, cujo uso, no cotidiano, não é compartilhado com moradores de outros domicílios. De acordo com a PNAD Contínua 2017, um conjunto de 2,6% da população residia em domicílios com essa inadequação, percentual que equivalia a 5,4 milhões de pessoas e 1,6 milhão de domicílios. Essa situação inclui domicílios que possuíam apenas sanitários (isto é, que possuíam instalações sanitárias, mas não possuíam instalações para banho), domicílios onde os moradores utilizavam banheiros e sanitários compartilhados com moradores de outros domicílios, ou ainda domicílios sem nenhum tipo de instalação sanitária.

A segunda inadequação consiste na utilização de materiais não-duráveis nas paredes externas do domicílio. Nesse critério, são considerados adequados os domicílios cujas paredes externas foram construídas predominantemente de alvenaria (com ou sem revestimento), de taipa revestida, ou de madeira apropriada para construção, e são classificados como inadequados os domicílios com paredes de taipa não-revestida, de madeira aproveitada (como tapumes ou madeira retirada de pallets) e de outros materiais. Essa inadequação atingia 1,3% da população – representando 2,7 milhões de pessoas e 806 mil domicílios.

A terceira inadequação domiciliar abordada nessa publicação é o adensamento domiciliar excessivo, definido como uma situação onde o domicílio tem mais de três moradores para cada cômodo utilizado como dormitório. Essa situação foi verificada em 2,3 milhões de domicílios, onde moravam 12,2 milhões de pessoas, número que equivalia a 5,9% da população.

Por fim, a última inadequação examinada é o ônus excessivo com aluguel, situação em que o valor do aluguel iguala ou supera 30% do rendimento domiciliar. Entende-se que essa situação constitui uma inadequação na medida em que o elevado comprometimento da renda com o aluguel pode impedir o acesso dos moradores a outras necessidades básicas. Essa inadequação atingia, em 2017, 4,9% da população – 10,1 milhões de pessoas, em 3,8 milhões de domicílios. Entre os domicílios alugados (que representavam 17,6% dos domicílios brasileiros), 31,1% encontravam-se nessa situação.

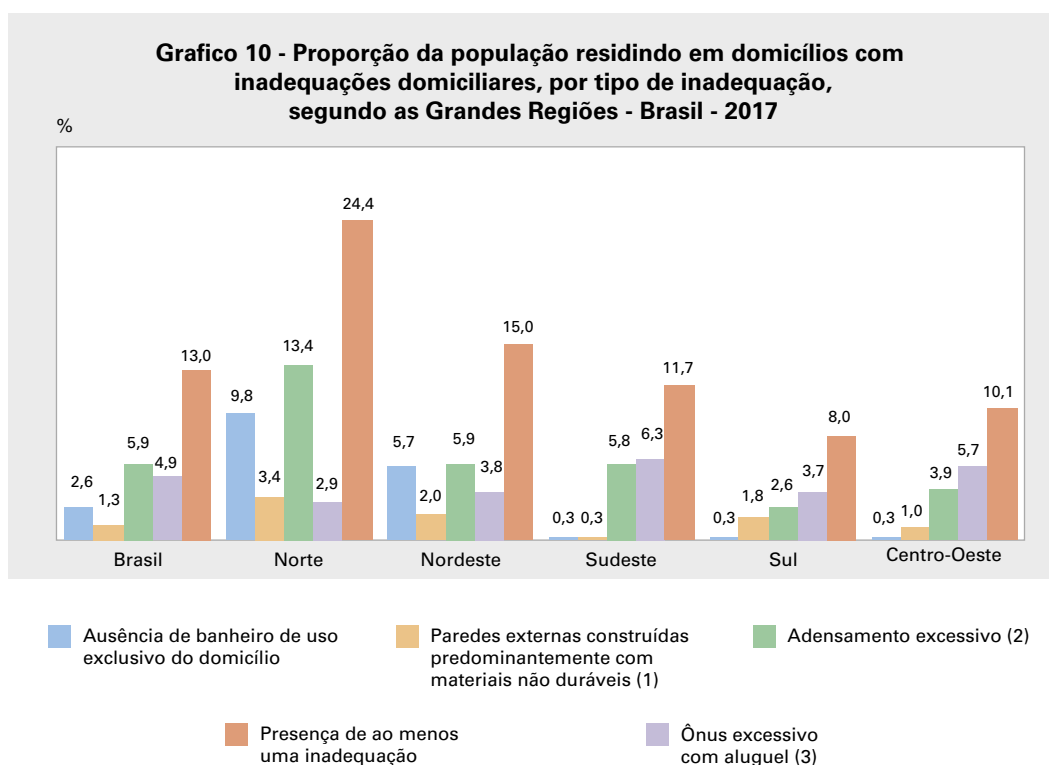
Nota-se que o adensamento excessivo é a inadequação que atinge a maior quantidade de pessoas, enquanto o ônus excessivo com aluguel é a inadequação que atinge o maior número de domicílios. Isso ocorre porque o adensamento excessivo ocorre em domicílios com muitos moradores, enquanto o ônus excessivo com aluguel atinge em maior proporção domicílios unipessoais ou com poucos moradores.

²⁸ Tal como definido por organismos internacionais (UNITED NATIONS, 1991), o direito à moradia adequada contempla 7 componentes: Segurança de posse; Acesso a serviços, equipamentos e infraestrutura; Acessibilidade econômica; Habitabilidade; Acessibilidade; Localização e Adequação cultural.

Um conjunto de 13,0% da população brasileira residia, em 2017, em domicílios onde havia ao menos uma dessas quatro inadequações domiciliares analisadas – esse percentual equivalia a 27,0 milhões de pessoas e 7,8 milhões de domicílios.

A ocorrência dessas inadequações varia de forma expressiva entre as diferentes Unidades da Federação. A proporção da população residindo em domicílios sem banheiro de uso exclusivo registrou um máximo de 18,3% no Acre, mas não alcançava 1% em nenhuma Unidade da Federação das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste em 2017. A proporção da população residindo em domicílios com paredes de materiais não duráveis era de 3,4% na Região Norte, e apenas 0,3% na Região Sudeste, enquanto a proporção da população residindo em domicílios com adensamento excessivo atingiu extremos de 18,5% no Amapá e 1,6% em Santa Catarina. Já o ônus excessivo com aluguel teve uma distribuição bem diferente das inadequações anteriores, sendo mais comum no Distrito Federal (9,1%), São Paulo (7,1%), justamente as duas Unidades da Federação com maior renda média.

No Gráfico 10, temos os resultados referentes à proporção da população residindo em domicílios com as inadequações analisadas, para cada Grande Região (ver também Tabela 2.18, que chega até aos municípios da capital).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

(1) Considera-se como de material durável as paredes de alvenaria (com ou sem revestimento), de taipa revestida, e de madeira apropriada para construção. Considera-se como de material não durável as paredes de taipa não-revestida, de madeira aproveitada e de outros materiais. (2) Considera-se que há adensamento excessivo no domicílio em que há mais de 3 moradores por dormitório. (3) Considera-se que há ônus excessivo com aluguel nos domicílios alugados onde o valor declarado do aluguel iguala ou supera 30% da renda domiciliar declarada (excetuando pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico), exclusive domicílios sem declaração do valor do aluguel.

Outro aspecto das condições de vida, relacionado a moradia e abordado pela PNAD Contínua, é o acesso a serviços de saneamento básico – abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial e coleta de lixo.

Os serviços de saneamento básico são importantes fatores para prevenção de doenças, mas deve-se levar em consideração também que em áreas pouco adensadas (como em parte das áreas rurais) é adequada a utilização de soluções individuais de saneamento como poços artesianos e fossas sépticas – nesses casos, a ausência de rede de água ou esgoto não necessariamente indica uma situação de precariedade.

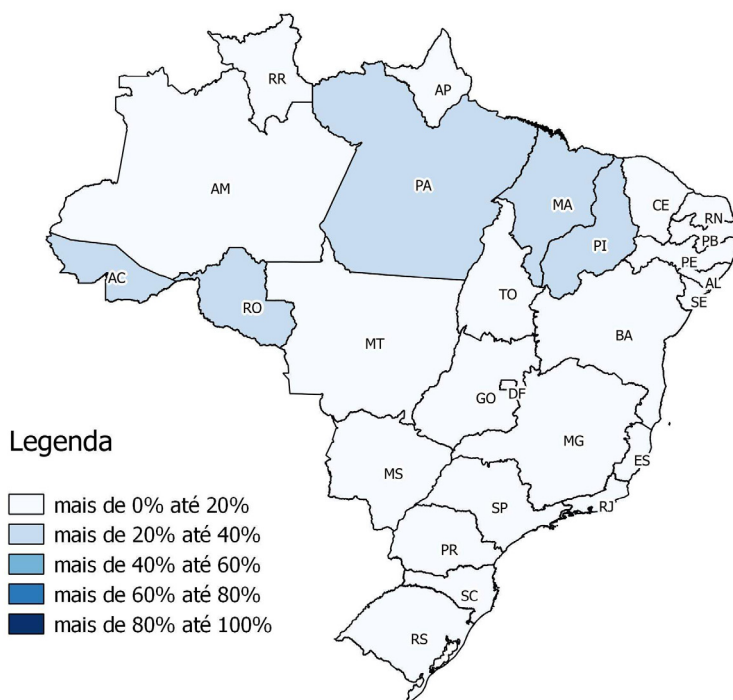
Em 2017, de acordo com a PNAD Contínua, 10,0% da população brasileira residia em domicílios onde não havia coleta direta ou indireta de lixo, 15,1% residia em domicílios sem abastecimento de água por rede geral. O esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial é o serviço de alcance mais restrito: 35,9% da população residia em domicílios sem esse serviço²⁹. Uma proporção de 37,6% residia em domicílios onde faltava ao menos um desses três serviços de saneamento básico.

Os Cartogramas 2 a 5 abaixo mostram a proporção da população residindo em domicílios sem acesso a esses serviços em cada Unidade da Federação. Percebe-se que em geral os estados do Norte e Nordeste tinham maiores restrições no acesso aos serviços de saneamento básico. A maior restrição de acesso ao serviço de coleta de lixo foi verificada no Maranhão (32,7% da população não tinha acesso a esse serviço). Já em relação ao abastecimento de água por rede, a Unidade da Federação com maior restrição, em 2017, era Rondônia, onde 54,0% da população não tinha acesso a esse serviço.

Por sua vez, o Piauí registrou a maior proporção da população sem acesso a esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (91,7%). O estado de São Paulo registrou a maior cobertura para cada um dos serviços. Lá, a proporção da população sem acesso a coleta de lixo foi de 1,2%, a proporção da população sem acesso a abastecimento de água por rede foi de 3,6%, e a proporção da população sem esgotamento sanitário por rede foi de 7,0% (Ver também a Tabela 2.20, com informações desagregadas até aos municípios da capital).

²⁹ É preciso considerar ainda que a existência de rede de coleta não significa que o esgoto seja adequadamente tratado. De acordo com o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, do Ministério das Cidades, 25,1% do volume de esgoto coletado no Brasil não recebia tratamento em 2016 (último dado disponível) (BRASIL, 2018).

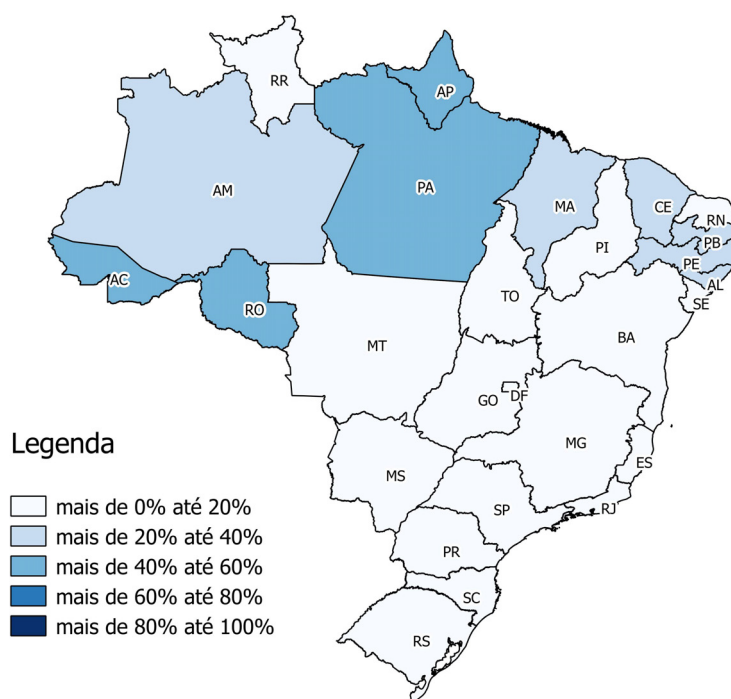
Cartograma 2 – Proporção da população residindo em domicílios sem acesso a coleta direta ou indireta de lixo, por Unidades da Federação - Brasil - 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

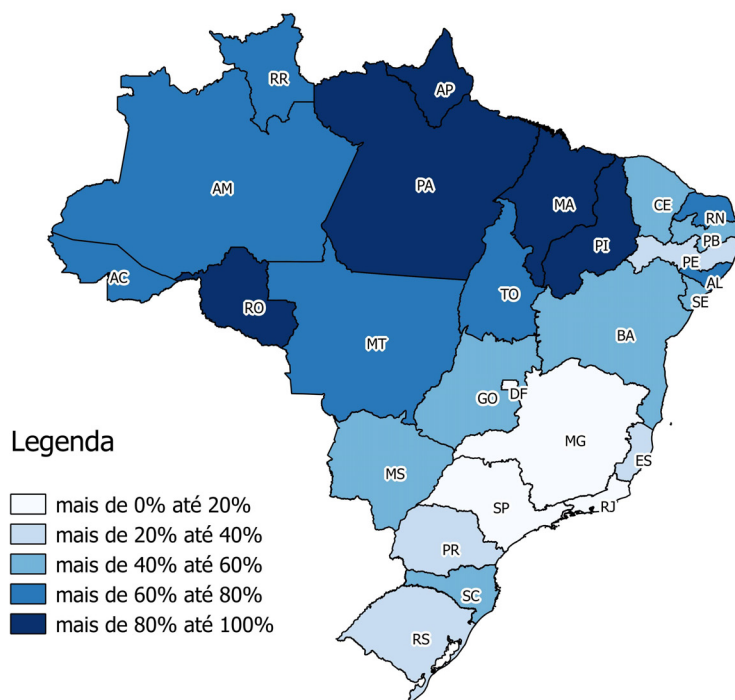
Cartograma 3 - Proporção da população residindo em domicílios sem acesso a abastecimento de água por rede geral, por Unidades da Federação - Brasil - 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

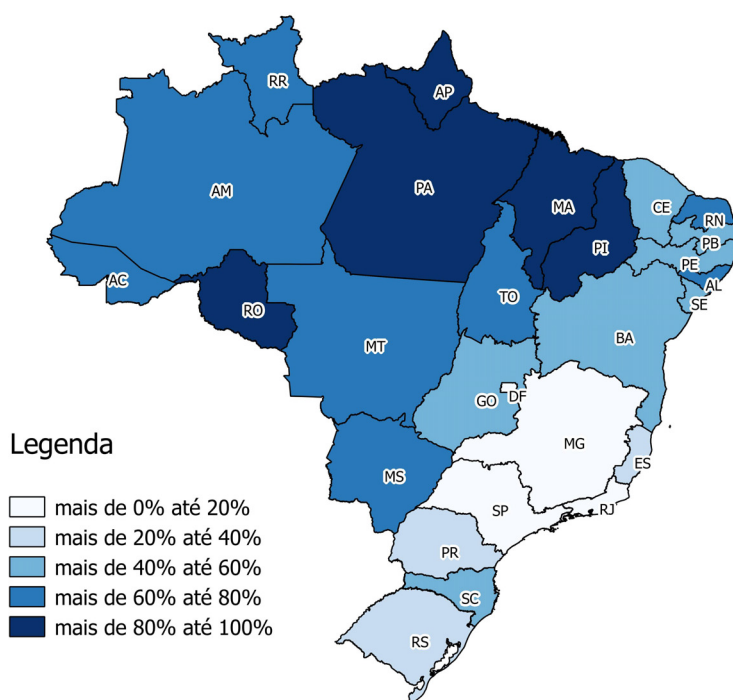
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Cartograma 4 - Proporção da população residindo em domicílios sem acesso a esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial, por Unidades da Federação - Brasil - 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Cartograma 5 - Proporção da população residindo em domicílios sem acesso a ao menos um dos três serviços de saneamento básico, por Unidades da Federação - Brasil - 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Outras clivagens se mostram relevantes para analisar as condições de habitação e saneamento. A Tabela 3 mostra os resultados de cada indicador relativo às inadequações no domicílio e à ausência de acesso aos serviços de saneamento, para o total da população e para a população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia, e também desagregados segundo a faixa etária.

Entre a população com renda domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia, 28,6% viviam em domicílios com a presença de ao menos uma inadequação (contra 13,0% da população em geral) e 57,6% viviam em domicílios com ausência de ao menos um serviço de saneamento básico (contra 37,6% da população em geral).

Tabela 3 - Proporção das pessoas residentes em domicílios com presença de inadequações domiciliares e ausência de serviços de saneamento - 2017

Características do domicílio	Proporção de pessoas (%)					
	Total (1)	Até US\$ 5,5 PPC 2011 (2) (3)	Faixa Etária			
			0 a 14 anos de idade	15 a 29 anos de idade	30 a 59 anos de idade	60 anos ou mais de idade
Ausência de serviços de saneamento						
Ausência de Esgotamento Sanitário por rede coletora ou pluvial	35,9	55,6	41,1	37,5	34,0	31,7
Ausência de Abastecimento de água por rede geral de distribuição	15,1	25,8	17,3	15,2	14,2	14,4
Ausência de Coleta direta ou indireta de lixo	10,0	21,6	12,2	10,0	9,0	9,7
Ausência de ao menos um dos três serviços de saneamento básico	37,6	57,6	42,8	39,2	35,6	33,3
Inadequações nas condições de moradia						
Ausência de banheiro de uso exclusivo do domicílio	2,6	7,8	4,1	2,9	2,1	1,6
Paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis (4)	1,3	3,1	2,0	1,4	1,0	0,9
Adensamento excessivo (5)	5,9	14,3	12,1	6,8	3,9	1,3
Ônus excessivo com aluguel (6)	4,9	8,8	6,6	5,7	4,4	2,4
Ao menos uma inadequação nas condições de moradia	13,0	28,6	21,2	15,1	10,4	5,9

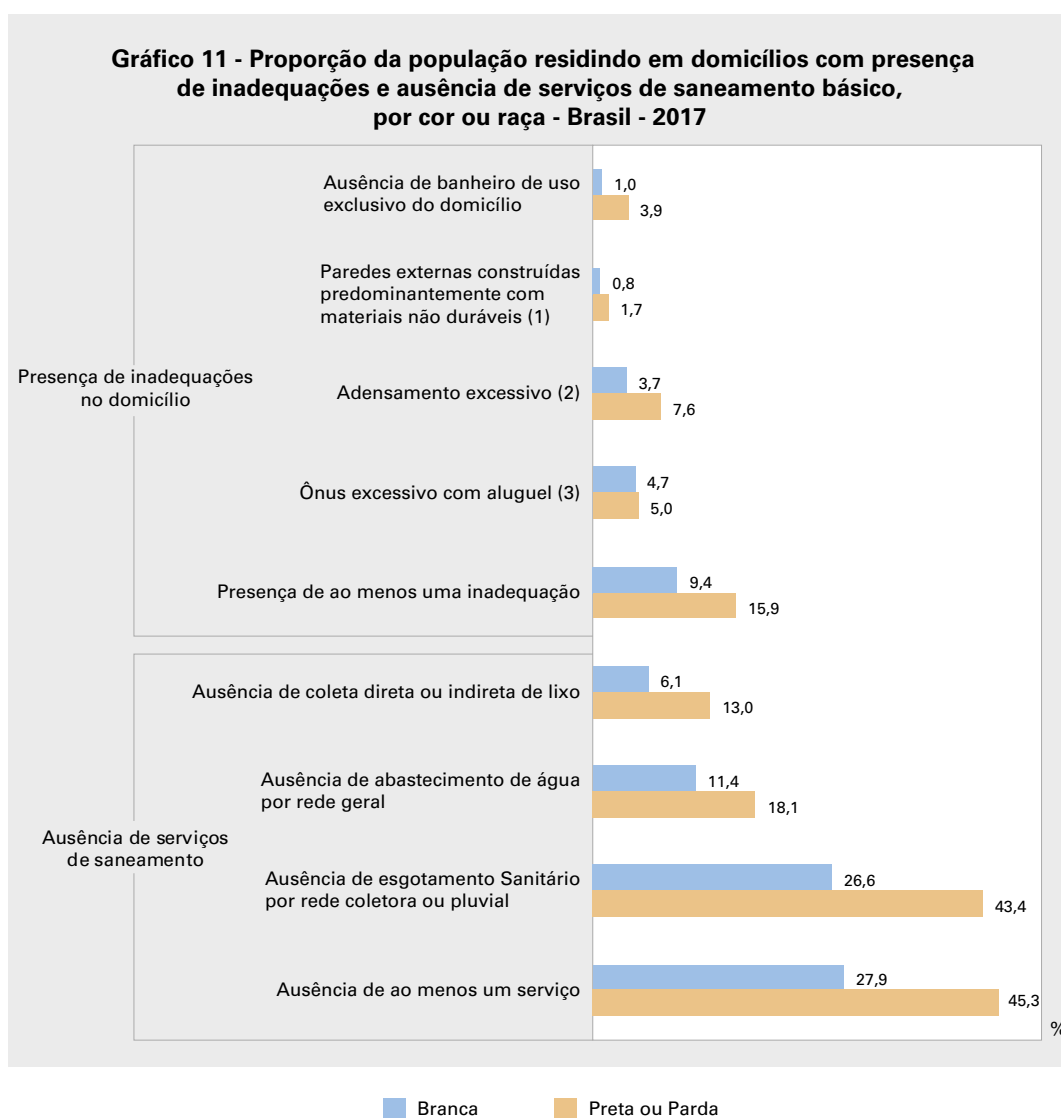
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

(1) Inclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (3) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC 2011) para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00, inflacionado pelo IPCA para o ano recente. (4) Considera-se como de material durável as paredes de alvenaria (com ou sem revestimento), de taipa revestida, e de madeira apropriada para construção. Considera-se como de material não durável as paredes de taipa não-revestida, de madeira aproveitada e de outros materiais. (5) Considera-se que há adensamento excessivo no domicílio em que há mais de 3 moradores por dormitório. (6) Considera-se que há ônus excessivo com aluguel nos domicílios alugados onde o valor declarado do aluguel iguala ou supera 30% da renda domiciliar declarada, exclusive domicílios sem declaração do valor do aluguel.

Percebe-se que os mais jovens estão mais expostos a inadequações domiciliares e também a ausência de serviços de saneamento – resultado que se relaciona com a maior presença de crianças e jovens em domicílios com menores rendimentos (Gráfico 9 e Tabela 2.14).

Também é marcante a diferença verificada quando os indicadores são desagregados segundo a cor ou raça da população, como se pode ver no Gráfico 11. Em todos os indicadores de habitação e saneamento analisados, a situação da população preta ou parda é mais grave do que a enfrentada pela população branca. Isso decorre da associação entre indicadores de moradia e pobreza e da sobrerrepresentação da população preta ou parda na população pobre, conforme indicadores da seção anterior.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

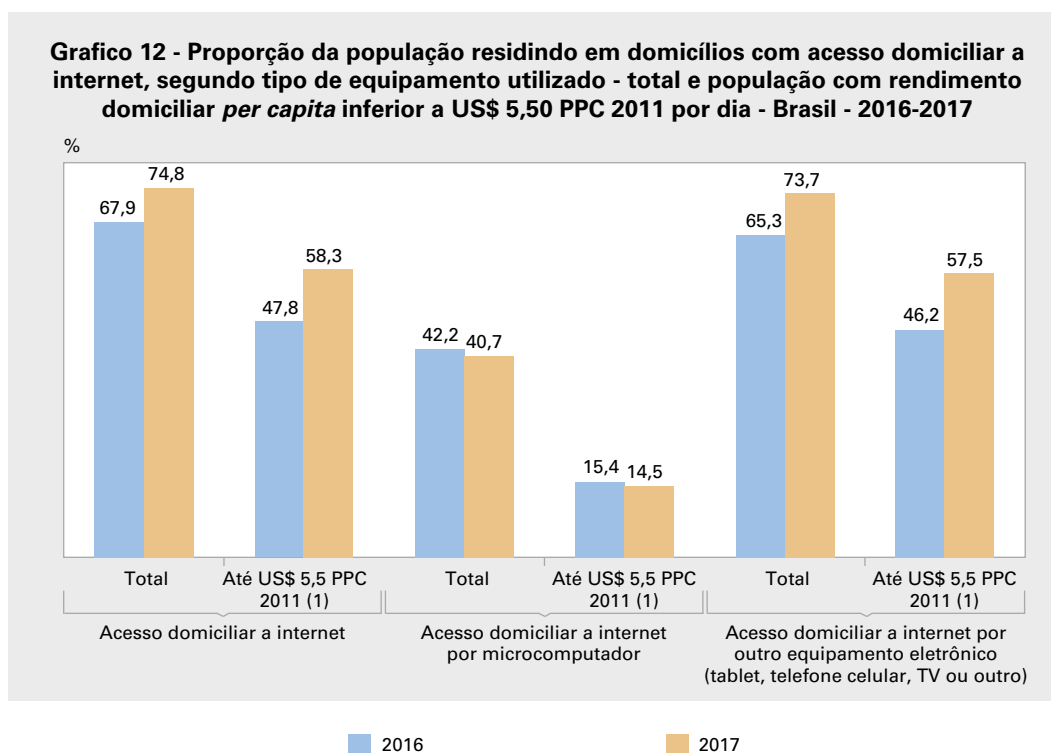
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

(1) Considera-se como de material durável as paredes de alvenaria (com ou sem revestimento), de taipa revestida, e de madeira apropriada para construção. Considera-se como de material não durável as paredes de taipa não-revestida, de madeira aproveitada e de outros materiais. (2) Considera-se que há adensamento excessivo no domicílio em que há mais de 3 moradores por dormitório. (3) Considera-se que há ônus excessivo com aluguel nos domicílios alugados onde o valor declarado do aluguel iguala ou supera 30% da renda domiciliar declarada, exclusive domicílios sem declaração do valor do aluguel.

A PNAD Contínua aborda também a presença de alguns bens permanentes nos domicílios. É uma informação relevante para a caracterização das condições de vida, na medida em que a presença de bens é um dos determinantes da forma como os moradores se comunicam, deslocam-se e realizam tarefas domésticas.

Entre 2016 e 2017, a proporção da população residindo em domicílios com máquina de lavar roupa passou de 63,7% em 2016 para 64,3%, já a proporção da população residindo em domicílios com motocicleta de uso particular passou de 24,7% para 25,3%. Outros bens registraram oscilações de menor magnitude: em relação à presença de telefone no domicílio (seja por linha fixa ou por telefone celular de ao menos um morador), os números obtidos foram de 95,4% em 2016 e 95,6% em 2017, e a proporção da população residindo em domicílios com automóvel de uso particular passou de 49,5% em 2016 para 49,8% em 2017. Já em relação à presença de geladeira, verificou-se o mesmo percentual nos dois anos, 98,4%.

Uma evolução mais rápida foi verificada no acesso domiciliar à internet. Em 2016, 67,9% da população residia em domicílios com acesso à internet. Em 2017, essa proporção passou para 74,8%. Entre os mais pobres, essa elevação foi ainda mais intensa. A proporção da população residindo em domicílios com acesso à internet, entre aqueles com renda domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia passou de 47,8% em 2016 para 58,3% em 2017. O Gráfico 12 mostra os resultados obtidos em 2016 e 2017, desagregando também segundo o tipo de equipamento eletrônico utilizado para acesso.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC 2011) para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00, inflacionado pelo IPCA para ano recente.

Percebe-se que a expansão verificada se deu através de outros equipamentos diferentes do microcomputador, como tablet, telefone celular e televisão. Nota-se também que a desigualdade de acesso entre o total da população e a população com renda domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC é mais marcada no acesso por computador do que no acesso por meio de outros equipamentos eletrônicos.

Restrições de acesso em múltiplas dimensões

Após avaliar aspectos da distribuição de renda entre os grupos populacionais, questões relacionadas à pobreza monetária e às condições de moradia, a presente seção considera outras restrições que acometem a população em dimensões não monetárias. A análise dá destaque ao conjunto de dimensões do bem-estar, em consonância com a meta 1.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: “até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.” (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

A abordagem não monetária se justifica porque a evolução de alguns indicadores pode diferir da evolução da renda, como o acesso a condições de moradia, educação etc. Neste sentido faz-se latente a provisão pública de bens desmercantilizados, que atuam no sentido de equalizar as oportunidades de acesso, além de reduzir a dependência do mercado. Assim, apenas o crescimento econômico pode não ser suficiente para garantir progresso, uma vez que alguns aspectos importantes do bem-estar podem ficar para trás, especialmente para determinados grupos (ALKIRE et al., 2015; BOURGUIGNON et al., 2010).

O ponto de partida para a análise aqui proposta é a medição de restrições críticas para as condições de vida, preferencialmente indicadores e dimensões que captem acessos que não dependem exclusivamente da renda (BIELSCHOWSKY; TORRES, 2018). Tal detalhamento permite observar a quantidade de pessoas sem acesso a essas dimensões. Para tal exercício, foram consideradas restrições de acesso em cinco dimensões, disponíveis com os dados coletados pela PNAD Contínua em 2017³⁰:

- **À educação:** crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam escola, pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas, e pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuíam ensino fundamental completo.
- **À proteção social:** pessoas que satisfaziam simultaneamente a duas condições a seguir: residentes em domicílios onde não havia nenhum morador de 14 anos ou mais de idade que contribuía para o Instituto Nacional de Previdência Social - INSS em qualquer trabalho ou era aposentado/pensionista; domicílios com rendimento domiciliar *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e com nenhum membro recebendo rendimentos de outras fontes, o que inclui programas sociais (*proxy*).

³⁰ Tal abordagem, destacando “restrições de acesso”, que também podem ser entendidas como carências ou vulnerabilidades sociais, inspira-se nos esforços mexicanos de abordagem da pobreza multidimensional (CONSEJO..., 2011). Igualmente, método similar já foi aplicado anteriormente a dados da PNAD pelo IBGE (SÍNTESE..., 2012) e PNAD Contínua (SÍNTESE..., 2017). Em relação ao ano passado, a presente análise é a mesma, mas incomparável em razão de mudança metodológica na investigação de aspectos de saneamento para a coleta da PNAD Contínua em 2017 e refinamentos metodológicos em outras dimensões.

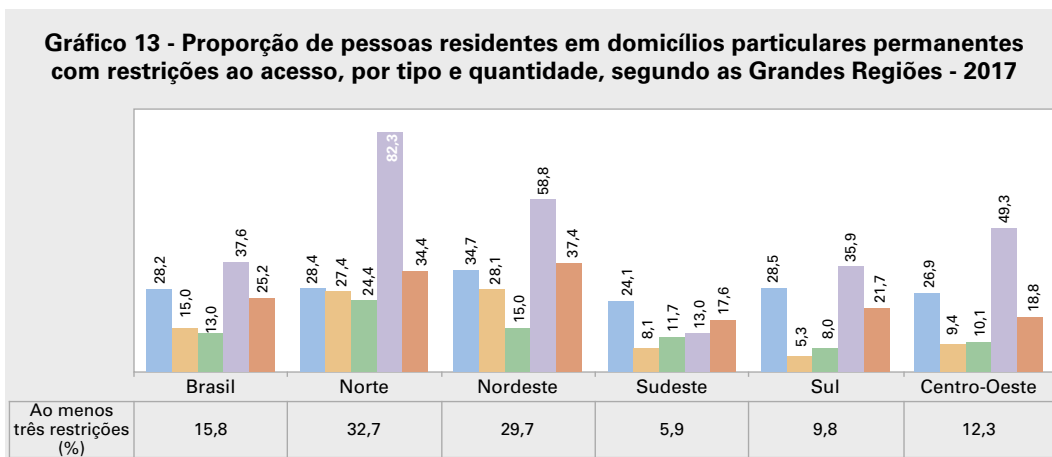
- **À moradia adequada:** pessoas residindo em domicílios com uma ou mais das inadequações a seguir: sem banheiro de uso exclusivo do domicílio, com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, com adensamento excessivo ou com ônus excessivo com aluguel.
- **Aos serviços de saneamento básico:** pessoas residentes em domicílios que não tenham acesso simultâneo a três serviços de saneamento definidos por coleta direta ou indireta de lixo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial.
- **À comunicação:** pessoas residentes em domicílios sem acesso à internet.

Como foi dito, a medição multidimensional tem papel importante na realização de alguns direitos previstos na Constituição Federal. Contudo, vale ressaltar que assim como ocorre na análise monetária, ainda não há consenso em âmbito nacional ou internacional sobre quais dimensões e indicadores devem ser observados na análise da pobreza de forma multidimensional, conforme proposto na Agenda 2030.

A exemplo do caso mexicano, que desenvolveu por meio de um acordo de colaboração entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e o Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social - CONVEAL critérios e delineamentos para a medição da pobreza baseados na Ley General de Desarrollo Social - LGDS, no exercício aqui proposto buscou-se verificar a realização de direitos previstos nas legislações e normas nacionais³¹ e explorar situações em que mesmo se o indivíduo possui renda suficiente para superar a linha de pobreza, essa pessoa pode sofrer restrições que prejudicam seu desenvolvimento e inserção na sociedade (CONSEJO..., 2011).

Em 2017, no Brasil 15,8% da população estava submetida a ao menos três das cinco restrições aqui estudadas, com maior incidência nas Regiões Norte (32,7% da população) e Nordeste (29,7%). Quanto às dimensões, excetuando-se a Região Sudeste, onde a restrição mais recorrente foi à educação (atingindo 24,1%) das pessoas, a restrição com maior incidência está relacionada ao acesso a serviços de saneamento básico, atingindo fortemente a população das Regiões Norte, 82,3%, e Nordeste, 58,8% (Gráfico 13).

³¹ Educação e moradia são direitos expressamente previstos no Art. 6º da Constituição Federal. Considerou-se que os serviços de saneamento estão incluídos no direito à moradia, ao passo que a proteção social abarca os direitos ao trabalho, à assistência e à previdência social. Quanto à Internet, quando a Constituição foi promulgada, em 1988, ela não tinha o papel que tomou nos últimos anos. Mais recentemente há discussões sobre esse tema, tanto que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou, em 2017, a admissibilidade da PEC 185/2015, que coloca entre os direitos fundamentais o acesso universal à Internet. Da mesma forma, o Art. 7º do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965, de 23.04.2014) já estabeleceu que "o acesso à Internet é essencial ao exercício da cidadania".



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos de-flacionados para reais médios de 2017.

(1) Foram consideradas com restrição: crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam escola, pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas e pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuíam ensino fundamental completo. (2) Foram consideradas com restrição: pessoas que satisfazem simultaneamente as duas condições a seguir: residentes em domicílios onde não havia nenhum morador de 14 anos ou mais de idade que contribuía para o INSS em qualquer trabalho ou aposentado/pensionista; domicílios com rendimento real efetivo domiciliar per capita inferior a 1/2 salário mínimo, e com nenhum membro recebendo rendimentos de outras fontes, o que inclui programas sociais. Salário mínimo de referência: R\$ 937,00. (3) Foram consideradas com restrição: pessoas residindo em domicílios sem banheiro de uso exclusivo do domicílio, com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, com adensamento excessivo ou com ônus excessivo com aluguel. (4) Foram consideradas com restrição: as pessoas residentes em domicílios que não tinham acesso simultâneo a três serviços de saneamento definidos como: coleta direta ou indireta de lixo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial. (5) Foram consideradas com restrição: as pessoas residentes em domicílios sem acesso à Internet.

Da mesma forma, o enfoque por Unidades da Federação permite notar fortes diferenças. Enquanto no Maranhão 44,2% da população tinha ao menos três restrições, em São Paulo e no Distrito Federal esse percentual era de 3,5% e 4,4%, respectivamente. As populações nessas duas últimas Unidades da Federação contavam também com o menor número médio de restrições, 0,6 cada. Ao passo que no Maranhão, os moradores tinham, em média, 2,3 restrições (Tabela 2.22).

Tais disparidades também ocorrem entre grupos populacionais. Menos de 10% de homens e mulheres brancos tinham ao menos três restrições, sendo que homens pretos ou pardos e mulheres pretas ou pardas apresentavam percentual muito superior, respectivamente 22,0% e 20,1%. Os moradores em arranjos formados por mulheres pretas ou pardas sem cônjuge e com filhos de até 14 anos tinham 1,6 restrição em média, e uma em cada quatro das pessoas deste grupo (25,2%) tinha ao menos três delas. Esse é também o grupo analisado com maior proporção da população com restrição de acesso à proteção social (46,1%) e a condições de moradia (28,5%). Como apresentado em outras sessões da publicação, arranjos monoparentais femininos com filhos de até 14 anos mostram-se um grupo muito vulnerável, e as restrições a que estão sujeitos também confirmam essa constatação (Tabela 4).

Tabela 4 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso por quantidade, segundo características selecionadas de domicílios e pessoas - 2017

Características selecionadas de domicílios e pessoas	Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes (%)							
	Total (1000 pessoas)	Restrições ao acesso						
		À educação (1)	À proteção social (2)	A condições de moradia (3)	A serviços de saneamento básico (4)	À comunicação (internet) (5)	Ao menos três restrições	Número médio de restrições
Absoluto	Proporção	Proporção	Proporção	Proporção	Proporção	Proporção	Proporção	Média
Total	207 088	28,2	15,0	13,0	37,6	25,2	15,8	1,2
Sexo								
Homens	100 128	29,0	15,0	13,1	38,8	25,8	16,7	1,2
Mulheres	106 960	27,5	14,9	13,0	36,5	24,6	15,0	1,2
Cor ou raça (6)								
Branca	90 379	23,6	8,5	9,4	27,9	19,1	9,2	0,9
Preta ou parda	114 781	31,9	20,1	15,9	45,3	30,0	21,0	1,4
Sexo e cor ou raça (6)								
Homens brancos	42 908	23,8	8,6	9,4	29,0	19,1	9,8	0,9
Homens pretos ou pardos	56 343	33,1	20,0	15,8	46,3	30,9	22,0	1,5
Mulheres brancas	47 471	23,5	8,4	9,4	27,0	19,0	8,7	0,9
Mulheres pretas ou pardas	58 438	30,8	20,3	16,0	44,3	29,3	20,1	1,4
Faixa etária								
0 a 14 anos de idade	42 012	0,6	25,7	21,2	42,8	24,7	14,8	1,2
15 a 29 anos de idade	48 820	15,0	17,0	15,1	39,2	19,0	13,0	1,1
30 a 59 anos de idade	85 980	35,4	13,0	10,4	35,6	22,0	15,8	1,2
60 anos ou mais de idade	30 275	67,5	2,5	5,9	33,3	44,9	21,8	1,5
Moradores em arranjos domiciliares do tipo								
Unipessoal	10 532	49,7	5,7	12,7	31,4	54,0	23,3	1,5
Casal sem filho	28 862	43,8	6,3	6,4	38,0	38,4	19,6	1,3
Casal com filho(s)	120 853	22,5	17,1	14,2	39,8	19,8	14,8	1,1
Arranjo formado por mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11 357	16,5	39,8	26,2	37,1	25,0	20,7	1,4
Arranjo formado por mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	3 671	12,9	26,5	21,9	24,5	18,3	11,3	1,0
Arranjo formado por mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	7 591	18,4	46,1	28,5	43,2	28,3	25,2	1,6
Outros	35 485	32,5	9,7	10,5	31,6	24,1	12,3	1,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2017.

1) Foram consideradas carentes: crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam escola, pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas e pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuíam ensino fundamental completo. (2) Foram consideradas carentes: pessoas de 14 anos ou mais de idade que não contribuíam para instituto de previdência em qualquer trabalho e que não eram aposentadas ou pensionistas de instituto de previdência; residentes em domicílios com rendimento real efetivo domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo, e com nenhum membro recebendo rendimentos de outras fontes, o que inclui programas sociais. Salário mínimo de referência: R\$937,00. (3) Foram consideradas carentes: pessoas residindo em domicílios sem banheiro de uso exclusivo do domicílio, com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, com adensamento excessivo ou com ônus excessivo com aluguel. (4) Foram consideradas carentes as pessoas residentes em domicílios que não tinham acesso simultâneo a três serviços de saneamento definidos como: coleta direta ou indireta de lixo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial. (5) Foram consideradas carentes as pessoas residentes em domicílios sem acesso à Internet. (6) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas ou sem declaração.

Em paralelo à análise do hiato da pobreza, que dá conta da intensidade da pobreza monetária, quer dizer, indo além da contagem de populações classificadas como pobres segundo algum critério, na presente análise de restrições múltiplas, a taxa de incidência ajustada³² (M_0) é uma medida sensível à frequência e à amplitude das restrições. Em outras palavras, se uma pessoa que já tem alguma restrição adquire uma adicional, a medida irá aumentar.

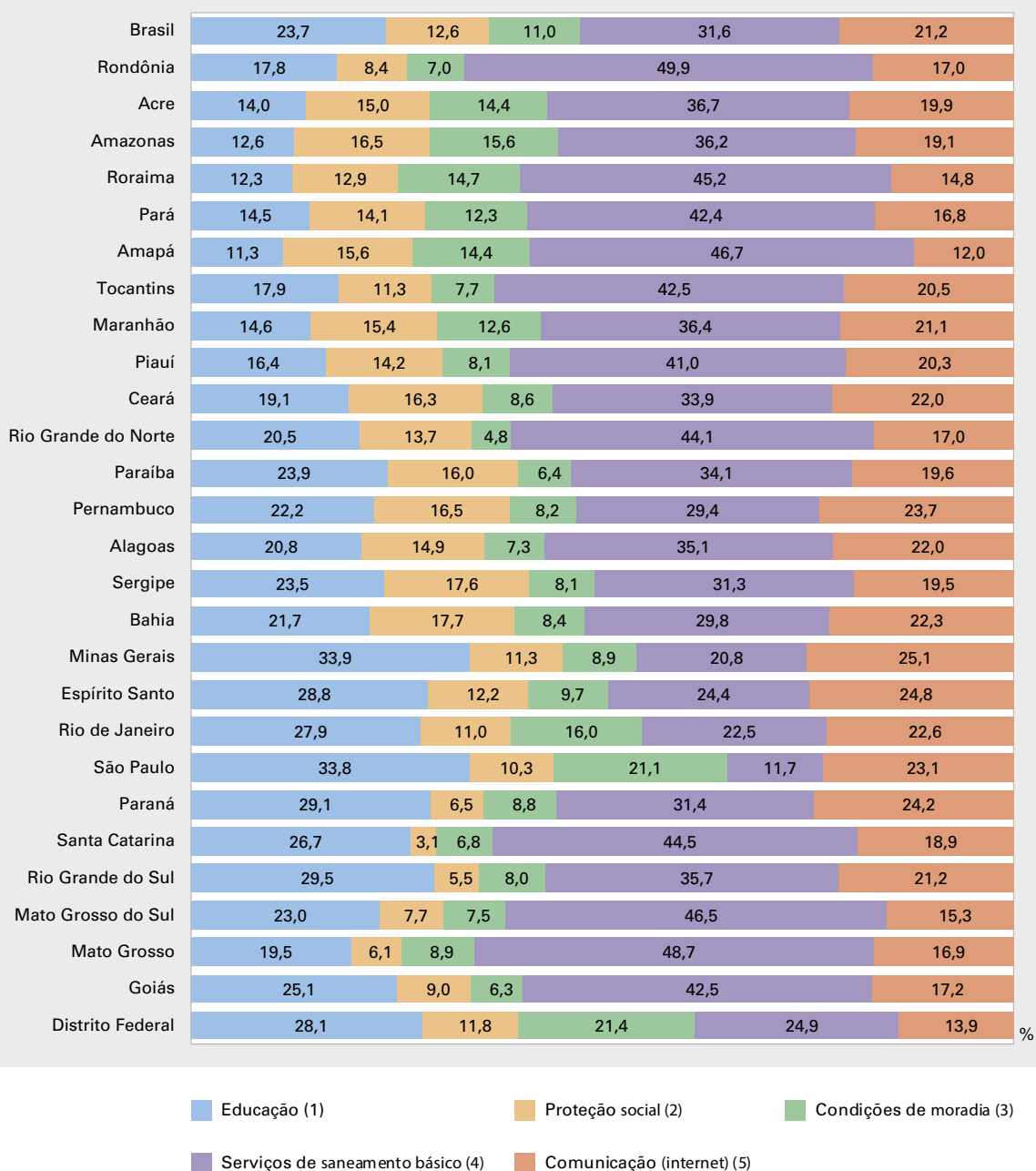
Além disso, essa medida pode ser desagregada para mostrar o quanto cada dimensão contribui para o conjunto de restrições. No Brasil, as dimensões que mais influenciam nesse total são o saneamento básico (31,6%) e a educação (23,7%). Nas Unidades da Federação, Rondônia (49,9%) e Mato Grosso (48,7%), por exemplo, possuíam grande peso para a restrição de acesso a serviços de saneamento básico, sendo que esta dimensão contribuía com cerca da metade das restrições a que se sujeitam seus moradores (Gráfico 14).

Vale destacar aqui que a situação descrita no Gráfico 14 é a contribuição das dimensões no total de restrições de cada Unidade da Federação. Por exemplo, a contribuição das restrições de educação em São Paulo (33,8%), apesar de ter se mostrado maior que, digamos, no Piauí (16,4%), não significa que o percentual de pessoas que tinham restrições de acesso à educação em São Paulo era maior do que tal parcela no Piauí. Isso se deve ao fato de o estado do Sudeste ter apresentando menor número médio de restrições. De fato, em São Paulo, 21,3% da população tinha restrições à educação, enquanto no Piauí esse percentual era de 36,7% (Tabela 2.22). A análise permanece válida, no entanto, para evidenciar o peso de cada dimensão em cada Unidade da Federação.

No Gráfico 15, percebe-se a contribuição de cada dimensão nas restrições sofridas por grupos selecionados. Enquanto restrições à educação representavam 43,8% das restrições de idosos (60 anos ou mais de idade), ela era responsável por apenas 0,5% das restrições de pessoas de 0 a 14 anos de idade. Isso significa que falta de acesso adequado à educação é o principal problema que atinge idosos, enquanto crianças e adolescentes (0 a 14 anos de idade) sofriam mais com outras privações, como falta de saneamento básico (37,2%) e proteção social (22,3%) em 2017. Assim, a construção de indicadores de restrições em diversas dimensões é uma ferramenta para facilitar a criação de estratégias de combate à pobreza e de inclusão social, além de observar se os direitos previstos na legislação estão sendo cumpridos.

³² A medida M_0 aparece na literatura como *adjusted headcount ratio* (ALKIRE; FOSTER, 2008; SANTOS et al., 2010).

Gráfico 14 - Contribuição das diversas restrições ao acesso na taxa de incidência ajustada, segundo as Unidades da Federação - 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

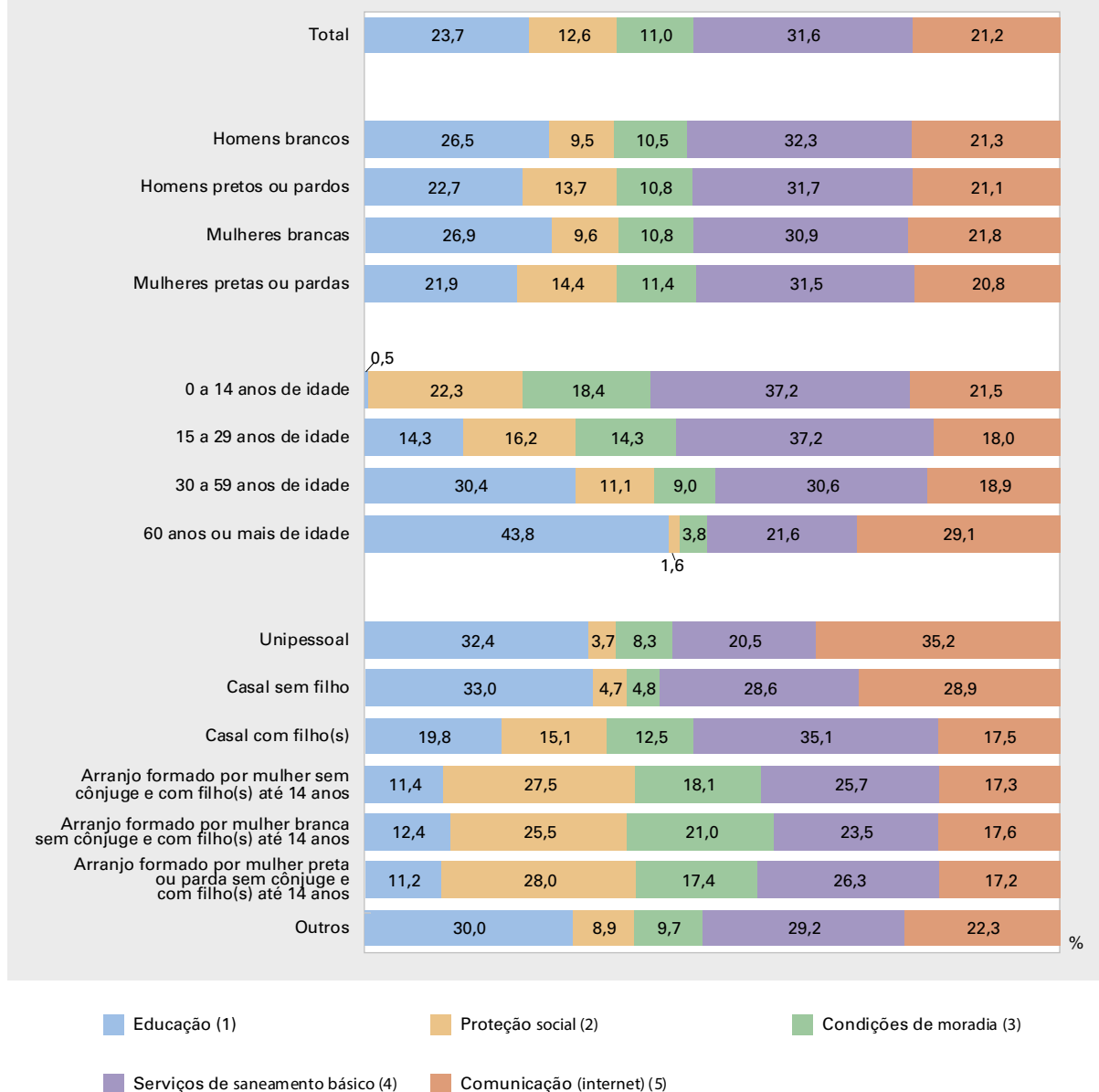
Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Excluiu as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

3. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2017.

(1) Foram consideradas com restrição: crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam escola, pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas e pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuíam ensino fundamental completo. (2) Foram consideradas com restrição: pessoas que satisfazem simultaneamente as duas condições a seguir: residentes em domicílios onde não havia nenhum morador de 14 anos ou mais de idade que contribuía para o INSS em qualquer trabalho ou aposentado/pensionista; domicílios com rendimento real efetivo domiciliar *per capita* inferior a ½ salário mínimo, e com nenhum membro recebendo rendimentos de outras fontes, o que inclui programas sociais. Salário mínimo de referência: R\$ 937,00. (3) Foram consideradas com restrição: pessoas residindo em domicílios sem banheiro de uso exclusivo do domicílio, com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, com adensamento excessivo ou com ônus excessivo com aluguel. (4) Foram consideradas com restrição: as pessoas residentes em domicílios que não tinham acesso simultâneo a três serviços de saneamento definidos como: coleta direta ou indireta de lixo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial. (5) Foram consideradas com restrição: as pessoas residentes em domicílios sem acesso à Internet.

Gráfico 15 - Contribuição das diversas restrições ao acesso na taxa de incidência ajustada, segundo características selecionadas de domicílios e pessoas - Brasil - 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Exclusive as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

3. Rendimentos de-flacionados para reais médios de 2017.

(1) Foram consideradas com restrição: crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam escola, pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas e pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuíam ensino fundamental completo. (2) Foram consideradas com restrição: pessoas que satisfazem simultaneamente as duas condições a seguir: residentes em domicílios onde não havia nenhum morador de 14 anos ou mais de idade que contribuía para o INSS em qualquer trabalho ou aposentado/pensionista; domicílios com rendimento real efetivo domiciliar *per capita* inferior a 1/2 salário mínimo, e com nenhum membro recebendo rendimentos de outras fontes, o que inclui programas sociais. Salário mínimo de referência: R\$ 937,00. (3) Foram consideradas com restrição: pessoas residindo em domicílios sem banheiro de uso exclusivo do domicílio, com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, com adensamento excessivo ou com ônus excessivo com aluguel. (4) Foram consideradas com restrição: as pessoas residentes em domicílios que não tinham acesso simultâneo a três serviços de saneamento definidos como: coleta direta ou indireta de lixo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial. (5) Foram consideradas com restrição: as pessoas residentes em domicílios sem acesso à Internet.

Educação

O presente capítulo é dedicado à análise de aspectos da realidade educacional brasileira. A principal fonte de dados é o módulo anual de educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, que passou a ser coletado no segundo trimestre do ano civil a partir de 2016. Recorreu-se também a pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, como o Censo Escolar da Educação Básica e o Censo da Educação Superior, além de dados provenientes de publicações internacionais. A principal publicação internacional citada é o *Education at a glance*, relatório anual elaborado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD) que reúne dados e indicadores educacionais dos países membros e parceiros.

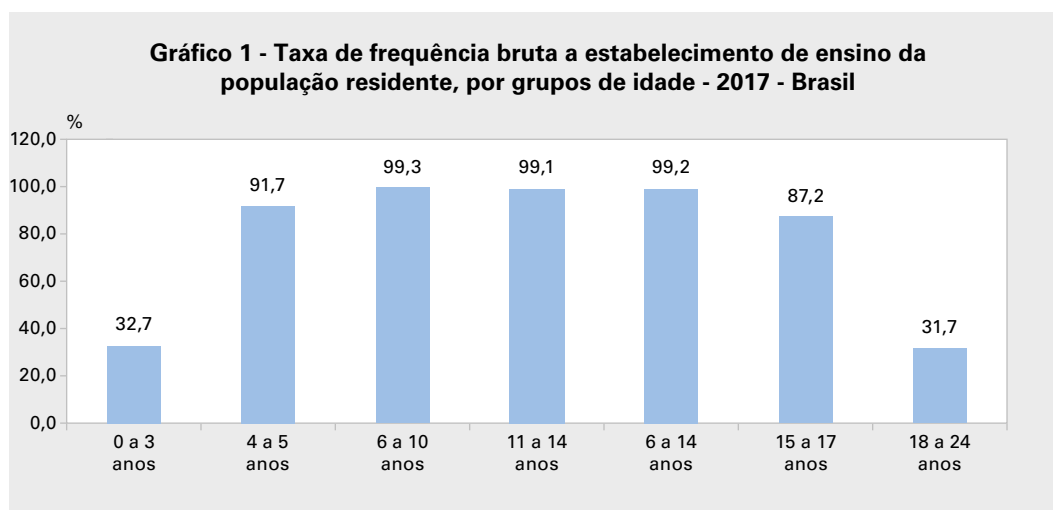
Os parâmetros que nortearam as análises foram as estratégias e metas acordadas nacional e internacionalmente por meio do Plano Nacional de Educação - PNE e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O PNE, institucionalizado pela Lei n. 13.005, de 25.06.2014, estabelece 20 metas nacionais para a educação com vigência por 10 anos (BRASIL, 2014)³³, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. Assim, o PNE passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com meta de aplicação de 7% do Produto Interno Bruto - PIB para o seu financiamento em 2019 e 10% em 2024 (meta 20), servindo também de base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais.

³³ Para mais informações sobre o Plano Nacional de Educação - PNE, consultar: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em nov. 2018.

A Agenda 2030 e seus Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável - ODS, que substituem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, foram aprovados no dia 25 de setembro de 2015 pelos 193 Estados-membros das Nações Unidas³⁴. O ODS 4, específico sobre educação, possui 10 metas que buscam assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos. A definição dos indicadores globais que irão monitorar essas metas está ocorrendo no âmbito do Grupo Interagencial e de Peritos sobre os Indicadores dos ODS (Inter-agency and Expert Group on SDG Indicators - IAEG-SDGs), composto pelos órgãos nacionais de estatística, e tem como observadoras as organizações e agências regionais e internacionais das Nações Unidas.

O capítulo está dividido em duas seções: educação infantil e ensino superior. A seção sobre educação infantil analisa a frequência escolar das crianças de 0 a 5 anos de idade, as desigualdades no acesso à escola ou creche, características das redes de ensino e a oferta de escolas e vagas. A seção sobre ensino superior destaca o perfil da população com ensino superior completo, políticas de expansão e desigualdades evidenciadas pela análise da taxa de ingresso ao ensino superior e dos motivos de não estudo dos jovens.

Antes da análise mais aprofundada sobre educação infantil e ensino superior, será apresentada uma breve descrição do acesso à educação básica obrigatória no ensino fundamental e médio. A taxa de frequência escolar bruta das pessoas de 6 a 14 anos de idade permaneceu próxima da universalização (Gráfico 1). Por sua vez, a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentava escola foi de 87,2%, valor insuficiente para o cumprimento da meta 3 do PNE, que prevê a universalização da frequência à escola dessa faixa etária e o aumento da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% até 2024.

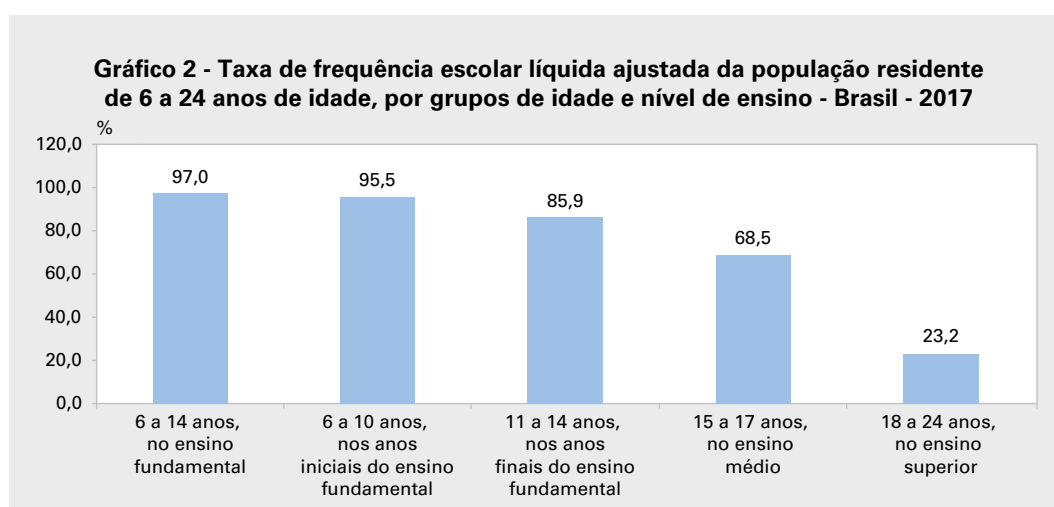


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

A universalização da educação básica obrigatória dependerá igualmente da melhoria na eficiência do sistema escolar. Diversos estudos indicam que o atraso escolar é um dos grandes motivadores da evasão definitiva. Logo, a regularização

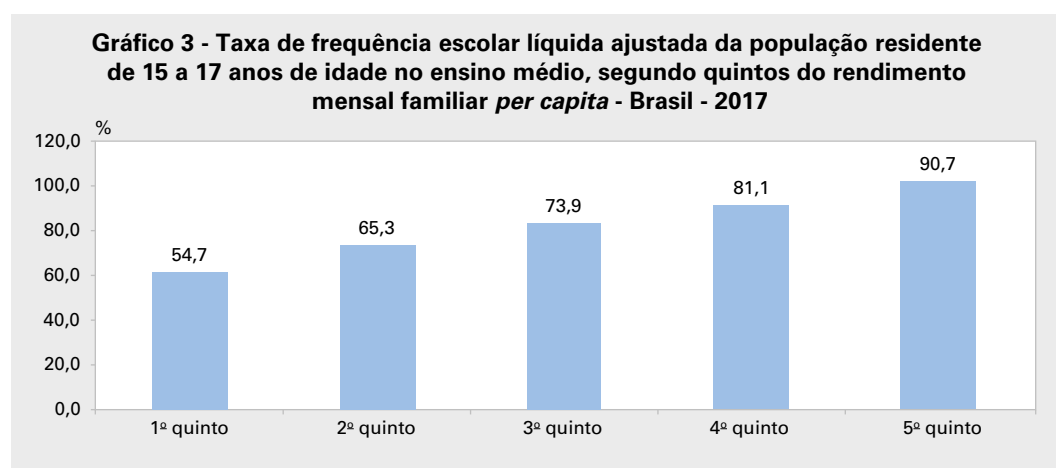
³⁴ Para mais informações sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, consultar: <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em nov. 2018.

do fluxo escolar é considerada um importante mecanismo de redução do abandono escolar (RIBEIRO, 1991). Uma forma de medir a eficiência do sistema de ensino é por meio da taxa ajustada de frequência escolar líquida. Ela representa a proporção de pessoas que frequentam o nível de ensino adequado a sua faixa etária (ou já haviam concluído esse nível), de acordo com a organização do sistema educacional brasileiro. Em 2017, a taxa ajustada de frequência escolar líquida nos anos iniciais do ensino fundamental, isto é, do 1º ao 5º ano, era de 95,5%. Esse percentual diminui à medida que se avança para os níveis subsequentes, conforme esperado pelo acúmulo de repetências ao longo do percurso escolar. Nesse sentido, as taxas de frequência escolar líquida para os anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e para o ensino médio eram de 85,9% e de 68,5%, respectivamente (Gráfico 2). Logo, o valor de 85% para essa taxa, almejado pela meta 3 PNE, ainda não foi alcançado.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Chama atenção, no Gráfico 3, a discrepância entre os quintos do rendimento mensal domiciliar *per capita*. Em 2017, os 20% com os menores rendimentos (1º quinto) possuíam taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino médio de 54,7%, representando 60,3% dessa taxa alcançada pelos 20% com os maiores rendimentos (5º quinto) com 90,7%.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Educação infantil

História e estudos sobre a educação infantil

As primeiras instituições de atenção à infância no Brasil surgiram com o escopo de assistência a crianças em situações consideradas vulneráveis. Buscavam o acolhimento de crianças abandonadas e o auxílio a mulheres pobres que trabalhavam fora de casa e viúvas desamparadas. Tinham em vista a custódia das crianças, com enfoque jurídico-policial ou médico-higienista. Assim, essas instituições apresentavam dentre suas justificativas o controle e a disciplina para manter as crianças afastadas da criminalidade e a redução da mortalidade infantil, enquanto questões pedagógicas ficavam em segundo plano ou sequer eram consideradas (PASCHOAL; MACHADO, 2009; FERREIRA; SARAT, 2013).

Uma série de acontecimentos e processos contribuíram para a compreensão da importância da educação nos primeiros 6 anos de vida das crianças e, conseqüentemente, para sua institucionalização no País. Nesse sentido, cumpre destacar *O Manifesto dos pioneiros da educação nova*, com Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo entre seus signatários, que apontava para a necessidade de incorporar as instituições pré-escolares em todos os sistemas de organização escolar. O documento atribuía à escola, em todos os seus níveis, inclusive creche e jardim de infância, papel na formação de uma cooperação social e na realização, em intensidade e extensão, da educação (MANIFESTO..., 1984).

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho a partir da década de 1960 também influenciou a institucionalização da educação infantil, na medida em que aumentou a demanda pelo serviço e estimulou reivindicações no sentido de que atendesse todas as mulheres, independentemente de sua classe social. Nesse contexto, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024, de 20.12.1961) e aprovado, no âmbito do Departamento Nacional da Criança, um plano de assistência pré-escolar; iniciativas que fomentaram a criação de maternais e jardins de infância destinados a crianças de 0 a 7 anos de idade (FERREIRA; SARAT, 2013). O movimento pelos direitos das crianças e dos adolescentes, que ganhou força na década de 1980, atuou nessa mesma direção (CAMPOS, 1997).

Marcada pela mobilização da sociedade civil em torno dos trabalhos constituintes – materializada no acompanhamento dos debates nas comissões temáticas e na apresentação de 122 emendas populares com mais de 10 milhões de assinaturas (BOTELHO, 2011), a Constituição Federal do Brasil de 1988 assegurou, em seu inciso IV do Art. 208, a educação como dever do Estado, mediante a garantia de atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. Posteriormente, o texto do dispositivo foi modificado pela Emenda Constitucional n. 53, de 19.12.2006, alterando a faixa etária para até 5 anos de idade e trazendo a expressão educação infantil em lugar de atendimento, o que ressalta o papel educacional das creches e pré-escolas.

Essa nova redação do texto constitucional está em consonância com as conclusões de uma série de estudos, internacionais e nacionais, sobre a educação na primeira infância. De fato, existe vasta produção científica atestando que os anos de experiência na pré-escola têm impacto de longo prazo no desenvolvimento cogniti-

vo, educacional e social das crianças (MELHUIISH, 2013). Aponta-se que, ao lado de características sociodemográficas, como renda familiar e nível de instrução da mãe, os anos de frequência e a qualidade da pré-escola constituem elementos importantes inclusive para o desempenho das crianças em idades mais avançadas (SAMMONS et al., 2008). No Brasil, estudar em pré-escola de qualidade impactou positivamente os resultados dos alunos na Provinha Brasil³⁵ (CAMPOS et al., 2011).

Mais recentemente, ganharam destaque estudos que defendem que o ingresso na educação antes mesmo da pré-escola, desde o primeiro ano de vida, deve ser incentivado principalmente para crianças no seio de famílias de baixa renda (BARNETT, 2011; HECKMAN, 2013), mais expostas a desvantagens associadas à pobreza, como insegurança alimentar (SEGURANÇA..., 2014) e restrições de acesso a serviços ou direitos, por exemplo, saneamento básico e moradia adequada (SÍNTESE..., 2017). Explicam que os primeiros anos de vida, com frequência a programas de educação infantil de qualidade, são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e de características como atenção, motivação, autocontrole e sociabilidade, necessárias para uma vida saudável, melhor desempenho escolar e qualificação profissional.

Contribuindo para a participação feminina no mercado de trabalho e peça-chave para o desenvolvimento das crianças no longo prazo, a educação infantil passou, então, a ser reconhecida não apenas por seus benefícios para o indivíduo, mas para toda a sociedade, como parte da infraestrutura para o desenvolvimento econômico (HECKMAN, 2013; MELHUIISH, 2013). Nesse contexto, é oportuno que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável tenha elencado dentre suas metas (meta 4.2) “garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2018, p. 113).

No Brasil, o PNE tem como meta “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE” (meta 1) (BRASIL, 2014). Os indicadores escolhidos para o monitoramento dessa meta do PNE são percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta escola ou creche e percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta escola ou creche.

Tendo em vista todos os papéis atribuídos à educação na primeira infância, esta seção busca analisar as características do acesso à escola ou creche das crianças de 0 a 5 anos no País. Na sequência, joga luz nas desigualdades identificadas, na oferta de escolas e vagas e nas características das redes de ensino, a partir dos dados obtidos por meio dos módulos anuais de educação da PNAD Contínua 2016 e 2017 e do Censo Escolar da Educação Básica.

³⁵ Avaliação que tem por objetivo identificar o desenvolvimento das habilidades das crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas no Brasil. Para mais informações, consultar: <<http://portal.inep.gov.br/provinha-brasil>>. Acesso em: nov. 2018.

Frequência escolar das crianças de 0 a 5 anos de idade

Embora o PNE tivesse como meta alcançar a universalização da educação infantil para crianças de 4 e 5 anos de idade até 2016, a obrigatoriedade da educação nessa faixa etária já está determinada há mais tempo na legislação brasileira. Data de 11 de novembro de 2009, a Emenda Constitucional n. 59, que previu a obrigatoriedade da educação infantil a partir dos 4 anos, estabelecendo como prazo para sua implantação o ano de 2016. Na sequência, a Lei n. 12.796, de 04.11.2013, incluiu a obrigatoriedade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, e dispôs, ainda, ser dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir daquela idade.

No entanto, em 2017, o percentual de crianças de 4 e 5 anos que frequentava escola ou creche no Brasil era de 91,7%, sem nenhuma Grande Região ou Unidade da Federação ter concluído a meta da universalização e com importantes desigualdades regionais observadas. De acordo com o Cartograma 1, enquanto Estados como do Ceará e do Piauí atingiram 97,8% e 97,6%, respectivamente, os Estados do Amapá, do Amazonas e do Acre encontravam-se abaixo de 80%. Em outras palavras, mais de 1/5 das crianças de 4 a 5 anos nessas três Unidades da Federação estavam fora da escola ou creche em 2017, distanciando a Região Norte (85,0%), mais do que as demais regiões do País, do alcance da meta 1 do PNE (Tabela 3.4³⁶).

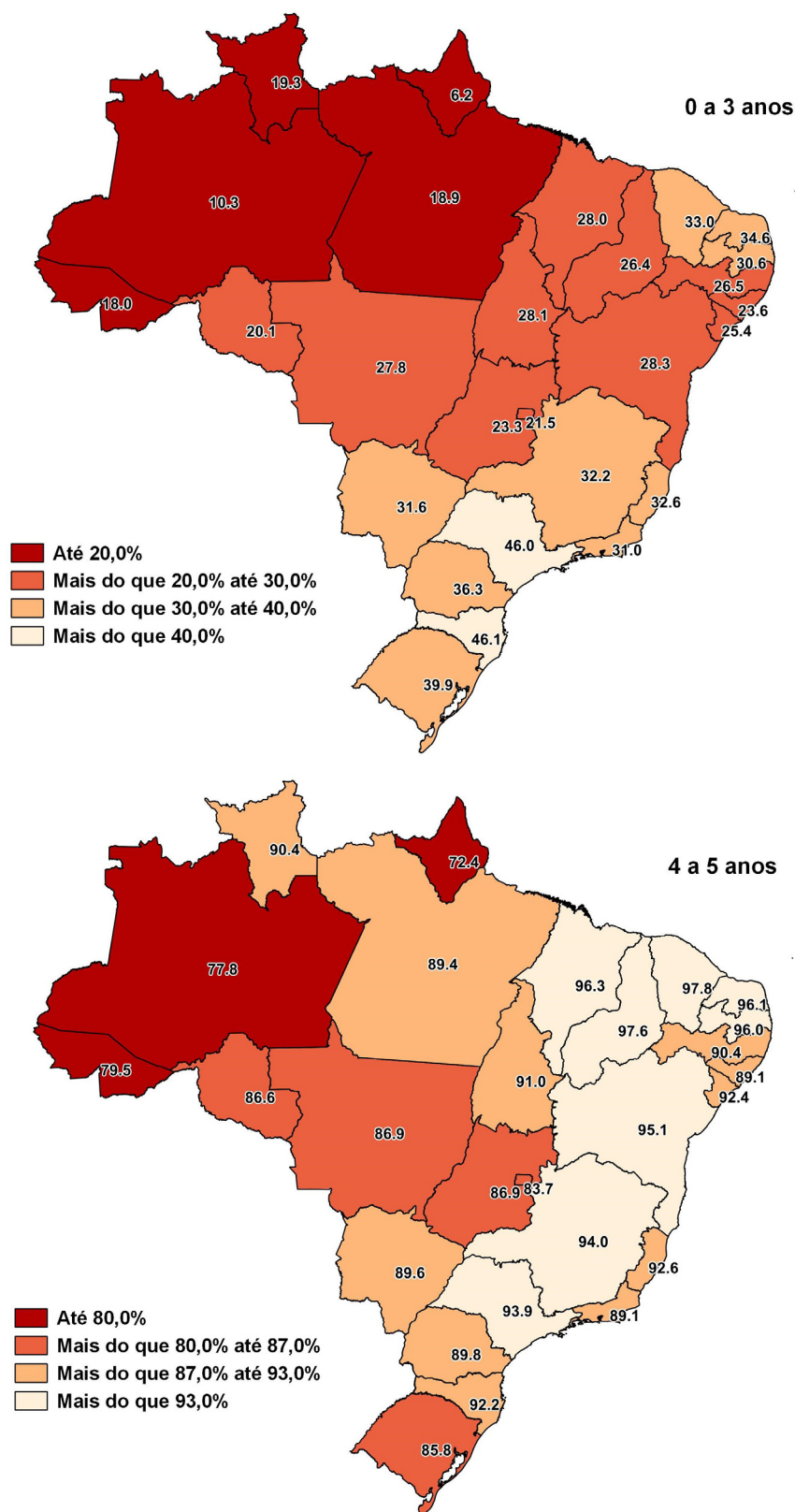
Vale ressaltar que, como será demonstrado no tópico sobre a oferta de escolas e vagas, a Região Norte – junto à Região Centro-Oeste – apresentou a maior proporção de respondentes que indicaram a ausência de estabelecimentos e a indisponibilidade de vagas como principal motivo para a não frequência escolar das crianças de 0 a 5 anos. Além disso, conforme apontado em edições anteriores da *Síntese de indicadores sociais* e no informativo sobre trabalho infantil da PNAD Contínua 2016 (TRABALHO..., 2017), é na Região Norte que se encontra o maior percentual de crianças de 5 a 9 anos ocupadas no País³⁷. Há diversos estudos que apontam como efeitos do trabalho infantil a entrada na escola fora da idade adequada e a evasão escolar precoce (BARROS, MENDONÇA, 2010), inclusive quando esse trabalho é do âmbito doméstico (ALBERTO et al., 2011). No entanto, apenas por meio dos dados descritivos da PNAD Contínua não é possível confirmar tais causalidades.

Com relação às crianças de 0 a 3 anos, tampouco qualquer Unidade da Federação havia atingido a meta do PNE, de 50% de frequência à escola ou creche. Como demonstrado no Cartograma 1, em 2017, Amapá (6,2%), Amazonas (10,3%) e Acre (18,0%) foram novamente as Unidades da Federação com os menores percentuais de frequência escolar. Porém, para este grupo etário, os maiores percentuais foram apresentados por Santa Catarina (46,1%) e São Paulo (46,0%). Nesse cenário, a Região Norte (16,9%) era a mais distante da meta que, segundo o PNE, deve ser atingida até 2024 (Tabela 3.4). Em todo o Brasil, 32,7% das crianças de 0 a 3 anos frequentavam escola ou creche.

³⁶ As tabelas iniciadas com o número do capítulo (exemplo: 3.X) pertencem ao plano tabular da publicação e podem ser consultadas no portal do IBGE na Internet, no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>>.

³⁷ O trabalho infantil é investigado para crianças a partir de 5 anos de idade.

Cartograma 1 – Proporção de crianças de 0 a 5 anos de idade que frequentavam a escola, por Unidade da Federação, segundo os grupos etários – Brasil – 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

As informações oficiais disponíveis sobre creches e pré-escolas no Brasil apontam, que foi possível ampliar a frequência escolar das crianças de 0 e 5 anos entre 2016 e 2017 sem prejudicar a qualidade do serviço nos indicadores ora analisados. Neste trabalho, para abordar qualidade, foram utilizados indicadores provenientes do Censo Escolar da Educação Básica que se relacionam com os parâmetros que compõem os indicadores de qualidade da educação infantil, elaborados pelo Ministério da Educação³⁸, conforme o Quadro 1. Dimensões como planejamento institucional, experiências e linguagens, interações e desenvolvimento infantil não estão no escopo da análise.

Quadro 1 - Indicadores de qualidade da Educação Infantil

Indicador proposto pelo MEC	Parâmetros dos indicadores propostos pelo MEC	Indicador do Censo da Educação Básica
Espaços e mobiliários que favorecem as experiências das crianças	Há espaço organizado para a leitura, como biblioteca ou cantinho de leitura, equipado com estantes, livros, revistas e outros materiais acessíveis às crianças e em quantidade suficiente?	Existência de biblioteca / sala de leitura
	Os espaços e equipamentos são acessíveis para acolher as crianças com deficiência, de acordo com o Decreto-Lei nº 5.296/2004?	Existência de banheiro e vias adequadas a alunos com deficiência
	Há bebedouros, vasos sanitários, pias e chuveiros em número suficiente e acessíveis às crianças?	Existência de banheiro adequado à educação infantil
Espaços, materiais e mobiliários para responder aos interesses e necessidades dos adultos	Há espaço que permite o descanso e o trabalho individual ou coletivo da equipe que seja confortável, silencioso, com mobiliário adequado para adultos e separado dos espaços das crianças (para reuniões, estudos, momentos de formação e planejamento)?	Existência de sala de professores
Formação inicial das professoras	As professoras têm, no mínimo, a habilitação em nível médio na modalidade Normal?	Adequação da formação docente
		Percentual de docentes com curso superior
Condições de trabalho adequadas	Há no mínimo uma professora para cada agrupamento de: 6 a 8 crianças até 2 anos? 15 crianças até 3 anos? 20 crianças de 4 até 6 anos?	Média de alunos por turma

Fontes: 1. INEP, Censo Escolar da Educação Básica 2015-2017. 2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Indicadores da qualidade na educação infantil* 2009. Brasília, DF, 2009. 64 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

³⁸ O conjunto de indicadores de qualidade na educação infantil foi formulado pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria da Educação Básica, em parceria com a Ação Educativa, a Fundação Orsa, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF. São 26 indicadores que se propõem a abarcar 7 dimensões da qualidade da educação infantil: planejamento institucional; multiplicidade de experiências e linguagens; interações; promoção da saúde; espaços, materiais e mobiliários; formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social. Mais informações em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

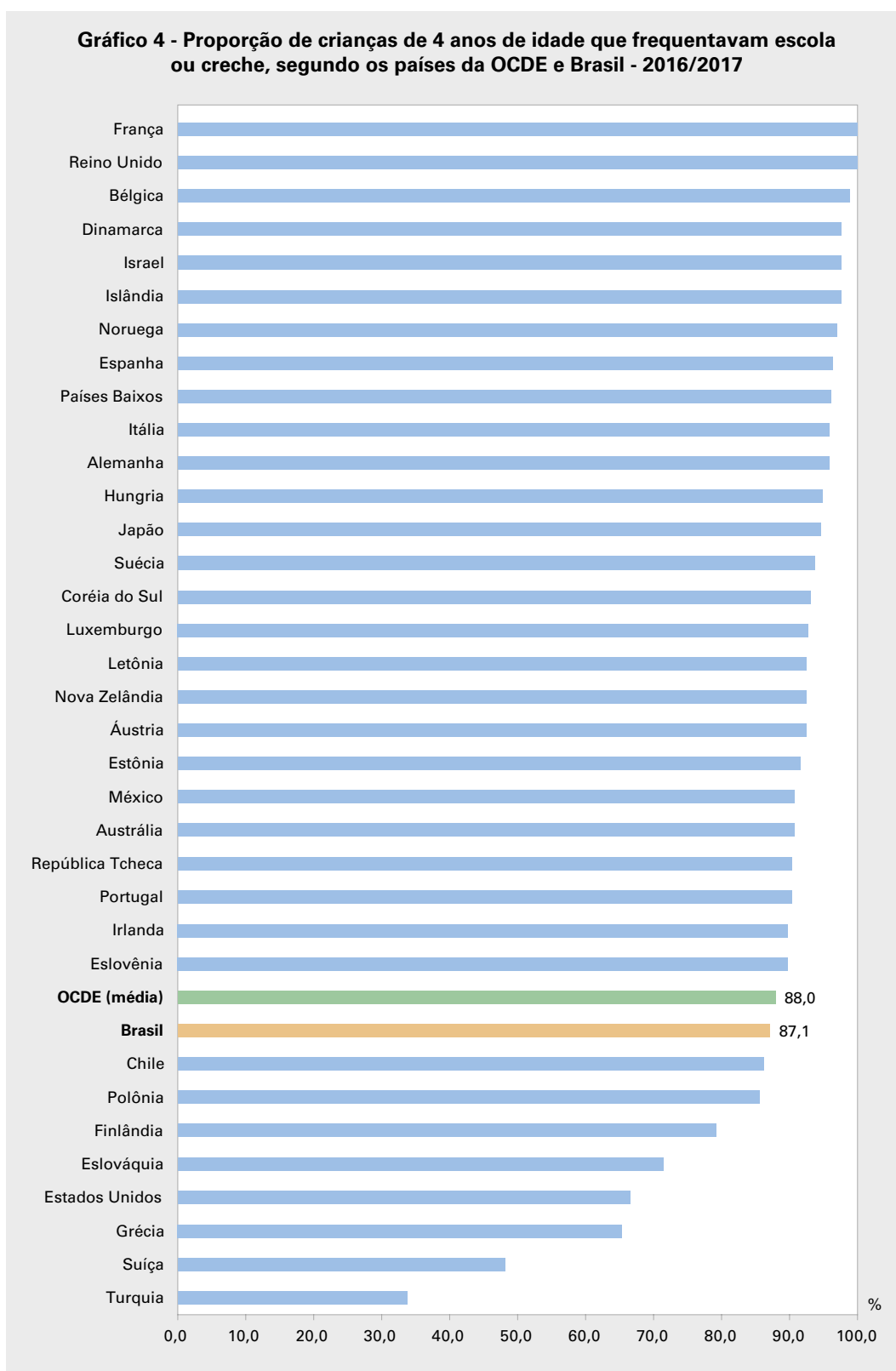
Como identificou a PNAD Contínua, a proporção de crianças de 0 a 5 anos que estava frequentando escola ou creche passou de 50,7% a 52,9%, entre 2016 e 2017. Já a média de alunos por turma manteve-se praticamente inalterada, oscilando de 16,4 para 16,3, o percentual de docentes com formação adequada para a educação infantil³⁹ passou de 70,1% para 70,5% e o daqueles com ensino superior aumentou de 66,0% para 67,8%, segundo o Censo Escolar da Educação Básica 2016 e 2017 (INDICADORES..., 2018). Ainda de acordo com o Censo Escolar, entre 2015 e 2017, o percentual de matrículas em pré-escolas com biblioteca ou sala de leitura oscilou de 50,5% para 51,0%, passou de 66,7% para 69,4% o de matrículas em pré-escolas com sala dos professores, aumentou de 58,6% para 62,7% o de matrículas em pré-escolas com banheiro adequado à educação infantil e cresceu de 25,7% para 30,0% o percentual de matrículas em pré-escolas com banheiros e vias adequadas para alunos com deficiência.

Apesar da frequência a escola ou creche em 2017 ter avançado em comparação a 2016, o Brasil, como se observa no Gráfico 4, ainda se encontra próximo da média dos países da OCDE em relação às crianças de 4 anos de idade, para as quais a frequência escolar já é obrigatória no Brasil. Apenas quatro países da OCDE também estabelecem o ensino obrigatório nesta idade (EDUCATION..., 2017). Além disso, os resultados dos países da OCDE são para o ano de 2016⁴⁰, enquanto os do Brasil estão atualizados para 2017.

Por último, mas não menos importante, é preciso salientar que a Constituição Federal atribui aos municípios a competência para manter os programas de educação infantil, mas compromete também a União e os estados, que devem cooperar técnica e financeiramente. Assim, todos os entes da federação têm um papel a desempenhar para o alcance das metas do PNE e da Agenda 2030 para a educação infantil.

³⁹ Considera-se como formação adequada para o exercício da docência na educação infantil a conclusão do ensino médio na modalidade normal / magistério ou do ensino superior em Pedagogia (licenciatura / bacharelado com complementação pedagógica).

⁴⁰ Exceto para Luxemburgo, cujos dados são referentes ao ano de 2015.

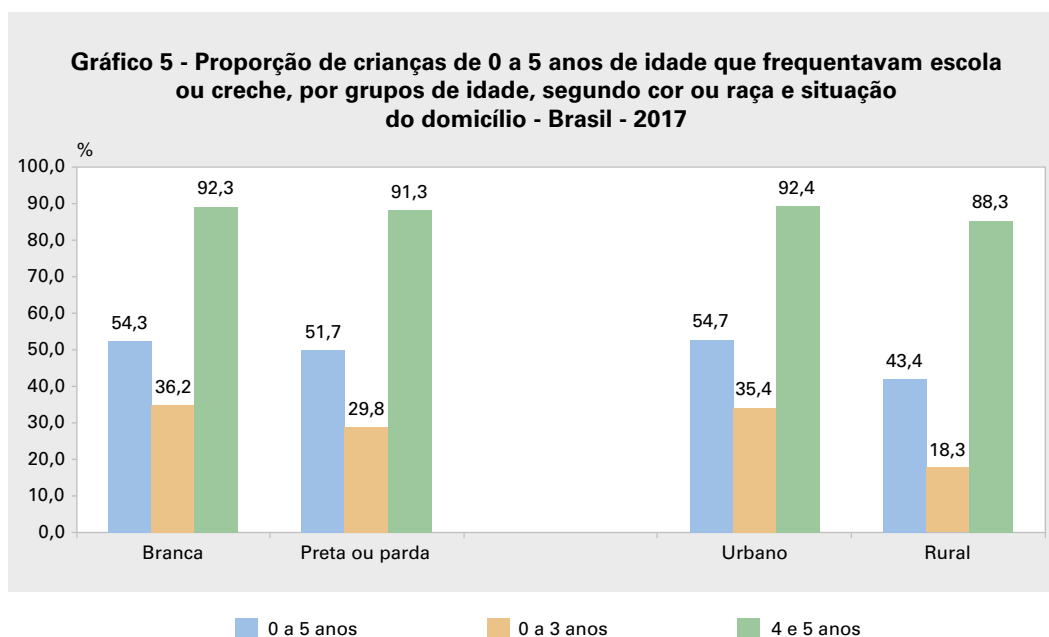


Fontes: 1. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017. 2. EDUCATION at a glance 2018: OECD Indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2018. 458 p. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/eag-2018-en>>. Acesso em nov. 2018.

Desigualdades no acesso à escola ou creche para as crianças de 0 a 5 anos de idade

Identificar quais são os grupos que tem menos acesso à educação constitui um passo essencial para o incremento da proporção de crianças de 0 a 5 anos de idade que frequenta escola ou creche e, conseqüentemente, para atingir as metas do PNE e da Agenda 2030 correspondentes. Além das desigualdades regionais previamente apontadas, a cor ou raça da criança, a situação do domicílio (urbano ou rural), o nível de instrução do morador mais escolarizado do domicílio⁴¹ e a renda domiciliar *per capita* são características que também demarcam grupos com oportunidades de acesso distintas.

De fato, como mostra o Gráfico 5, as crianças de 0 a 5 anos pretas ou pardas frequentavam menos escola ou creche que as crianças brancas em 2017, com uma diferença de 2,6 pontos percentuais entre elas. As crianças residentes em domicílios rurais se encontravam em desvantagem ainda mais intensa em relação às residentes em domicílios urbanos: enquanto a frequência escolar do primeiro grupo era de 43,4%, a do segundo era de 54,7%, em 2017. Fomentar o atendimento das populações do campo está no escopo das estratégias do PNE para a universalização da educação infantil para as crianças de 4 a 5 anos e ampliação da oferta para as de 0 a 3 anos de idade (estratégia 1.10).

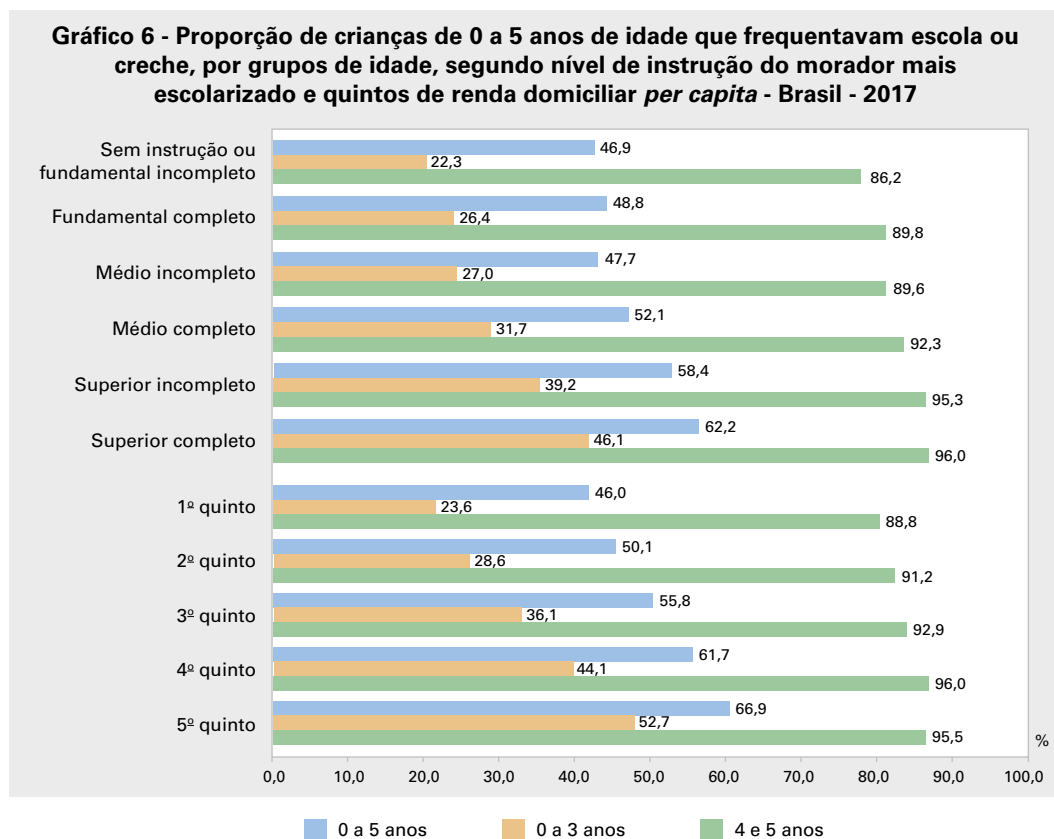


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

⁴¹ A variável nível de instrução do morador mais escolarizado do domicílio foi utilizada como *proxy* de escolaridade materna, visto que, em decorrência da metodologia atual da PNAD Contínua, não seria possível construir a variável escolaridade materna.

As crianças de 0 a 5 anos residentes em domicílios cujo nível de instrução do morador mais escolarizado era o ensino fundamental incompleto ou equivalente eram as que menos frequentavam escola ou creche em 2017 (46,9%). Com a maior frequência escolar (62,2%), estavam as crianças em domicílios que contavam com, pelo menos, um morador com ensino superior completo, conforme o Gráfico 6. Na *Síntese de indicadores sociais 2017: uma análise das condições de vida da população brasileira*, já havia sido observada a presença de desigualdades educacionais em função do nível de instrução da mãe (SÍNTESE..., 2017), em consonância com resultados de estudos internacionais e nacionais (MARE, 1980, 1981; SILVA, 2003; RIBEIRO, 2009, 2011) que constataram que as características socioeconômicas da família de origem, como a educação da mãe, têm mais impacto no início da escolarização (FRESNEDA, 2014).

Igualmente, a proporção de crianças de 0 e 5 anos que frequentava escola ou creche em 2017 foi menor entre aquelas no quinto mais baixo de renda domiciliar *per capita* (46,0%) e maior entre as que se encontravam no quinto mais elevado (66,9%), conforme o Gráfico 6. Assim, além de sujeitas a outras desvantagens relacionadas à pobreza, mais da metade das crianças no quinto mais baixo de renda domiciliar *per capita* não frequentava a escola, o que, conforme estudos do campo da educação (SAMMONS et al., 2008; MELHUSH, 2013), pode impactar negativamente no desempenho escolar a longo prazo. Segundo os dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Programme for International Student Assessment - PISA) 2015, controlado o *status* socioeconômico, crianças que frequentaram por pelo menos dois anos a educação infantil tiveram melhores resultados aos 15 anos do que aquelas que frequentaram menos de dois anos ou não frequentaram (EDUCATION..., 2017).



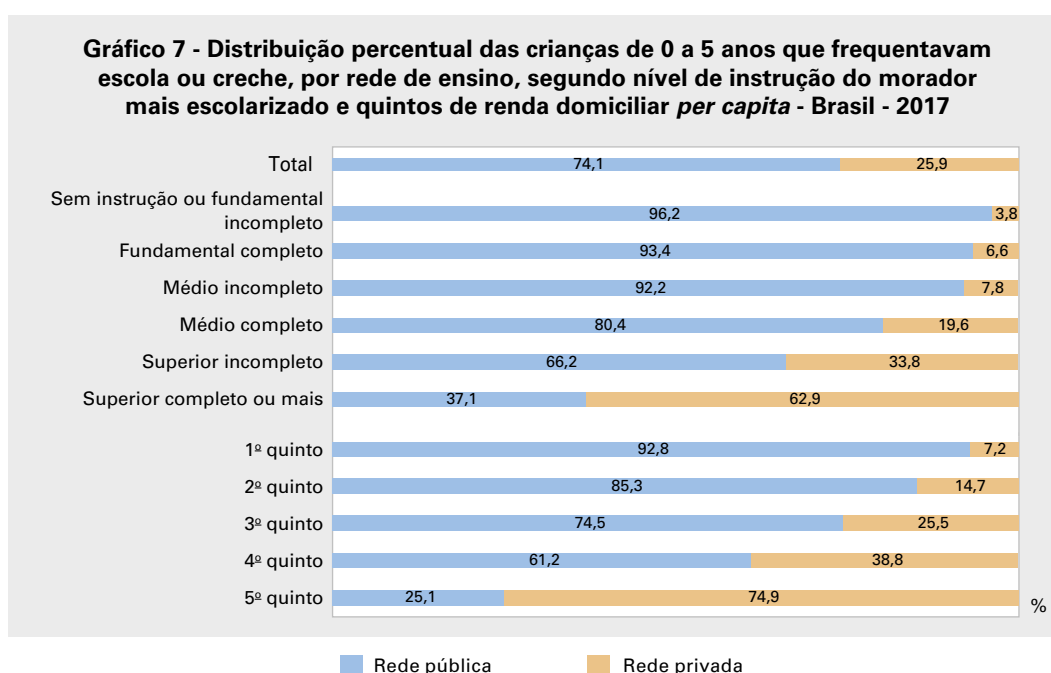
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2017.

As disparidades em função do critério renda domiciliar *per capita* são ainda mais marcantes quando recortadas somente as crianças de 0 a 3 anos de idade. A diferença entre a frequência escolar das crianças do quinto mais elevado e as do quinto mais baixo era de 29,1 pontos percentuais em 2017. O PNE traça como estratégia para atingir a meta de atendimento de pelo menos 50% das crianças de 0 a 3 anos justamente combater a desigualdade, visando: “garantir que, ao final da vigência deste PNE, seja inferior a 10% a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 3 anos oriundas do quinto de renda familiar *per capita* mais elevado e as do quinto de renda familiar *per capita* mais baixo” (estratégia 1.2) (BRASIL, 2014). As desigualdades segundo o nível de instrução do morador mais escolarizado, a situação do domicílio e cor ou raça também são mais acentuadas entre as crianças de 0 a 3 anos, como mostram os Gráficos 5 e 6.

Redes de ensino e oferta de escolas e vagas

Tendo em vista as desigualdades no acesso à educação pelas crianças pretas ou pardas, pelas residentes em domicílios rurais, naqueles cujo morador mais escolarizado tem menor nível de instrução e nos domicílios com menor renda *per capita*, é preciso buscar informações que tenham potencial para embasar estratégias para equalizar as oportunidades.

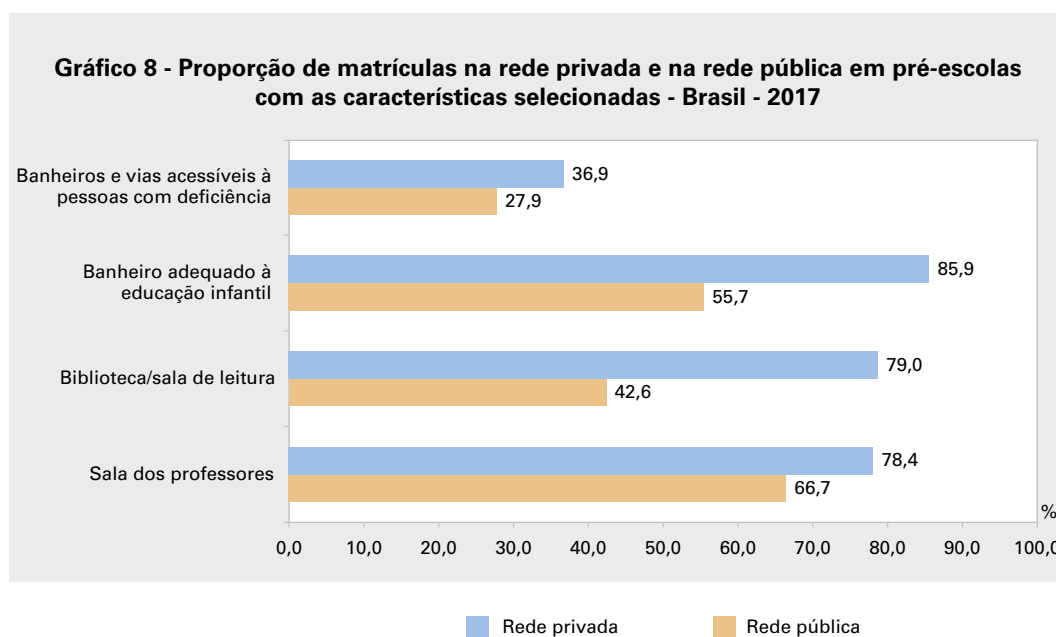
Com efeito, verifica-se que apenas entre as crianças de 0 a 5 anos residentes em domicílios com algum morador com ensino superior completo e as do quinto mais alto de renda domiciliar *per capita* prevaleceu a frequência à escola ou creche na rede privada em 2017. Em outras palavras, os demais grupos contavam principalmente com a rede pública de ensino, como mostra o Gráfico 7. Além disso, as crianças brancas frequentavam em maior proporção a rede privada que as crianças pretas ou pardas e as residentes em domicílios urbanos que as residentes em domicílios rurais (Tabela 3.7).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Vale ressaltar que a proporção de crianças de 0 a 5 anos que frequentava instituições de ensino públicas aumentou entre 2016 e 2017 para todos os grupos e em todas as Grandes Regiões do País (Tabelas 3.7 e 3.6), sem distinção, o que pode ser um dos efeitos da conjuntura econômica retratada no Capítulo **Estrutura econômica e mercado de trabalho**. Afinal, o custo é um dos fatores que influenciam as escolhas dos pais em relação à educação dos filhos (MELHUIISH, 2013).

Na medida em que a qualidade dos estabelecimentos de educação infantil também é um fator com impacto no desenvolvimento e no desempenho das crianças no longo prazo, cumpre analisar os indicadores de qualidade desagregados por rede de ensino⁴². Dos indicadores provenientes do Censo Escolar da Educação Básica analisados neste capítulo, a rede pública teve melhor resultado que a rede privada em 2017 no percentual de docentes com nível superior: eram 73,9% contra 53,2%. Na rede privada, por outro lado, era menor a média de alunos por turma, 13,0 contra 18,1. Além disso, 36,9% das matrículas na rede privada eram em pré-escolas com banheiro e vias acessíveis para alunos com deficiência, enquanto na rede pública as matrículas em estabelecimentos com essa característica representavam 27,9%. Vale lembrar que pré-escolas e creches da rede pública devem assegurar a matrícula das crianças com deficiência em caráter compulsório (Lei n. 7.583, de 24.10.1989). Os indicadores relacionados a espaços e mobiliários, por rede de ensino, constam do Gráfico 8.

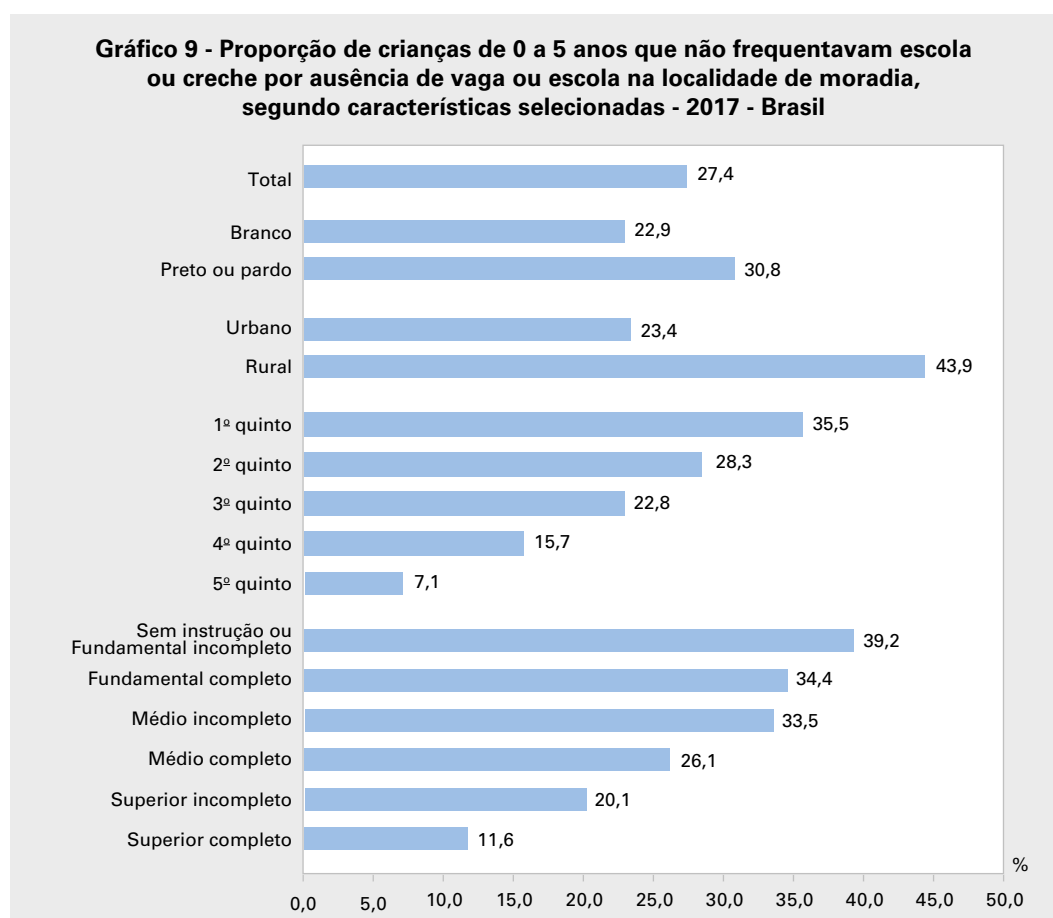


Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica 2017.

Por fim, para melhor compreender as desigualdades no acesso à educação, a PNAD Contínua investiga a população de 0 a 5 anos que não frequenta escola ou creche, indagando o principal motivo que leva a essa situação. A Região Norte e a Região Centro-Oeste, que se encontram mais distantes da meta 1 do PNE, tanto para as crianças de 0 a 3 anos de idade, quanto para as de 4 a 5 anos, foram as Grandes Regiões com a maior proporção de crianças que não frequentava escola ou creche por não haver estabelecimento na localidade ou por falta de vaga nas escolas ou creches existentes – 32,1% (Tabela 3.8).

⁴² Não temos informação para adequação da formação docente por rede de ensino.

Além disso, como revelado no Gráfico 9, quanto mais baixo o nível de instrução do morador mais escolarizado do domicílio e também o quinto de renda domiciliar *per capita*, maior o percentual de pessoas que apontaram a ausência de escola ou creche na localidade ou indisponibilidade de vagas nas existentes como principal motivo para não frequentar escola ou creche. Portanto, a insuficiência de oferta do serviço atinge esses grupos com mais intensidade. Para crianças pretas ou pardas (30,8%) esses motivos também foram mais representativos do que para as crianças brancas (22,9%), assim como para as crianças que residem em domicílios rurais (43,9%) em relação às residentes em domicílios urbanos (23,4%).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Neste cenário, a expansão da rede pública de ensino e o investimento em sua qualidade despontam como importantes medidas para a redução das desigualdades identificadas no acesso à educação nos primeiros 6 anos de vida. Afinal, os grupos populacionais que menos frequentam escola ou creche são os mais afetados pela ausência de escola ou creche ou escassez de vagas onde residem e são os que mais cursam a rede pública de ensino.

Ensino superior

A educação é amplamente reconhecida como a principal variável de acesso às distintas oportunidades das sociedades democráticas, participando de forma inequívoca na determinação dos rendimentos do trabalho, do *status* da ocupação e da mobilidade social. No Brasil, o acesso aos níveis educacionais mais elevados, mais especificamente ao ensino superior, representa um mecanismo importante de reprodução das desigualdades sociais (HASENBALG, 2003; MENEZES-FILHO; FERNANDES; PICCHETTI, 2007; SOUZA; RIBEIRO; CARVALHAES, 2010).

De acordo com o *Education at a glance 2018: OECD indicators*, o Brasil é o país que apresenta as maiores taxas de empregabilidade e o maior retorno salarial para a população que possui ensino superior completo em relação a todos os 36 países da OCDE e 10 países parceiros da organização. Uma pessoa com o diploma de graduação no Brasil ganhava, de acordo com a publicação, 2,5 vezes mais do que alguém com diploma de ensino médio, sendo que a média na OCDE era de 1,6 vezes mais. Essa diferença acentuada de prêmio salarial no mercado de trabalho entre níveis de instrução é uma característica comum de sociedades extremamente desiguais e a principal maneira pela qual as pessoas dos estratos mais elevados mantêm seus filhos em posições no topo da hierarquia ocupacional. De acordo com a nota da publicação *Education at a glance 2018: OECD indicators* elaborada para o País, o Brasil figura entre as sociedades mais desiguais do estudo, perdendo apenas para a Costa Rica. Expandir o acesso a esse nível de ensino, ampliando a participação de grupos desfavorecidos, seria uma forma de promover maior igualdade de oportunidades no País, conclui o relatório da OCDE.

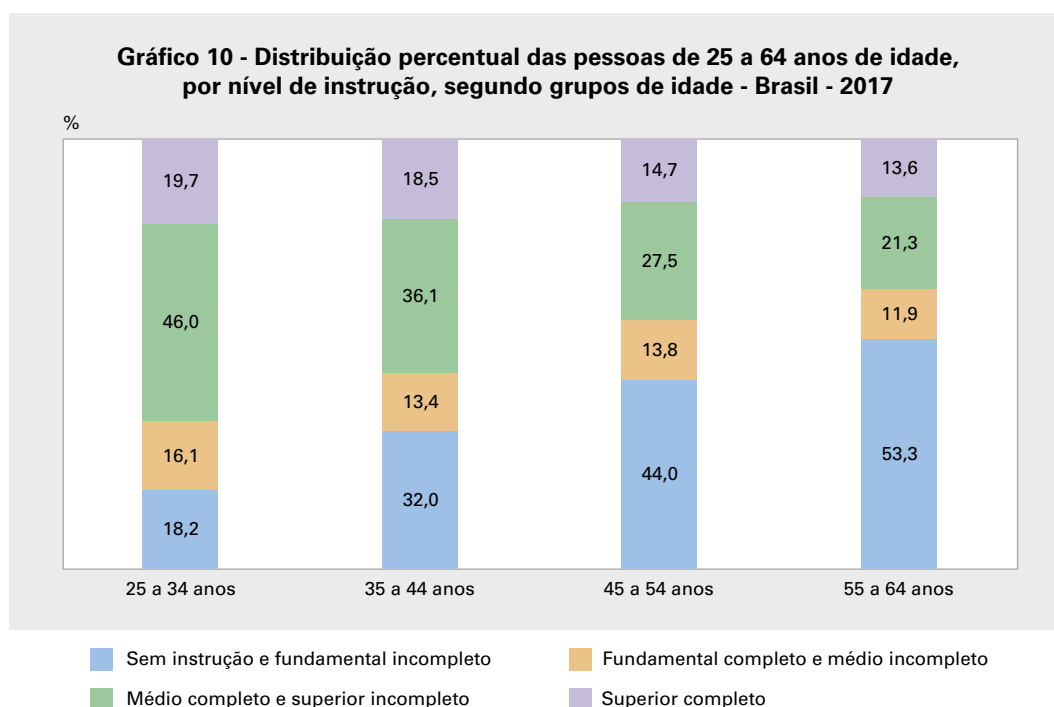
Esse é um dos objetivos do Plano Nacional de Educação - PNE. A meta 12 do PNE, que se refere ao ensino superior, procura: “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta”. As estratégias dessa meta buscam assegurar que a expansão do ensino superior seja democrática. A estratégia 12.5 almeja “ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico”. Adicionalmente, a estratégia 12.9 visa “ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei” (BRASIL, 2014).

Além do PNE, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável conta com uma meta específica para a democratização do acesso ao ensino superior, entre aquelas que fazem parte do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 4, voltado à educação. A meta 4.3 prescreve que devemos: “até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e as mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade”.

Historicamente, o acesso ao ensino superior esteve limitado pela enorme seletividade de seus estudantes, fruto, entre outros motivos, tanto dos custos financeiros demandados pela rede privada quanto da elevada concorrência dos exames de ingresso à rede pública. Apesar do avanço observado no aumento da população com ensino superior completo, esse nível permanece restrito a 15,3% da população brasileira de 25 anos de idade ou mais.

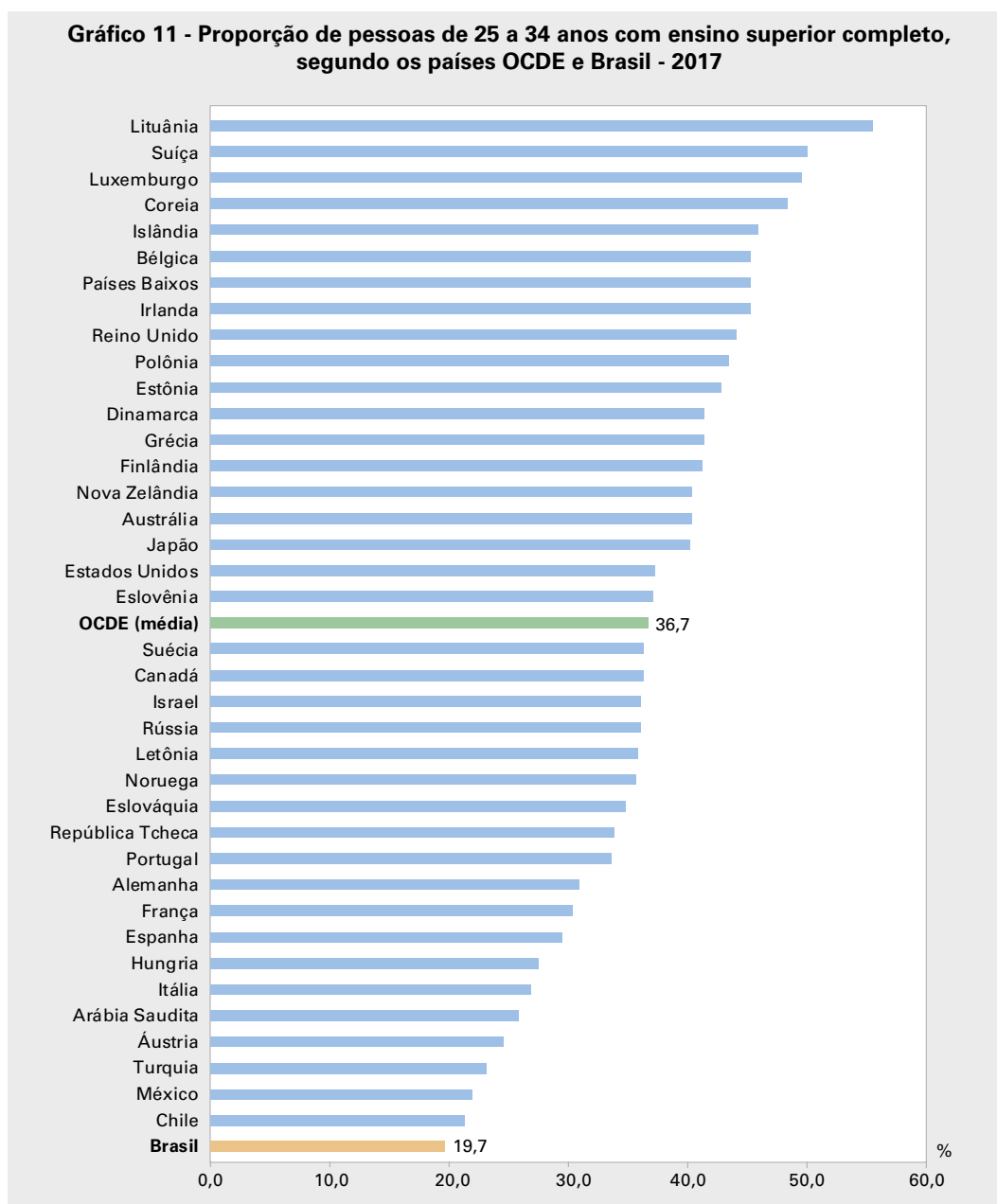
População com ensino superior completo

Segundo os dados do módulo anual ampliado de educação da PNAD Contínua 2017, o percentual de pessoas que faziam parte do grupo etário mais velho, com 55 a 64 anos idade, com ensino médio completo e superior incompleto era de 21,3%, já o percentual de pessoas com superior completo era 13,6%. Isso significa que a proporção de pessoas dessa faixa etária com pelo menos o ensino médio completo (34,8%) era 2,6 vezes maior do que a proporção de pessoas que concluiu o ensino superior. Aqueles percentuais eram de 46,0% e 19,7%, respectivamente, entre as pessoas de 25 a 34 anos de idade. Assim, a proporção desse grupo etário mais novo apto a ingressar e concluir o ensino superior (65,8%) foi 3,3 vezes maior do que o grupo com superior completo, como mostra o Gráfico 10.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

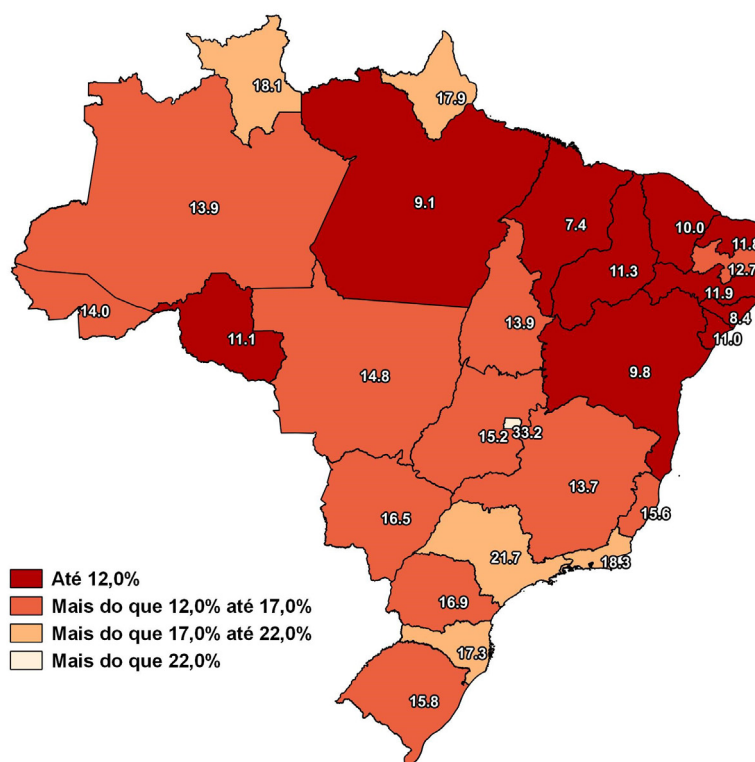
O lento ritmo de incremento do acesso ao ensino superior não foi suficiente para garantir o aumento da escolaridade da população brasileira compatível com a que já foi alcançada pela maioria dos países analisados no relatório *Education at a glance 2018: OECD indicators*. No Brasil, a proporção de pessoas de 25 a 64 anos com pelo menos o ensino superior de graduação, em 2017, era de 17,0%, enquanto esse mesmo indicador para países membros da OCDE era de 30,3% em média. Mesmo para um grupo etário mais jovem, a distância entre o Brasil e a média dos países da OCDE permanece elevada, como observado no Gráfico 11. O percentual de pessoas de 25 a 34 anos com ensino superior completo em 2017 era de 19,7% no Brasil, praticamente a metade do percentual médio da OCDE (36,7%).



Fontes: 1. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017. 2. EDUCATION at a glance 2018: OECD Indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2018. 458 p. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/eag-2018-en>>. Acesso em nov. 2018.

Considerando todos os países com dados disponíveis para níveis subnacionais no *Education at a glance 2018: OECD indicators*, o Brasil é também o País com o pior nível de desigualdade entre suas Unidades da Federação no que tange a conclusão do ensino superior. De acordo com o Cartograma 2, a Unidade da Federação com o maior percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade com ensino superior é o Distrito Federal, cujo indicador (33,2%) é 4,5 vezes maior do que o do estado com o menor percentual, Maranhão com 7,4%, de acordo com dados da PNAD Contínua 2017. Países com altos índices de disparidade subnacional, como Rússia e Estados Unidos, apresentaram uma razão menor que três. A desigualdade regional brasileira, entre as Unidades da Federação, chega a ser maior que a desigualdade entre os países da OCDE de acordo com nota do *Education at a glance 2018: OECD indicators* para o Brasil.

Cartograma 2 - Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo, por Unidade da Federação - Brasil - 2017

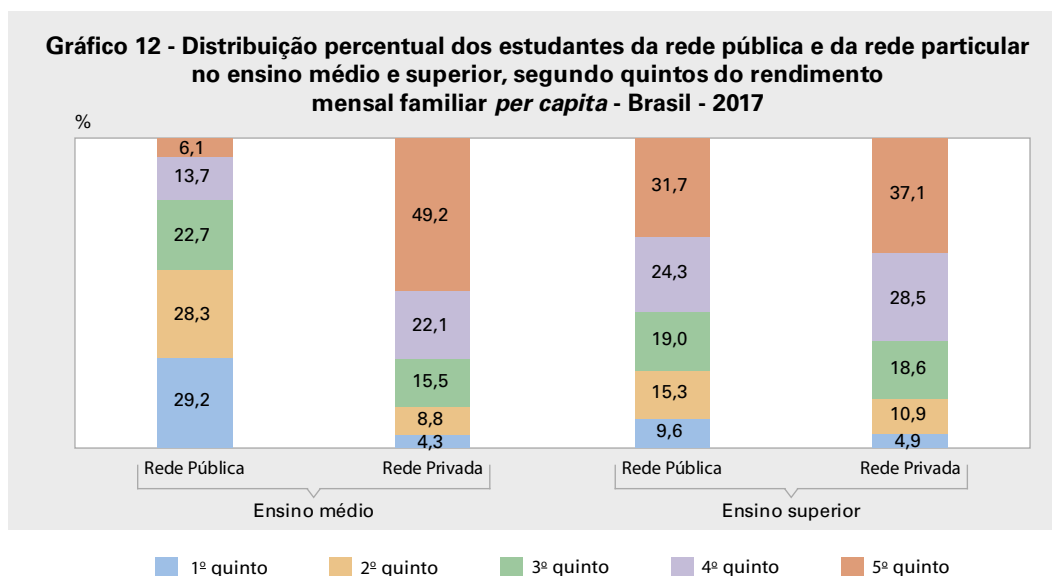


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Estudantes do ensino superior por rede de ensino

Diferentemente do que ocorre no ensino médio, em que a rede pública concentrava 87,0% dos estudantes, 25,8% dos estudantes de ensino superior de graduação frequentavam a rede pública e 74,2% a rede privada em 2017. Esse dado ilustra uma característica destoante do sistema de ensino superior brasileiro em relação aos demais países, conforme ressaltado na nota para o Brasil da publicação *Education at a glance 2017: OECD indicators*. Essa publicação usou dados de 2015, quando a rede privada de ensino superior era responsável por cerca de $\frac{1}{3}$ das matrículas (32,0%) no caso da OCDE e mais de $\frac{3}{4}$ (76,2%) no caso brasileiro.

É importante entender também o perfil dos estudantes das redes pública e privada do ensino superior com relação àquele observado nas redes do ensino médio no Brasil. Dentro do ensino médio, há grandes diferenças de perfil: somente 6,1% dos estudantes da rede pública pertenciam aos 20% com os maiores rendimentos da população, enquanto quase metade (49,2%) dos estudantes da rede privada faziam parte desse quinto de rendimentos. No caso do ensino superior, ambas as redes apresentavam perfil de renda bastante desigual, prevalecendo alunos do quinto com maiores rendimentos: 31,7% na rede pública e 37,1% na privada. Além disso, conforme o Gráfico 12, o perfil dos estudantes da rede pública se mostrou mais democrático se comparado ao da rede privada, atendendo quase duas vezes mais alunos que faziam parte dos 20% da população com os menores rendimentos.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

A série histórica de 2005 a 2015 com dados da PNAD, publicada na *Síntese de indicadores sociais 2016: uma análise das condições de vida da população brasileira*, chega às mesmas conclusões. Esta investigação evidenciou que tinha havido uma democratização no perfil dos estudantes de graduação que frequentavam as duas redes de ensino. A participação do quinto com os maiores rendimentos tinha passado de 52,1% para 35,7% na rede pública e de 65,8% para 38,9% na rede privada, respectivamente, durante esses dez anos analisados (SÍNTESE..., 2016, p. 65).

Expansão do ensino superior

Uma série de medidas foi adotada a partir dos anos 2000, tanto na rede pública quanto na privada, para expandir e democratizar o acesso ao ensino superior. Essas medidas contemplaram desde o aumento das reservas de vagas nas instituições públicas direcionadas aos alunos de diferentes perfis (pessoas com deficiência, egressos de escolas públicas, com baixa renda familiar, grupos de cor ou raça, etc.) até o incremento dos financiamentos estudantis reembolsáveis (como o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES) e não reembolsáveis (como o Programa Universidade para Todos - PROUNI), estes últimos disponíveis aos alunos das instituições privadas.

O sistema de cotas, ou de reserva de vagas, na rede pública de ensino superior é uma experiência recente que passou ser amplamente difundida nas instituições federais a partir de 2012, quando foi sancionada a Lei n. 12.711, de 29.08.2012⁴³. Essa lei estabeleceu o mínimo de 50% das vagas de graduação disponíveis para estudantes que tenham cursado a totalidade do ensino médio em escolas públicas, seguindo a proporção de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da Unidade da Federação em questão. Complementarmente, 50% dessas vagas (25% do total de vagas) devem ser reservadas aos estudantes cujas famílias tenham renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*.

⁴³ Estabeleceu-se prazo máximo de quatro anos para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.

O PROUNI, estabelecido na Lei n. 11.096, de 13.01.2005, adota critérios similares de renda familiar para concorrer à bolsa integral no ensino superior privado, combinando a exigência de ensino médio em rede pública (ou em instituições privadas na condição de bolsista integral) e renda familiar mensal bruta de até 1,5 salário mínimo *per capita*. As bolsas de PROUNI parcial utilizam o limite de renda de até 3 salários mínimos *per capita*. Apenas na modalidade do PROUNI integral o aluno não contrai dívidas.

O FIES, estabelecido na Lei n. 10.260, de 12.07.2001, concede financiamento a estudantes na rede privada de ensino superior que deve ser pago pelo aluno após a conclusão do curso. A partir de 2010, seguindo a Resolução do Banco Central do Brasil n. 3.842, de 10.03.2010, o programa passou a ter sua taxa de juros subsidiada em 3,40% ao ano, sendo que os critérios de concessão variaram ao longo de suas edições. Em 2018, o FIES passou a conceder financiamentos sem juros a pessoas com renda de até 3 salários mínimos *per capita*.

Segundo dados do Censo da Educação Superior coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do total de 6,52 milhões de matrículas presenciais na graduação em 2016, os cursos de bacharelado representavam 78,0%, os de licenciatura, 13,5% e os de graduação tecnológica, 8,6%, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Número de matrículas no ensino superior presencial de graduação por grau acadêmico, segundo rede de ensino - Brasil - 2009/2016

Grau Acadêmico	Total		Privada		Pública	
	2009	2016	2009	2016	2009	2016
Absoluto						
Total	5 115 896	6 522 041	3 764 728	4 686 559	1 351 168	1 835 482
Bacharelado	3 651 105	5 083 946	2 842 203	3 889 503	808 902	1 194 443
Licenciatura	771 669	880 167	410 424	382 934	361 245	497 233
Tecnológico	486 730	557 928	401 885	414 122	84 845	143 806
Bacharelado e Licenciatura	206 392	-	110 216	-	96 176	-
Proporção (%)						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Bacharelado	71,4	78,0	75,5	83,0	59,9	65,1
Licenciatura	15,1	13,5	10,9	8,2	26,7	27,1
Tecnológico	9,5	8,6	10,7	8,8	6,3	7,8
Bacharelado e Licenciatura	4,0	-	2,9	-	7,1	-

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior 2009/2016.

Embora a implementação das políticas supracitadas seja recente, é possível observar seu impacto nas duas redes de ensino superior. De 2009 a 2016, houve expansão de 808 902 para 1,19 milhões do total de matrículas em cursos de bacharelado presencial nas instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e, nas instituições privadas, de 2,84 milhões para 3,88 milhões de matrículas. Logo, o percentual de aumento dessas matrículas na rede pública foi de 47,7% e na rede privada de 36,8% durante o período. Além das políticas aqui destacadas, especificamente voltadas para

a democratização do acesso ao ensino superior, outros programas e ações do governo para a rede pública contribuíram para a expansão dessa rede, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e o Sistema de Seleção Unificada - SiSU.

O percentual de alunos que frequentavam o bacharelado presencial nas instituições públicas por meio de reserva de vagas quadruplicou de 2009 a 2016, passando de 5,6% para 22,7% (de 45 676 para 270 648 matrículas).

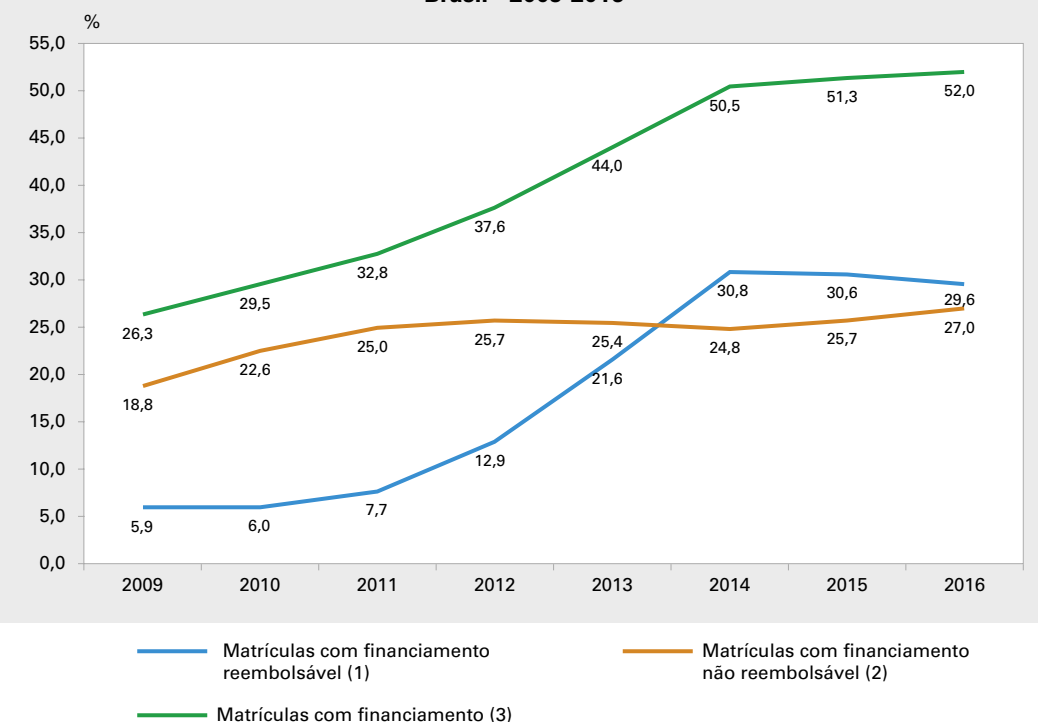
As instituições privadas de ensino superior (com fins lucrativos e sem fins lucrativos) também ampliaram o percentual de matrículas associadas a algum tipo de financiamento estudantil, conforme o Gráfico 13. Do total de 2,84 milhões de matrículas no setor privado em cursos de bacharelado presenciais em 2009, 26,3% contavam com algum tipo de auxílio financeiro, seja por meio de financiamentos sem contração de dívida por parte do aluno (financiamentos não-reembolsáveis), seja através de subsídios aos juros pagos nos financiamentos estudantis reembolsáveis. Em 2016, mais da metade (52,0%) das 3,88 milhões de matrículas no setor privado nesses cursos se beneficiava de algum tipo de auxílio financeiro.

Em 2009, o percentual de matrículas em cursos de bacharelado presenciais com financiamento não reembolsável era de 18,8%, passando para 27,0% (1,04 milhões de matrículas) em 2016. Somente o PROUNI, em suas duas modalidades, integral e parcial, atendia 8,4% e 10,3% dessas matrículas em 2009 e 2016, respectivamente.

De forma mais intensa, houve aumento no percentual de matrículas em cursos de bacharelado presenciais nas instituições privadas com contração de dívida pelo estudante, ou seja, com financiamento estudantil reembolsável, em especial via FIES (Gráfico 13). Esse percentual passou de 5,9% em 2009 para 29,6% em 2016, totalizando 1,15 milhões de matrículas. Somente o FIES foi responsável por atender 28,1% dessas matrículas em 2016. Em 2009, o percentual dessas matrículas com acesso ao FIES era de 4,2%.

O período de expansão mais acentuado das matrículas com FIES foi de 2010 a 2014, durante o qual o percentual de matrículas em cursos de bacharelado presenciais com algum financiamento reembolsável quintuplicou (de 6,0% para 30,8%), sendo que o percentual de matrículas com FIES passou de 4,5% para 29,7%, representando praticamente a totalidade dessas bolsas. A concessão de bolsas a juros subsidiados por meio do FIES não estabeleceu limite de renda para adesão ao programa até o dia 10 de abril de 2012, quando foi posta em vigor a Portaria Normativa n. 7. Essa portaria restringiu o financiamento a alunos com renda familiar mensal bruta *per capita* abaixo de 10 salários mínimos para o financiamento de 100% do valor da mensalidade e de até 20 salários mínimos para 50% do valor da mensalidade. Os percentuais da população com ensino médio completo cujo rendimento mensal real domiciliar *per capita* situa-se acima de 10 e 20 salários mínimos são, respectivamente, 0,4% e 0,1%. Logo, o limite de renda da nova normativa praticamente não restringiu a concessão de financiamentos durante o período de maior expansão do FIES.

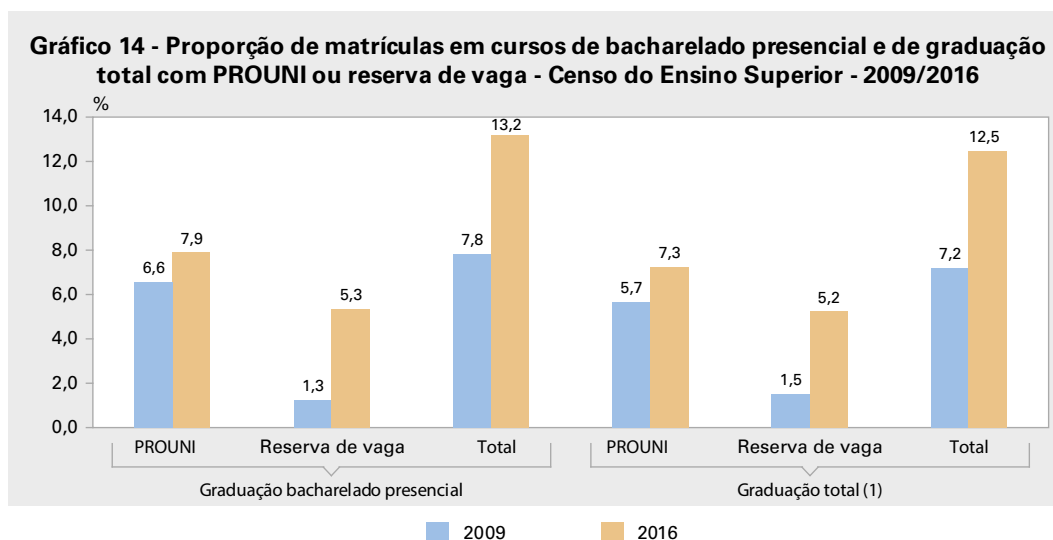
Gráfico 13 - Proporção de matrículas em cursos de bacharelado presencial nas instituições privadas com financiamento estudantil reembolsável, não reembolsável e total Brasil - 2009-2016



Fonte: INEP, Censo da Educação Superior 2009-2016.

(1) Reembolsável: FIES, governo estadual, governo municipal, Instituição de Ensino Superior ou entidades externas. (2) Não reembolsável: ProUni Integral, ProUni Parcial, governo estadual, governo municipal ou Instituição de Ensino Superior ou entidades externas. (3) Financiamento estudantil: financiamento estudantil reembolsável ou financiamento estudantil não reembolsável.

Em suma, do total de 5,08 milhões de matrículas de bacharelado presencial em 2016, 13,2% foram contempladas por alguma medida democratizante que priorizasse explicitamente grupos desfavorecidos, como o acesso dos alunos oriundos da rede pública de ensino médio ao ensino superior público, via reserva de vagas, ou privado, com PROUNI, como demonstra o Gráfico 14. Desse total, o sistema de cotas nas universidades públicas respondeu por 5,3% e o PROUNI, nas universidades privadas, por 7,9%. Em 2009, o percentual dessas matrículas era de 7,8%, sendo 1,3% proveniente das cotas e 6,6% do PROUNI. Logo, o aumento de 5,4 pontos percentuais das matrículas no bacharelado presencial voltado para o cumprimento das estratégias 12.5 e 12.9 do PNE decorreu em sua maior parte (75,5%) da expansão das matrículas por reserva de vagas na rede pública de ensino superior. O mesmo pode ser dito em relação a todos os cursos de graduação, independentemente da modalidade e grau acadêmico, pois a reserva de vagas na rede pública foi responsável por 70,0% do total do aumento de 5,3 pontos percentuais dessas matrículas que seguiram explicitamente normas de acesso democratizantes de 2009 a 2016, lembrando que a rede pública no Brasil atende apenas $\frac{1}{4}$ dos alunos do ensino superior.



Fonte: INEP, Censo da Educação Superior 2009/2016.

(1) Graduação presencial ou à distância, de bacharelado, licenciatura ou tecnológico da rede pública ou privada.

Taxa de ingresso no ensino superior

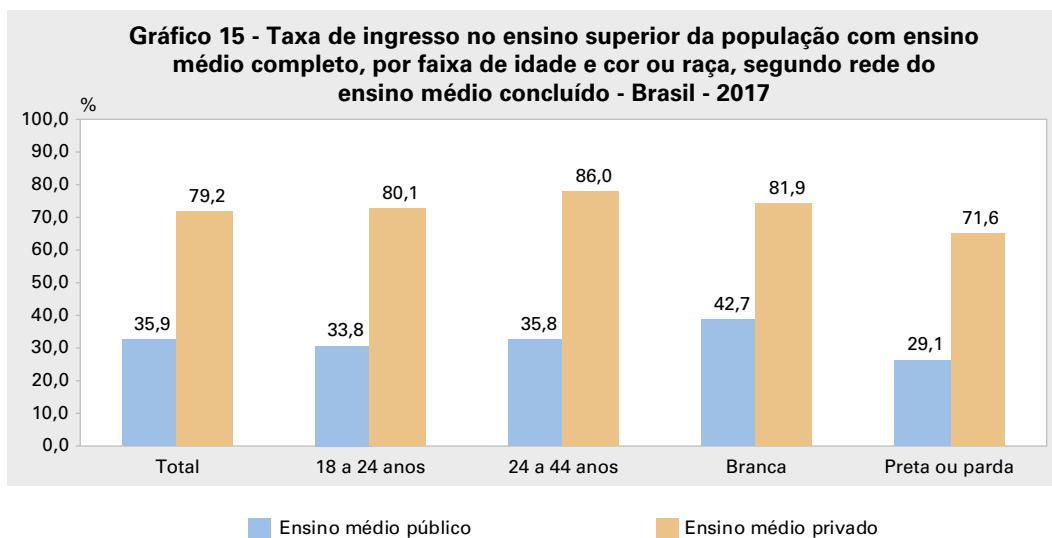
Outra forma de evidenciar as desigualdades de ingresso no ensino superior é por meio da taxa de ingresso. Essa taxa representa o percentual da população com qualificação mínima requerida para ingressar no ensino superior, isto é, que concluiu ao menos o ensino médio, e que de fato entrou o ensino superior, independentemente de ter concluído ou não esse nível. De acordo com dados do módulo anual de educação da PNAD Contínua, essa taxa era de 43,2% em 2017, mas esse valor varia de acordo com a rede de origem do estudante.

Constata-se que há um diferencial considerável nessa taxa de ingresso. Do total de pessoas com pelo menos o ensino médio completo, em 2017, 67,7% haviam frequentado apenas a rede pública, 28,2% apenas a rede privada e 4,2% ambas. No primeiro grupo, 35,9% dos estudantes conseguiu ingressar no ensino superior, enquanto esse indicador atingiu 79,2% para os estudantes do segundo grupo. Em outras palavras, a taxa de ingresso ao ensino superior dos alunos oriundos da escola privada era mais do que o dobro daquela obtida pelos oriundos da rede pública de ensino médio. Essa desigualdade na taxa de ingresso ao ensino superior entre as redes de ensino médio não apresentou uma tendência de redução entre os grupos etários selecionados. A taxa de ingresso da rede privada ao ensino superior foi 2,4 vezes maior do que a da rede pública entre pessoas de 18 a 24 e de 25 a 44 anos de idade, conforme o Gráfico 12.

Se compararmos a taxa de ingresso ao ensino superior por cor ou raça, observamos que 51,5% dos brancos com ensino médio completo ingressaram no ensino superior, enquanto 33,4% dos pretos e pardos nas mesmas condições conseguiram ingressar nesse nível. A desigualdade racial também é expressiva entre aqueles provenientes do ensino médio público, na medida em que a taxa de ingresso dos brancos foi de 42,7% e a dos pretos ou pardos de 29,1%, de acordo com o Gráfico 15.

A rede pública de ensino médio atende a maioria dos estudantes e lida com alunos cujas características socioeconômicas são mais heterogêneas, conforme ressaltado anteriormente. Nesse caso, os efeitos do rendimento das famílias e da cor ou raça nas chances de ingressar no ensino superior contribuem para dificultar ainda mais

o acesso de quem estudou na escola pública. Por sua vez, os estudantes do ensino médio privado apresentam rendimento mais elevado e seu perfil socioeconômico tende a ser mais homogêneo, o que não foi suficiente para eliminar a vantagem na taxa de ingresso ao ensino superior dos brancos em relação aos pretos ou pardos. Em 2017, a taxa de ingresso dos brancos provenientes do ensino médio privado foi de 81,9% e a dos pretos ou pardos, de 71,6% (Gráfico 15). Esses resultados vão ao encontro de estudos anteriores que concluíram que a desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil é marcada pela estratificação racial e que essa desigualdade parece ser ainda mais acentuada nos níveis mais elevados do sistema educacional (SILVA, 2003; RIBEIRO, 2009, 2011).

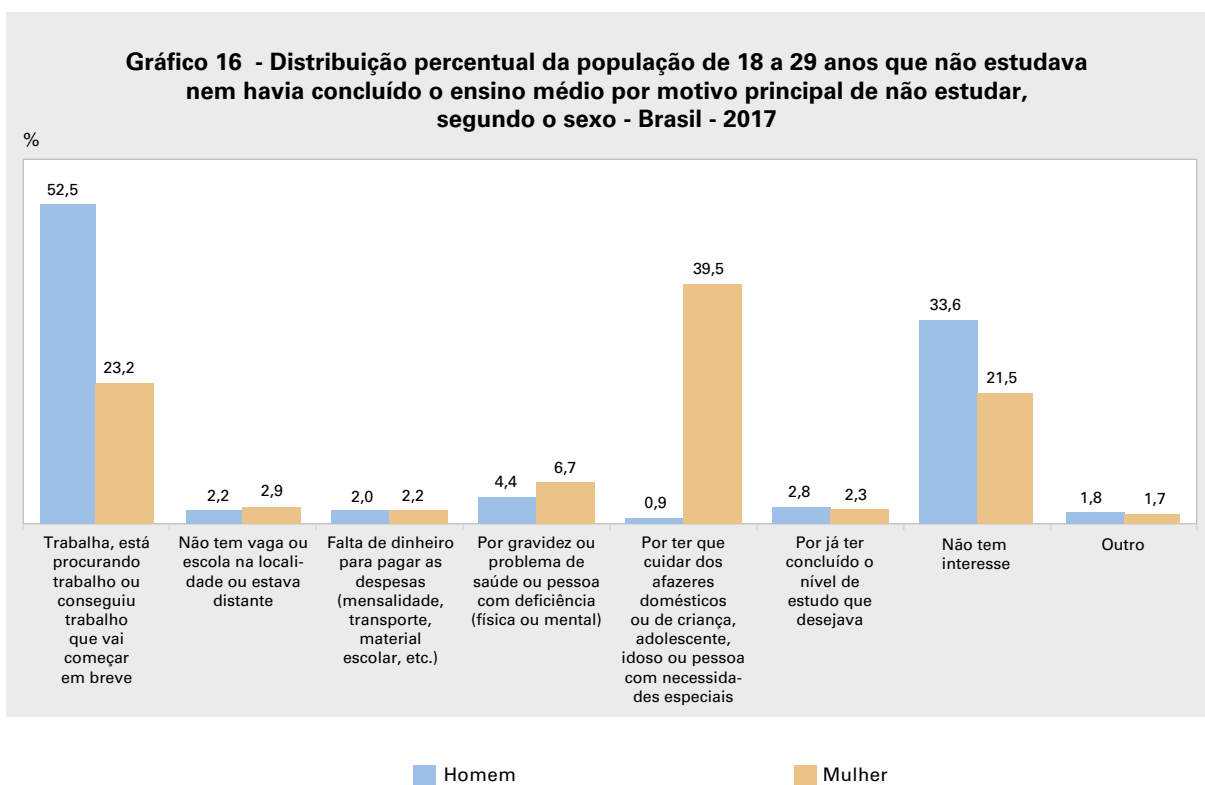


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

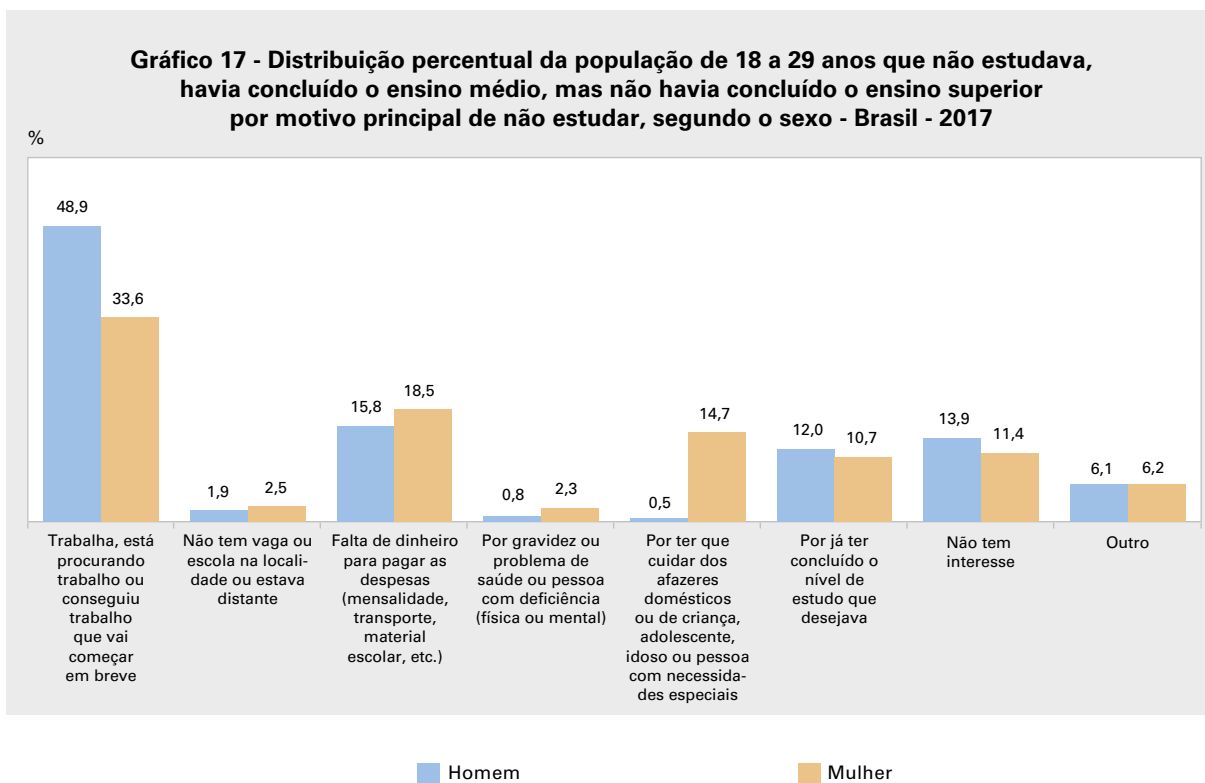
Principal motivo de não estudo dos jovens

Entender o principal motivo dos jovens sem graduação não seguirem os seus estudos contribui para o diagnóstico da dificuldade encontrada por eles para alcançar o ensino superior completo. Para isso, foram comparados dois grupos de jovens de 18 a 29 anos de idade sem ensino superior em relação ao principal motivo para não frequentar escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional. O primeiro grupo não havia nem completado o ensino médio, isto é, não estava habilitado a ingressar no ensino superior, e o segundo grupo havia completado o ensino médio, podendo seguir seus estudos para a etapa subsequente, o ensino superior, mas não haviam concluído esse nível.

De acordo com os dados do módulo de educação da PNAD Contínua 2017 re-tratados nos Gráficos 16 e 17, os jovens homens pertencentes aos dois grupos, sem e com ensino médio completo, não estudavam principalmente devido ao envolvimento com o mercado de trabalho, isto é, por precisarem trabalhar, procurar trabalho ou aguardar início do trabalho. Esse motivo também se mostrou relevante para as jovens, mas há um percentual consideravelmente maior delas que não estudavam devido à dedicação aos afazeres domésticos e cuidados. Essa situação praticamente não foi observada entre os homens, sem e com ensino médio completo. Por sua vez, esse motivo concentrou 39,5% das jovens sem ensino médio e 14,7% das jovens com ensino médio que não haviam concluído o ensino superior.



Fonte: IBGE. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

A falta de recursos constituiu um obstáculo mais relevante para seguir estudando entre os jovens com ensino médio completo do que entre os jovens sem esse nível. Entre os jovens homens, observa-se que 2,0%, do grupo sem ensino médio completo afirmou ser a falta de dinheiro o principal motivo para não seguir estudando. Esse percentual foi de 15,8% quando os jovens com ensino médio completo foram selecionados. O mesmo pôde ser observado entre as jovens, cujos percentuais para os dois grupos, sem e com ensino médio completo, eram: 2,2% e 18,5%, respectivamente. Por sua vez, a falta de interesse é mais relevante para os jovens sem ensino médio completo em comparação com os jovens com ensino médio completo, tanto para homens quanto para mulheres. A proporção dos jovens cujo principal motivo para não estudar era a falta de interesse atingiu 33,6% para aqueles sem ensino médio e apenas 13,9% para aqueles com esse nível. Essa mesma proporção entre as jovens foi de 21,5% e de 11,4%, respectivamente.

Complementarmente, a alta taxa de desistência divulgada pelo INEP com dados do Censo da Educação Superior 2015 é um indício de dificuldade de permanência desses estudantes no ensino superior. Observa-se na Tabela 2 que, em 2015, mais da metade (54,6%) daqueles que ingressaram no ensino superior em 2010 não estavam mais no curso para o qual ingressaram. Apesar de se tratar da desistência do curso, não significando que o estudante tenha necessariamente desistido da formação superior (pela possibilidade de troca de curso), esse é um indicador que chama atenção pela sua magnitude.

Tabela 2 - Taxa de desistência do curso de ingresso acumulada, dos ingressantes de 2010, nos cursos de graduação por grau acadêmico, segundo a modalidade e a rede de ensino Brasil - 2015

Grau Acadêmico	Presencial			EaD			Total geral
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	
Total	43,6	56,1	53,1	53,5	62,1	61,3	54,6
Bacharelado	40,2	57,0	53,7	50,7	67,4	66,3	54,8
Licenciatura	45,9	53,2	49,7	53,5	58,0	57,2	52,4
Tecnológico	60,2	52,8	54,0	63,5	61,5	61,5	56,6

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior 2015.

Nota: A taxa de desistência acumulada em 2015 é a média das desistências por código de curso, ponderada pelo número de ingressantes.

Tendo em vista esse panorama de desigualdades que permeia o acesso, permanência e conclusão do ensino superior brasileiro, há muito que avançar em termo de políticas públicas para que a expansão desse nível tenha como prioridade a inserção de grupos desfavorecidos, conforme preconizam as estratégias 12.5 e 12.9 do PNE. As melhorias recentes no acesso ao ensino superior não foram suficientes para superar o baixo percentual da população brasileira com ensino superior completo, o perfil de rendimento mais privilegiado de seus estudantes, a persistente desigualdade nas taxas de ingresso por rede de ensino médio frequentado e as barreiras econômicas impostas aos jovens para dar continuidade aos seus estudos.

Referências

ALBERTO, M. de F. P. et. al. O trabalho infantil doméstico e o processo de escolarização. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte: Associação Brasileira de Psicologia Social, v. 23, n. 2, p. 293-302, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a10v23n2.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

ALKIRE, S. et al. *Multidimensional poverty measurement and analysis*. New York: Oxford University Press, 2015. 356 p.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. *Counting and multidimensional poverty measurement*. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative - OPHI, 2008. 33 p. (OPHI working papers, n. 7). Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução n. 3.842, de 10 de março de 2010. Fixa a taxa efetiva de juros do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=Res&ano=2010&numero=3842>>. Acesso em: nov. 2018.

BARNETT, W. S. Effectiveness of early educational intervention. Washington, DC: *Science*, v. 333, n. 6045, Aug. 2011 , p. 975-978.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. *Pobreza multidimensional no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2006. 37 p. (Texto para discussão n. 1227). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1688/1/TD_1227.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S; MENDONÇA, R. *A importância da queda recente da desigualdade na redução para pobreza*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2007. p. 22. (Texto para discussão, n. 1256). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1256.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. S. P. de. *Trabalho infantil no Brasil: rumo à erradicação*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. 24 p. (Texto para discussão, n. 1506). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1506.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

BAUER, R. A. (Org.). *Social Indicators*. Cambridge [Estados Unidos]: The MIT Press, 1966. 357 p.

BIELSCHOWSKY, R.; TORRES, M. *Desarrollo e igualdad: el pensamiento de la CEPAL en su séptimo decênio: textos seleccionados del período 2008-2018*. Santiago: Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2018. 561 p. (Colección 70 años, n. 1). Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43540/1/S1800087_es.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

BOTELHO, L. C. *Descentralização e centralização na federação brasileira pós-1988*. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4724>. Acesso em: nov. 2018.

BOURGUIGNON, F. et al. The millennium development goals: an assessment. In: KANBUR, R.; SPENCE, M. (Ed.). *Equity and growth in a globalizing world*. Washington, DC: World Bank, Commission on Growth and Development, 2010. p. 17-39. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTPREMNET/Resources/489960-1338997241035/Growth_Commission_Equity_Growth_Globalizing_World.pdf>. Acesso em: nov. 2018

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm>. Acesso em: abr. 2017.

_____. Constituição (1988). Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, DF, ano 143, n. 243, 20 dez. 2006. Seção 1, p. 5-6. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm>. Acesso em: nov. 2018.

_____. Constituição (1988). Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3o ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União [...] e dá nova redação ao § 4o do art. 211 e ao § 3o do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. *Diário Oficial da União*, Congresso Nacional, Brasília, DF, ano 146, n. 216, 12 nov. 2009. Seção 1, p. 8. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: nov. 2018.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Brasília, DF, ano 100, n. 279, 28 dez. 1961. Seção 1, p. 11509. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 34, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833-27841. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 138, n. 135, 13 jul. 2001, Seção 1. p. 2-3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: nov. 2018.

_____. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei n 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 142, n. 10, 14 jan. 2005. Seção 1, p. 7-8. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: nov. 2018.

_____. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 149, n. 169, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: nov. 2018.

_____. Lei n. 12.796, de 4 de abril e 2013. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 150, n. 65, 5 abr. 2013. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm>. Acesso em: nov. 2018.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 151, n. 120, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1-7. Edição extra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: nov. 2018.

_____. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 154, n. 134, 14 jul. 2017. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em: nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. *PNE em movimento*. Brasília, DF, [2018]. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: nov. 2018.

_____. Ministério da Educação. Portaria normativa n. 7, de 26 de abril de 2013. Regulamenta o disposto no art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 150, n. 81, 29 abr. 2013. Seção 1, p. 10-11. Disponível em: <http://portal.impresanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30542310/do1-2013-04-29-portaria-normativa-n-7-de-26-de-abril-de-2013-30542306>. Acesso em: nov. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Indicadores da qualidade na educação infantil 2009*. Brasília, DF, 2009. 64 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Diagnóstico dos serviços de água e esgotos 2016*. Brasília, DF, 2018. 218 p. Acima do título: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS. Disponível em <http://etes-sustentaveis.org/wp-content/uploads/2018/03/Diagnostico_AE2016.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

BRITO, A. S. *O papel do salário mínimo na redução da desigualdade da distribuição de renda no Brasil entre 1995 e 2013*. 125 p. 2015. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3028626>. Acesso em: nov. 2018.

CAMPOS, M. M. Educação infantil: o debate e a pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 101, p. 113-127, jul. 1997. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/754>>. Acesso em: nov. 2018.

CAMPOS, M. M. et al. A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. *Educação e Pesquisa*, São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP, v.37, n.1, 15-33, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28269>>. Acesso em: nov. 2018.

CHAMBERS, R. L. Outlier robust finite population estimation. *Journal of the American Statistical Association*, Alexandria [Estados Unidos]: American Statistical Association - ASA; Oxfordshire: Taylor & Francis, v. 81, n. 396, p. 1063-1069, Dec. 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2289084?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: nov. 2018.

CHILDHOOD poverty in Latin America and the Caribbean. Washington, DC: World Bank Group, 2016. 4 p. Acima do título: Poverty and inequality monitoring: Latin America and the Caribbean. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/556441468196194868/pdf/106573-BRI-PUBLIC.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

COBHAM, A. *Palma vs Gini: measuring post-2015 inequality*. London: Center for Global Development, 2013. Disponível em: <<http://www.cgdev.org/blog/palma-vs-gini-measuring-post-2015-inequality>>. Acesso em: nov. 2018.

COMISSÃO NACIONAL PARA OS ODS (Brasil). *Plano de ação 2017-2019*. Brasília, DF, 2017. 40 p. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019>>. Acesso em: nov. 2018.

CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL (México). Metodología para la medición multidimensional de la pobreza en México. *Realidad, Datos y Espacio: revista internacional de estadística y geografía*, Aguascalientes [México]: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - Inegi, v. 2, n. 1, p. 36-63, enero/abr. 2011. Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/rde/2011/01/10/metodologia-para-la-medicion-multidimensional-de-la-pobreza-en-mexico/>>. Acesso em: nov. 2018.

DAFLON, V. T.; FERES JUNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: nov. 2018.

DÚVIDAS mais freqüentes sobre educação infantil. Brasília, DF:, Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Infantil, 2013. 25 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8169-duvidas-mais-frequentes-relacao-educacao-infantil-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: nov. 2018.

EDUCAÇÃO 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 12 p. Acima do título: Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101434_informativo.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

EDUCAÇÃO 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 16 p. Acima do título: Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101560_informativo.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

EDUCATION at a glance 2017: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2017. 452 p. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2017-en>>. Acesso em: nov. 2018.

EDUCATION at a glance 2018: OECD Indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2018. 458 p. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/eag-2018-en>>. Acesso em nov. 2018.

EMPLOYMENT, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya. Geneva, International Labour Office - ILO, 1972. 600 p. Disponível em: <<http://www.wiego.org/publications/employment-incomes-and-equality-strategy-increasing-productive-employment-kenya>>. Acesso em: nov. 2018.

FERES, J. C.; VILLATORO, P. *A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2013. 88 p. (Cadernos de estudos desenvolvimento social em debate, n. 15). Disponível em: <<http://docplayer.com.br/14827709-Cadernos-de-estudos-desenvolvimento-social-em-debate-a-viabilidade-de-se-erradicar-a-pobreza-uma-analise-conceitual-e-metodologica.html>>. Acesso em: nov. 2018.

FERREIRA, E. M.; SARAT, M. "Criança (s) e infância (s)": perspectivas da história da educação. *Revista Linhas*, Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc, Programa de Pós-Graduação em Educação, v. 14, n. 27, p. 234-252, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/issue/view/277>>. Acesso em: nov. 2018.

FERREIRA, F.; SANCHEZ, C. A richer array of international poverty lines. In: WORLD BANK. *Let's talk development*. Washington, DC, 2017. Disponível em: <<http://blogs.worldbank.org/developmenttalk/richer-array-international-poverty-lines>>. Acesso em: nov. 2018.

FILZMOSER, P.; GUSSENBAUER, J.; TEMPL, M. Detecting outliers in household consumption survey data. Viena [Austria]: Vienna University of Technology, 2016. 84 p. (Deliverable 4. Final report contract with the World Bank). Disponível em: <<http://www.ihsn.org/node/695>>. Acesso em: nov. 2018.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. *Econometrica*, New Haven: The Econometric Society, v. 52, n. 3, p. 761-776, May 1984. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1913475?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: nov. 2018.

FRESNEDA, B. Evolução das desigualdades de oportunidades educacionais no ensino médio brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2014. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2184/2139>>. Acesso em: nov. 2018.

FROM EDUCATION to work: a difficult transition for young adults with low levels of education. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2005. 116 p. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264009196-en.pdf?expires=1541683111&id=id&accname=guest&checksum=4F56C80193138F09A9E84110A4CC9D9F>> Acesso em: nov. 2018.

GWET, J. P.; RIVEST, L. P. Outlier resistant alternatives to the ratio estimator. *Journal of the American Statistical Association*. Alexandria [Estados Unidos]: American Statistical Association - ASA, v. 87, p. 1174-1182, 1992. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01621459.1992.10476275?journalCode=uasa20>>. Acesso em: nov. 2018.

HASENBALG, C. A Transição da escola ao mercado de Trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (Org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2003. p. 147-172.

HECKMAN, J. J. *Invest in early childhood development: reduce deficits, strengthen the economy*. [S.l.]: Heckman, July 2013. Disponível em: <<https://heckmanequation.org/resource/invest-in-early-childhood-development-reduce-deficits-strengthen-the-economy/>>. Acesso em: nov. 2018.

INCHAUSTE, G. et al. *Understanding changes in poverty*. Washington, DC: World Bank Group, 2014. 171 p. (Directions in development. Poverty). Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/275271468336660502/pdf/802480PUB0978100Box385239B00PUBLIC0.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

INDICADORES educacionais. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: nov. 2018.

INDICADORES sociais: relatório 1979. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 441 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=28120>>. Acesso em: nov. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Agenda 2030: Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Proposta de adequação*. Brasília: Ipea, 2018. 494 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 17., 2003, Geneva. *Guidelines concerning a statistical definition of informal employment*. Geneva: International Labour Office - ILO, 2003. [4] p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_087622.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 19., 2013, Geneva. *Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization: resolution I*. Geneva: International Labour Office - ILO, 2013. 19 p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_230304.pdf> Acesso em: nov. 2018.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Decent work indicators: guidelines for producers and users of statistical and legal framework indicators: ILO manual: second version*. Geneva, ILO, 2013. 257 p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---integration/documents/publication/wcms_229374.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

JOLLIFFE, D.; PRYDZ, E. B. Estimating international poverty lines from comparable national thresholds. *The Journal of Economic Inequality*, New York: Springer, v. 14, n. 2, p. 185-198, June 2016.

KUHLMANN JÚNIOR, M. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, n. 14, p. 5-18, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: nov. 2018.

LILA, M. F; FREITAS, M. P. S de. *Estimação de intervalos de confiança para estimadores de diferenças temporais na pesquisa mensal de emprego*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 101 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 22). Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Notas_Tecnicas/Documentacao.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

O MANIFESTO dos pioneiros da educação nova. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, v. 65, n. 150, p. 407-25, maio / ago. 1984. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

MARE, R. D. Social background and school continuation decisions. *Journal of the American Statistical Association*, Alexandria [Estados Unidos]: American Statistical Association - ASA, v. 75, p. 295–305, 1980.

_____. Change and stability in educational stratification. *American Sociological Review*, Washington, DC: American Sociological Association - ASA, v. 46, n. 1, p. 72–87, Feb. 1981.

MELHUIISH, E. Efeitos de longo prazo da educação infantil: evidências e política. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 43, n. 148, p. 124-149, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: nov. 2018.

MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. Educação e queda recente da desigualdade no Brasil. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2007. 2 v. p. 285-304. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Livrocompleto3.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. *Articulando os programas de governo com a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e os objetivos de desenvolvimento sustentável: orientações para organizações políticas e a cidadania*. San José: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD Brasil, 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/ODS/Articulando%20os%20Programas%20de%20Governo%20com%20a%20Agenda%202030-compressed.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2016. 18 p. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio e revisado pela Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desensust/ODSportugues12fev2016.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

OSORIO, R. G.; SOARES, S. S. D.; SOUZA, P. H. G. F. *Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2011. 58 p. (Texto para discussão, 1619). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1619.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

OUTRAS formas de trabalho 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 16 p. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101560_informativo.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

PALMA, J. G. *Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the “inverted-u”*: the share of the rich is what it’s all

about. Cambridge [Reino Unido]: University of Cambridge, Faculty of Economics, 2011. 65 p. (Cambridge working papers in economics - CWPE, 1111). Disponível em: <<http://www.econ.cam.ac.uk/research-files/repec/cam/pdf/cwpe1111.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas: Universidade de Campinas, Faculdade de Educação, n. 33, p. 78-95, mar. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555/7124>>. Acesso em: nov. 2018.

PERFIL do trabalho decente no Brasil. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho - OIT, 2009. 57 p. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/perfil-trabalho-decente-brasil.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

PERFIL do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da federação. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho - OIT, 2012. 412 p. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_234424.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

PERSPECTIVAS sociais e de emprego no mundo: tendências para mulheres no mercado de trabalho 2017. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho - OIT, 2017. 1 p. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_558014.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua. Nota técnica 01/2017: atualização de valor de rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 1 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_012017.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua: notas técnicas: versão 1.5. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101621>>. Acesso em: nov. 2018.

PLATAFORMA agenda 2030: acelerando as transformações para a agenda 2030 no Brasil. [Brasília, DF]: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, [2018?]. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em: nov. 2018.

PNAD 2009: primeiras análises: distribuição de renda entre 1995 e 2009. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. 21 p. (Comunicados do IPEA, n. 63). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101005_comunicadoipea63.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

POBREZA y derechos sociales de niñas, niños y adolescentes en México: 2008-2010. México, D.F: Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia - Unicef; Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social, 2013. 133 p. Disponível em: <[https://www.unicef.org/mexico/spanish/UnicefPobreza_web_ene22\(3\).pdf](https://www.unicef.org/mexico/spanish/UnicefPobreza_web_ene22(3).pdf)>. Acesso em: nov. 2018.

RAO, C. R. Some aspects of statistical inference in problems of sampling for finite populations. In: GODAMBE, V. P.; SPOTT, D. A. *Foundations of Statistical Inference*. New York City: Holt, Rinehart e Winston do Canadá, 1971. 519 p.

RIBEIRO, C. A. C. Contínuo racial, mobilidade social e “embranquecimento” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, v. 32, n. 95, nov. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000300512>. Acesso em nov. 2018.

_____. Desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil: classe, gênero e raça. In: RIBEIRO, C. A. C. *Desigualdade de oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 21-71. (Trabalho e desigualdade).

_____. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: nov. 2018.

RIBEIRO, S. C. A pedagogia da repetência. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, n. 4, p. 73-85, jul./dez. 1991. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/eae/n4/n4a05.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?* Rio de Janeiro: FGV Ed., 2003. 244 p.

SAMMONS, P. et. al. Influences on children's attainment and progress in key stage 2: cognitive outcomes in year 6. Nottingham, UK: Department for Children, Schools and Families, 2008. Disponível em: <<https://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=2805&context=sspapers>>. Acesso em: nov. 2018.

SANTOS, M. E. et al. Refining the basic needs approach: a multidimensional analysis of poverty in Latin America. In: BISHOP, J. A. (Ed.). *Studies in applied welfare analysis: papers from the third ECINEQ meeting*. [Bingley, UK]: Emerald Group Publishing Limited, 2010. p. 1-29. (Research on Economic Inequality, v. 18).

SEGURANÇA alimentar 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 134 p. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

SEN, A. Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econometrica*, Cleveland: The Econometric Society, v. 44, p. 219-231, mar. 1976. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/Sen-1976.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

_____. Poor relatively speaking. *Oxford Economic Papers*, New Series, Oxford: Oxford University Press, v. 35, n. 2, p. 153-169, July 1983. Disponível em: <<https://are.berkeley.edu/courses/ARE251/fall2008/Papers/sen83.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

SILVA, N. do V. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (Org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, c2003. p. 105-146.

SIMÕES, A.; ALKMIM, A. C. (Org.). *Indicadores sociais: passado, presente e futuro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. (Documentos para disseminação. Memória institucional, 21). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101153.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

SÍNTESE de indicadores sociais 2012: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 289 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 29). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=17068&t=publicacoes>>. Acesso em: nov. 2018.

SÍNTESE de indicadores sociais 2013: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 266 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 32). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

SÍNTESE de indicadores sociais 2016: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 138 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=9222&t=publicacoes>>. Acesso em: nov. 2018.

SÍNTESE de indicadores sociais 2017: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 141 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 37). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=9222&t=publicacoes>>. Acesso em: nov. 2018.

SISTEMA de Contas Nacionais: Brasil 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: nov. 2018.

SOARES, S. S. D. *Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2009. 50 p. (Texto para discussão, n. 1381). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1381.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

SOUZA, F. P. de; RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Desigualdade de oportunidades no Brasil: considerações sobre classe, educação e raça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs, v. 25, n. 73, p. 77-100, jun, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: nov. 2018.

TRABALHO Infantil 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 8 p. Acima do título: Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388_informativo.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

UNITED NATIONS. Committee on Economic, Social and Cultural Rights. *General comment n. 4: the right to adequate housing: art. 11 (1) of the Covenant*. [6] p. Trabalho apresentado na 6th session of the Committee on Economic, Social and Cultural Rights - CESCR, realizada em Geneva, 1991. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CESCR/Shared%20Documents/1_Global/INT_CESCR_GEC_4759_E.doc>. Acesso em: nov. 2018

UNITED NATIONS. General Assembly. *The road to dignity by 2030: ending poverty, transforming all lives and protecting the planet*. Synthesis report of the Secretary-General on the post-2015 sustainable development agenda. [New York], 2014. 34 p. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/69/700&Lang=E>. Acesso em: nov. 2018.

WHAT does NEETs mean and why is the concept so easily misinterpreted? Geneva: International Labour Office - ILO, 2015. 13 p. (Technical brief, n. 1). Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/publication/wcms_343153.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

WORLD BANK INSTITUTE. Introduction to poverty analysis. Washington, DC, 2005. 218 p. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/PGLP/Resources/PovertyManual.pdf>>. Acesso em nov. 2018.

WORLD employment and social outlook: trends 2017. Geneva: International Labour Office - ILO, 2017. 56 p. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_541211.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

WORLD employment and social outlook: trends 2018. Geneva: International Labour Office - ILO, 2018. 81 p. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_615594.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

Anexos

1 Notas sobre a PNAD Contínua

2 Grupamentos e divisões de atividade

3 Nota técnica sobre estatísticas de rendimento por décimos e outros percentuais da população na PNAD Contínua

4 Nota técnica sobre deflacionamento das variáveis de rendimento na Síntese de Indicadores Sociais 2018

5 Nota técnica sobre tratamento para outlier na base PNAD Contínua 2016 de primeiras entrevistas para cálculo dos indicadores da Síntese de Indicadores Sociais 2018

1 Notas sobre a PNAD Contínua⁴⁴

O Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, implantado progressivamente no Brasil a partir de 2006, teve como finalidade a reformulação das pesquisas domiciliares do IBGE, cujo objetivo foi, entre outros, proporcionar indicadores sobre o mercado de trabalho de curto prazo, com abrangência nacional, produzindo informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. O SIPD constitui um modelo de produção de pesquisas amostrais domiciliares no qual o planejamento, a execução, a análise e a disseminação dos resultados são conduzidos de forma coordenada, não só facilitando o atendimento de novas demandas como também otimizando os recursos utilizados. Destaca-se, entre outros aspectos, que a amostra de cada uma das pesquisas desse sistema corresponde a uma parte ou à integralidade de uma amostra mestra, e os conceitos e os processos são harmonizados entre elas.

Dentre as pesquisas que fazem parte do SIPD, está a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua que, a partir de janeiro de 2012, foi implantada em todo o Território Nacional, passando a fazer parte, em caráter definitivo, do conjunto de pesquisas correntes do IBGE. Ela destina-se a produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho associada a características demográficas e de educação, e, também, para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País, agregando a produção de resultados anuais sobre temas permanentes da pesquisa (como trabalho infantil e outras formas de trabalho, migração, fecundidade etc.) e outros aspectos relevantes selecionados de acordo com as necessidades de informação.

A PNAD Contínua visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes, investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, sendo produzidos, também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares.

Data e períodos de referência

Semana de entrevista - Semana de domingo a sábado destinada à realização das entrevistas nas unidades domiciliares de um determinado grupo de setores.

Semana de referência - Semana de domingo a sábado que precede a semana de entrevista. Esse período é utilizado, por exemplo, na captação de informações sobre pessoas ocupadas, dias e horas trabalhados efetivamente, dedicação à atividade de produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso, e dedicação à atividade de cuidado de pessoas.

Último dia da semana de referência - Data que finaliza a semana de referência. É utilizada como data de referência para calcular a idade das pessoas, o tempo de permanência no trabalho das pessoas ocupadas, e o tempo de procura de trabalho para as não ocupadas.

⁴⁴ Extraído das notas técnicas da PNAD Contínua, que podem ser acessadas no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101621_notas_tecnicas.pdf>.

Período de referência de 30 dias - Período de 30 dias que finaliza no último dia da semana de referência. Esse período é utilizado na captação de informações sobre a procura efetiva de trabalho.

Período de referência de 30 dias contados a partir do 1o dia da semana de referência - Período utilizado na captação de informações sobre a disponibilidade das pessoas ocupadas para iniciar um trabalho adicional ou trocar de trabalho.

Mês de referência - Mês anterior ao que contém a semana de referência. Esse período é utilizado na captação de informações sobre os rendimentos de trabalho efetivamente recebidos, além de outros rendimentos, tais como: pensão alimentícia, seguro-desemprego etc.

Plano amostral

O plano amostral adotado na PNAD Contínua é conglomerado em dois estágios de seleção, com estratificação das unidades primárias de amostragem. A definição de tais unidades levou em consideração o tamanho dos setores censitários, sendo que cada uma delas devia possuir ao menos 60 domicílios particulares permanentes, incluindo os ocupados, os ocupados sem entrevista realizada e os vagos. Um setor censitário que possuía 60 ou mais domicílios particulares permanentes constituiu sozinho uma unidade primária de amostragem. Por outro lado, os setores censitários com tamanho menor que o mínimo definido foram agrupados dentro do mesmo subdistrito, respeitando a contiguidade, o tipo e a situação dos setores, até que o grupo formado tivesse ao menos 60 domicílios particulares permanentes. Cada um dos grupos assim formados constituiu uma unidade primária de amostragem.

Esquema de rotação da amostra de domicílios

A PNAD Contínua tem periodicidade de coleta trimestral, ou seja, a amostra total de domicílios é coletada em um período de três meses para, ao final desse ciclo, serem produzidas as estimativas dos indicadores desejados.

Um dos principais interesses em pesquisas contínuas que acompanham mercado de trabalho é a inferência a respeito de mudanças no comportamento dos indicadores, considerando o período de divulgação definido. Nessas situações, a amostra é planejada de tal forma que haja rotação dos domicílios selecionados, mantendo uma parcela sobreposta entre dois períodos de divulgação subsequentes.

No caso da PNAD Contínua, o esquema de rotação da amostra adotado foi o esquema 1-2(5), que é o mais eficiente quando um dos principais interesses da pesquisa é a inferência a respeito de mudanças em indicadores trimestrais. Nesse esquema, o domicílio é entrevistado um mês e sai da amostra por dois meses seguidos, sendo esta sequência repetida cinco vezes. Para a operacionalização desse esquema, foi necessário definir 15 grupos de rotação de domicílios (painéis), dividindo a amostra de unidades primárias de amostragem nesses grupos. A cada mês do trimestre, são pesquisados cinco grupos e, ao final do período, a amostra é acumulada para produção dos indicadores.

Tamanho da amostra

A PNAD Contínua visita, trimestralmente, 15 096 unidades primárias de amostragem espalhadas em todo o Território Nacional. Em cada uma delas, 14 domicílios são visitados, totalizando 211 344 domicílios por trimestre. A coleta das 15 096 unidades primárias de amostragem de um trimestre é distribuída em 12 semanas, de forma a manter um equilíbrio na carga de trabalho. Assim, a cada semana, aproximadamente 1 310 ($\frac{1}{12}$ da amostra) unidades primárias de amostragem são entrevistadas, e, a cada mês, cerca de 5 032 unidades primárias de amostragem ($\frac{1}{3}$ da amostra) são visitadas.

Características de trabalho

O conceito de trabalho abrange diferentes formas de produção de bens e serviços para consumo próprio ou de terceiros:

- a) Trabalho em ocupação - Trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens e serviços; ou trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, realizado em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, que recebe em conjunto a remuneração pelo trabalho;
- b) Trabalho na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo das pessoas moradoras do domicílio ou de parentes que residem em outro domicílio;
- c) Trabalho voluntário;
- d) Trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas; ou
- e) Trabalho nos afazeres domésticos.

O item a), trabalho em ocupação, apresenta a forma de trabalho adotada para definir a força de trabalho. Este conceito de trabalho em ocupação, utilizado a partir do quarto trimestre de 2015, já está ajustado à Resolução I da 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho - CIET. Anteriormente, no que concerne ao Notas técnicas, versão 1.0 trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, somente era assim considerado se fosse em ajuda na atividade econômica de membro do domicílio.

Classificações utilizadas

Ocupações

As ocupações foram classificadas utilizando-se a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar, que foi desenvolvida pelo IBGE para as pesquisas domiciliares, tendo como referência a International Standard Classification of Occupations - ISCO-08 (Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones - CIUO-88), da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO). A CBO-Domiciliar mantém-se idêntica à ISCO-08 no nível mais agregado (grande grupo) e reagrupa alguns subgrupos principais, subgrupos e grupos de base, considerando as especificidades nacionais e as dificuldades de sua captação com precisão nas pesquisas domiciliares.

Atividade

A classificação da atividade do empreendimento foi obtida por meio da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade à qual a pessoa estava vinculada. Para a pessoa que trabalhava por conta própria, a classificação foi feita de acordo com a natureza da atividade exercida. As atividades foram classificadas utilizando-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar 2.0, que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0. A CNAE-Domiciliar 2.0 mantém-se idêntica à CNAE 2.0 nos níveis mais agregados (seção e divisão), com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o atacado do varejo; reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares; e desagrega algumas atividades de interesse para as pesquisas domiciliares. A CNAE 2.0 tem como referência a International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC (Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIU), 4ª revisão, das Nações Unidas.

Disseminação dos resultados

As tabelas de resultados da PNAD Contínua e os coeficientes de variação associados às estimativas constantes nas tabelas são divulgados no portal do IBGE na Internet, como indicado a seguir:

- **Periodicidade mensal**

Conjunto restrito de indicadores nacionais relacionados à força de trabalho, obtidos por médias móveis trimestrais, apenas no nível geográfico de Brasil.

- **Periodicidade trimestral**

Conjunto detalhado de indicadores relacionados à força de trabalho, para todos os níveis geográficos da pesquisa: Brasil; Grandes Regiões; Unidades da Federação; 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia); Municípios das Capitais; e Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Grande Teresina.

- **Periodicidade anual**

Conjunto de indicadores relacionados aos demais temas suplementares permanentes da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho, com detalhamento variável, para todos os níveis geográficos da 22 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua pesquisa: Brasil; Grandes Regiões; Unidades da Federação; 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia); Municípios das Capitais; e Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Grande Teresina

- **Periodicidade variável**

Indicadores para outros temas ou tópicos dos temas permanentes da pesquisa, investigados ocasionalmente para suprir necessidades de informações para a formulação e gestão de políticas públicas, com abrangência geográfica também variável.

2 Grupamentos e divisões de atividade

Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Agropecuária)

- Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados
- Produção florestal
- Pesca e aquicultura

Indústria geral (Indústria)

- Indústrias extrativas
- Indústrias de transformação
- Eletricidade e gás
- Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação

Construção

- Construção e incorporação de edifícios
- Obras de infraestrutura
- Serviços especializados para construção

Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (Comércio e reparação)

- Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
- Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas

Administração pública, defesa e seguridade social (Administração pública)

- Administração pública, defesa e seguridade social

Educação, saúde humana e serviços sociais (Educação, saúde e serviços sociais)

- Educação
- Atividades de atenção à saúde humana
- Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, inclusive prestadas em residências coletivas e particulares
- Serviços de assistência social sem alojamento

Serviços domésticos

- Serviços domésticos

Demais serviços

- Transporte terrestre
- Transporte aquaviário
- Transporte aéreo
- Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes
- Correio e outras atividades de entrega
- Alojamento
- Alimentação
- Edição e edição integrada à de impressão
- Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e de música
- Atividades de rádio e de televisão

Telecomunicações

Atividades dos serviços de tecnologia da informação

Atividades de prestação de serviços de informação

Atividades de serviços financeiros

Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde

Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde

Atividades imobiliárias

Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria

Atividades de consultoria em gestão empresarial

Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas

Pesquisa e desenvolvimento científico

Publicidade e pesquisas de mercado

Outras atividades profissionais, científicas e técnicas

Atividades veterinárias

Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros

Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra

Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas

Atividades de vigilância, segurança e investigação

Serviços para edifícios e atividades paisagísticas

Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados a empresas

Atividades artísticas, criativas e de espetáculos

Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental

Atividades de exploração de jogos de azar e apostas

Atividades esportivas e de recreação e lazer

Atividades de organizações associativas

Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos

Outras atividades de serviços pessoais

Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Atividades mal definidas

Atividades mal definidas

3 Nota técnica sobre estatísticas de rendimento por décimos e outros percentuais da população na PNAD Contínua

Esta nota descreve como os décimos e outros percentuais da população são estabelecidos para o cálculo de estatísticas de rendimento como, por exemplo, o rendimento médio do 1º décimo da população, com os dados da PNAD Contínua.

Para a construção dos décimos e outros percentuais, a população é ordenada em função da renda de interesse (rendimento domiciliar *per capita*, rendimento efetivo ou habitual do trabalho) e depois dividida em 15 classes (ou grupos) com percentuais da população previamente definidos, como: até 5%, de 5% até 10% e mais de 90% até 95%, cada um contendo 5% da população; até 10%, mais de 10% até 20%, mais de 20% até 30%, mais de 30% até 40%, mais de 40% até 50%, mais de 50% até 60%, mais de 60% até 70%, mais de 70% até 80%, mais de 80% até 90%, mais de 90% até 100%, todas contendo 10% da população; mais de 95% até 99%, contendo 4% da população; e mais de 99% até 100%, contendo 1% da população. Assim, por exemplo, a primeira classe (até 5%) contém indivíduos com os menores rendimentos registrados e a última classe (mais de 99% até 100%) contém os maiores rendimentos registrados. Estas classes podem ser agrupadas em classes maiores, por exemplo, até 20%, mais de 20% até 40%, etc. Em seguida, são calculadas as estatísticas de rendimento de cada classe.

Nas tabelas, estes grupos são reportados como classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento ou classes de percentual de domicílios em ordem crescente de rendimento. Cabe mencionar que o conjunto de pessoas considerado nos cálculos varia segundo o conceito de rendimento utilizado. Por exemplo, quando os décimos são baseados no rendimento domiciliar *per capita*, são considerados apenas os dados dos moradores em domicílios particulares permanentes com condição no domicílio diferente de empregado doméstico, parente de empregados doméstico e pensionista. Quando os décimos são baseados nos rendimentos do trabalho, são considerados apenas os ocupados com rendimento.

Como a pesquisa é feita por amostragem, cada pessoa possui um peso, o qual deve ser considerado para determinar o ponto de corte de cada classe. O método adotado permite que se divida a população em grupos que contenham um percentual fixo da população. No entanto, pessoas ou domicílios com rendimentos iguais podem ser alocadas em classes diferentes. Os bancos de dados da PNAD Contínua são ordenados por estrato, unidade primária de amostragem, código de domicílio e número de ordem da pessoa. Cabe ressaltar que a ordem do banco não altera as estatísticas de rendimentos das classes definidas acima. Entretanto, a ordem do banco altera a classificação dos indivíduos. Se o usuário desejar replicar a classificações das pessoas, utilizadas nas tabulações dos dados por décimos (ou outros percentuais), deve seguir o passo a passo abaixo, de acordo com o nível geográfico (Brasil, Grande Região, Unidade da Federação ou Município da Capital) de interesse para o qual a informação será produzida.

Passo a passo:

1. Ordenar o banco de dados da PNAD Contínua pelas variáveis que identificam estrato, unidade primária de amostragem, código de domicílio e número de ordem da pessoa, nesta ordem e de forma crescente;
2. Ordenar o banco novamente, desta vez por ordem crescente da variável de rendimento, dentro do nível geográfico de interesse;
3. Acumular os pesos das pessoas (ou domicílios, quando for o caso) ordenadas no item (2), dentro do nível geográfico de interesse;
4. Dentro do nível geográfico de interesse, alocar os primeiros indivíduos (ou domicílios, quando for o caso) na classe de rendimento 1, os seguintes são alocados na classe de rendimento 2 e assim sucessivamente, de acordo com o tamanho da classe de rendimento desejada.

4 Nota técnica sobre deflacionamento das variáveis de rendimento na Síntese de Indicadores Sociais 2018

O IBGE, por meio dessa nota, esclarece o procedimento adotado para atualizar os rendimentos, obtidos através da PNAD Contínua, divulgados na Síntese de Indicadores Sociais 2018.

Os indicadores de rendimento são divulgados em termos reais. Para o deflacionamento dos rendimentos nominais, originalmente disponíveis, é utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Esse índice é parte integrante do Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor - SNIPC que contempla atualmente 13 Regiões Metropolitanas, dois Municípios das Capitais e o Distrito Federal. Este procedimento segue a mesma metodologia das divulgações da PNAD Contínua segundo o recorte anual, utilizando como deflator médio do ano a média dos deflatores mensais por nível geográfico, conforme pode ser visto no Anexo 3 - Esclarecimentos sobre o deflacionamento dos rendimentos anuais da PNAD Contínua das notas técnicas da pesquisa⁴⁵. Os valores dos deflatores podem ser encontrados na documentação dos microdados anuais⁴⁶.

Quanto às classes de salário mínimo, o valor de referência é o salário mínimo nominal de 2017, equivalente a R\$ 937,00. Desta forma, para a construção das classes de salário mínimo, os rendimentos são deflacionados para reais médios de 2017 e as classes são definidas a partir do valor de referência R\$ 937,00.

Com relação às classes de rendimento, os valores podem ter sido deflacionados para reais médios de 2017 ou para reais médios do mesmo ano. De forma geral, quando se tem foco nos valores dos rendimentos o deflacionamento é feito levando para reais médios do último ano, já quando o foco é nos percentuais de pessoas ou domicílios dentro dos grupos, o deflacionamento leva para reais médios do mesmo ano. Em cada tabela que faz uso de informações de rendimento, está identificado o formato do deflacionamento aplicado.

Um caso específico das classes de rendimento é relacionado às classes pelas linhas sugeridas pelo Banco Mundial para medir pobreza monetária. Tais linhas seguem diferentes critérios e calculam a incidência da pobreza a partir de um certo ganho diário em dólares (US\$), definido em 2011 pela Paridade do Poder de Compra (PPC) (CHILDHOOD..., 2016; FERREIRA; SANCHEZ, 2017). Os diversos valores são de-

⁴⁵ Mais informações, consultar a publicação: PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua: notas técnicas: versão 1.5. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101621>>. Acesso em: nov. 2018.

⁴⁶ Material disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Documentacao/>. Acesso em nov. 2018.

lineados conforme uma avaliação do corte ideal para capturar a pobreza do país em relação ao resto do mundo, mas também controlando por seu nível de desenvolvimento, sendo eles: US\$ 1,90, US\$ 3,20 e US\$ 5,50 por dia. Na Síntese de Indicadores Sociais, estes valores são convertidos em reais, com o fator de conversão R\$ 1,66 para US\$ 1,00 em 2011, e posteriormente transformados para valores mensais e atualizados para comparação com os rendimentos em reais médios de 2017. O intuito ao utilizar esta classificação é comparar de forma adequada os níveis de renda, considerando através do PPC os diferentes custos de vida dos países, da mesma forma que leva em conta a evolução inflacionária no Brasil. Também constam na publicação as linhas de referência para concessão do benefício do Bolsa Família, segundo os valores vigentes desde julho de 2016 (Até R\$ 85,00 e até R\$ 170,00), aplicados tanto aos anos de 2016 quanto 2017. A partir de julho de 2018, esses valores sofreram reajustes e passaram para R\$ 89,00 e R\$ 178,00, não sendo considerados aqui.

5 Nota técnica sobre tratamento para *outlier* na base PNAD Contínua 2016 de primeiras entrevistas para cálculo dos indicadores da Síntese de Indicadores Sociais 2018

O IBGE, por meio dessa nota, esclarece o tratamento para *outlier* na base PNAD Contínua 2016 de primeiras entrevistas para cálculo dos indicadores da Síntese de Indicadores Sociais 2018.

Conforme a Nota técnica 01/2017⁴⁷, foi identificado um indivíduo com rendimento considerado como valor extremo, com rendimento referente ao trabalho principal no valor de R\$ 1 000 000,00. Este valor foi confirmado junto ao informante, de forma que se optou por manter o valor original nas bases de dados.

Contudo, por se tratar de um resultado destoante do padrão de rendimento (*outlier*), os indicadores de rendimento e de desigualdade são muito influenciados por este caso pontual, que não reflete uma mudança real no padrão da população. Desta forma, para os indicadores de rendimento e de desigualdade na Síntese de Indicadores Sociais 2018, a base de dados de 2016, primeiras entrevistas, recebeu tratamento para *outlier*, visando diminuir a influência deste caso isolado nos indicadores agregados da população.

Na identificação dos outliers em dados de pesquisas amostrais, estes podem ser classificados de duas formas, representativos ou não representativos (CHAMBERS, 1986). O primeiro caso se refere àqueles que são considerados corretos e que representam de fato uma fração da população não amostrada. Por outro lado, os não representativos podem constituir algum erro de medição ou casos únicos que não representam a fração da população não amostrada.

No caso do *outlier* de rendimento identificado, a informação foi confirmada junto ao informante, porém considera-se este caso não seja representativo da parcela da população, caracterizando um outlier não representativo. Casos como este podem ser tratados aplicando peso amostral unitário (RAO, 1971; GWET; RIVEST, 1992; FILZMOSER; GUSSENBAUER; TEMPL, 2016). Este tratamento foi aplicado, mantendo a informação original de rendimento e recalculando o peso amostral dentro da unidade primária de amostragem onde está situado o *outlier*. Primeiramente o tratamento é realizado no peso sem pós estratificação pela projeção de população. Tanto o próprio indivíduo quanto as pessoas que residem no mesmo domicílio receberam peso amostral unitário. Os demais domicílios que compõem a unidade primária de amostragem foram reponderados, de forma que a soma dos pesos dentro da unidade primária de amostragem seja mantida igual. Em seguida os pesos com pós estratificação foram recalculados, a partir dos novos pesos sem pós estratificação.

⁴⁷ Para informações mais detalhadas, consultar: PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua. Nota técnica 01/2017: atualização de valor de rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 1 p. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_012017.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

Este tratamento foi aplicado apenas aos indicadores sensíveis à influência do outlier, que estão identificados nas tabelas com a nota: "Base de dados recebeu tratamento para *outlier*". São eles, por capítulo:

Estrutura econômica e mercado de trabalho: 1.5a, 1.8a, 1.9a, 1.12, 1.13, 1.14, 1.25a, 1.26a;

Padrão de vida e distribuição de renda: 2.3, 2.3a, 2.6, 2.9, 2.10, 2.11, 2.25, 2.26, 2.27;

Educação: nenhum.

Glossário

acesso domiciliar à Internet Condição dos domicílios onde ao menos um dos moradores tem acesso à internet no próprio domicílio, por qualquer equipamento.

adensamento domiciliar excessivo Categoria em que se classifica o domicílio particular permanente que tem um número médio superior a três moradores por cômodo utilizado como dormitório.

aluguel mensal Valor do aluguel do domicílio particular permanente alugado relativo ao mês de referência da pesquisa.

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

banheiro Cômodo destinado a banho, isto é, que dispõe de chuveiro ou banheira, e que também dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejeções.

classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento Classificação da população em ordem crescente da renda de interesse (rendimento domiciliar *per capita*, rendimento efetivo ou habitual do trabalho, entre outros). Como exemplo, tem-se a divisão em 15 classes ou grupos percentuais previamente definidos, tais como: até 5%, de 5% até 10% e mais de 90% até 95%, cada um dos quais contendo 5% da população; até 10%, mais de 10% até 20%, mais de 20% até 30%, mais de 30% até 40%, mais de 40% até 50%, mais de 50% até 60%, mais de 60% até 70%, mais de 70% até 80%, mais de 80% até 90%, mais de 90% até 100%, contendo, cada, 10% da população; mais de 95% até 99%, contendo 4% da população; e mais de 99% até 100%, contendo 1% da população. Assim, o primeiro quinto de renda possui

os 20% de unidades com os menores rendimentos, enquanto o último quinto possui os 20% de unidades com os maiores rendimentos. Um outro exemplo é a divisão em décimos de renda, na qual se obtêm 10 grupos, cada um dos quais com 10% das unidades desejadas. Neste caso, o primeiro décimo de renda possui os 10% de unidades com os menores rendimentos, enquanto o último décimo possui os 10% de unidades com os maiores rendimentos.

condição de ocupação do domicílio Classificação do domicílio particular permanente em: próprio - já pago – quando o domicílio é de propriedade, total ou parcial, de morador, estando integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno; próprio – ainda pagando aquisição – quando o domicílio é de propriedade, total ou parcial, de morador, e não está integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno; alugado – quando o aluguel do domicílio é, total ou parcialmente, pago por morador; cedido – quando o domicílio é cedido gratuitamente por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora (parente ou não), ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação, inclusive o domicílio cujo aluguel é integralmente pago, direta ou indiretamente, por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora; ou outra – quando o domicílio é ocupado em condição diferente das anteriormente arroladas, como, por exemplo, no caso de invasão.

consumo final das famílias Despesa de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

cor ou raça Característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda ou indígena.

décimos de rendimento Ver classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento

distribuição funcional da renda Repartição da renda gerada no processo produtivo, considerando a função desempenhada pelos agentes nesse processo. A ótica da renda do Sistema de Contas Nacionais identifica assim a parcela da renda gerada na economia: destinada ao trabalho assalariado – remuneração; aos ganhos potenciais do capital – excedente operacional bruto; à parcela mista trabalho-capital que cabe ao trabalho autônomo – rendimento misto bruto; e aos governos – impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação.

divisão em percentis de renda Ver classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento

domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando

com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

domicílio particular Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O domicílio particular é classificado em: permanente – localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento ou cômodo); ou improvisado – localizado em unidade que não possui dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc. que esteja servindo de moradia.

domicílio particular improvisado *Ver* domicílio particular

domicílio particular permanente *Ver* domicílio particular

dormitório Cômodo que está em caráter permanente sendo utilizado para esta finalidade por morador do domicílio particular permanente.

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

empregador Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

força de trabalho Conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência.

força de trabalho ampliada Soma das pessoas que compõem a força de trabalho com a parcela das pessoas que se encontram na força de trabalho potencial.

força de trabalho potencial Conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. Este contingente é formado por dois grupos: pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; e pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

hiato da pobreza Medida de pobreza que calcula a que distância os indivíduos estão abaixo de uma determinada linha de pobreza (hiatos da pobreza) como proporção da linha de pobreza. É uma medida que identifica quanto falta, em média, para que cada indivíduo, com rendimentos abaixo dessa linha, a alcance.

hiato médio Ver hiato da pobreza

horas trabalhadas no trabalho principal Número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal.

impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção, descontando os subsídios.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários, descontando os subsídios.

índice (ou coeficiente) de Gini Medida de desigualdade relativa obtida a partir da Curva de Lorenz, que relaciona o percentual acumulado da população em ordem crescente de rendimentos (eixo x) e o percentual acumulado de rendimentos (eixo y). Quando os percentuais acumulados de população correspondem aos percentuais acumulados de rendimentos (10% da população com 10% dos rendimentos, por exemplo), tem-se a linha de perfeita igualdade. A Curva de Lorenz representa a distribuição real de rendimentos de uma dada população, tendo, em geral, formato convexo. Quanto mais afastada da linha de perfeita igualdade, mais desigual a distribuição. O índice de Gini é uma medida numérica que representa o afastamento de uma dada distribuição de renda (Curva de Lorenz) da linha de perfeita igualdade, variando de "0" (situação onde não há desigualdade) a "1" (desigualdade máxima, ou seja, toda a renda apropriada por um único indivíduo).

índice de Palma Medida de desigualdade relativa obtida a partir da razão entre o rendimento concentrado pelos 10% da população com os maiores rendimentos e o rendimento concentrado pela população com os 40% menores rendimentos. Nessa publicação, está sendo usado o rendimento real efetivo de todas as fontes.

linha de pobreza Recorte na distribuição de consumo ou rendimentos que separa as unidades de análise (pessoas, famílias, domicílios) em pobres e não pobres. Existem diversas metodologias para gerar linhas de pobreza; as mais comuns são as linhas absolutas (com valores numéricos específicos), as relativas (uma proporção da média ou mediana dos rendimentos, por exemplo), e as subjetivas (baseadas na percepção das pessoas).

média de moradores por dormitório Total de habitantes residentes em domicílio particulares permanentes dividido pelo total de cômo-

dos utilizados de forma permanente como dormitório nos domicílios particulares permanentes.

nível de ocupação **Percentagem das pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.**

ônus excessivo com aluguel Categoria em que se classifica o domicílio particular permanente alugado em que o valor do aluguel iguala ou supera a proporção de 30% da renda domiciliar mensal.

paredes construídas predominantemente com materiais duráveis Quando as paredes externas do prédio onde se localiza o domicílio particular permanente são predominantemente de alvenaria (tijolo, adobe, pedra, concreto pré-moldado ou aparente), taipa revestida ou madeira aparelhada.

paridade de poder de compra Medida utilizada para comparar o poder de compra entre diferentes países ou moedas, como alternativa à taxa de câmbio, que, em geral, varia em decorrência de mudanças nos índices de preços, da volatilidade do mercado de capitais e da especulação. O fator de conversão de paridade de poder de compra (PPC) é o número de unidades da moeda de um país necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno como dólares comprariam nos Estados Unidos.

PIB *Ver* produto interno bruto

pobreza Condição de pessoas, famílias ou domicílios em situação de vulnerabilidade por não ter acesso a rendimentos, consumo ou a uma cesta de bens e serviços considerados essenciais para o sustento. A pobreza é um fenômeno multidimensional e pode ser medida com uma abordagem que dá conta de diversas dimensões de restrição de acesso. Ao mesmo tempo, a abordagem mais recorrente utiliza valores monetários, isto é, rendimentos ou consumo (pobreza monetária).

pobreza monetária Condição de pessoas, famílias ou domicílios que se encontram abaixo de uma linha de pobreza baseada em rendimentos ou consumo. A linha ou as linhas utilizadas podem ser únicas no país ou variar regionalmente, além de serem construídas segundo diversas metodologias. *Ver também* linha de pobreza.

população desocupada Pessoas de 14 anos ou mais de idade sem trabalho em ocupação na semana de referência que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

população em idade de trabalhar Pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência.

população na força de trabalho Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas ou desocupadas na semana de referência.

população ocupada Pessoas de 14 anos ou mais de idade que, na semana de referência, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana por motivo de férias, licença, falta, greve etc.

população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas Pessoas que, na semana de referência, atendiam a quatro condições: tinham 14 anos ou mais de idade; trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos; gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em: empregado, trabalhador doméstico, trabalhador por conta própria, empregador, ou trabalhador auxiliar familiar.

posse de máquina de lavar roupa Existência de máquina de lavar roupa (aparelho que desenvolve, de forma automática, todas as etapas da lavagem de roupa, desde a entrada de água na máquina, passando pelos processos de agitação e enxágue, até o de centrifugação), no domicílio particular permanente.

posse de telefone Existência de telefone, fixo ou celular, no domicílio particular permanente.

posse de televisão Existência de televisão, preto e branco ou em cores, no domicílio particular permanente.

PPC Ver paridade de poder de compra

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final, sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado, sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção – o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa – o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo,

mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; e c) da renda – o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

quintos de renda Ver classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento

razão de rendimentos Relação entre os rendimentos médios mensais das pessoas de determinado grupo etário, com rendimento, em determinados estratos (normalmente décimos) populacionais ordenados em forma crescente de rendimentos. A razão 10/40 relaciona o rendimento médio dos 10% com os maiores rendimentos com o rendimento médio dos 40% com os menores rendimentos. A razão 20/20 relaciona o rendimento médio dos 20% com os maiores rendimentos com o rendimento médio dos 20% com os menores rendimentos.

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

rendimento do trabalho principal Rendimento do único trabalho que a pessoa tem na semana de referência. Para a pessoa que tem mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotam-se os seguintes critérios para definir o trabalho principal desse período: o trabalho da semana de referência no qual tem maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Este mesmo critério é adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados e que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona maior rendimento.

rendimento efetivo Rendimento bruto ou retirada bruta que a pessoa recebeu, de fato, no mês de referência, como pagamento dos trabalhos que tinha na semana de referência. O rendimento efetivo difere do habitual pois considera parcelas que não tenham caráter contínuo (13o salário, 14o salário, férias, comissões, horas extras, bonificações, participação nos lucros etc.) e descontos ocasionais (falta, adiantamento de parcela do 13o salário etc.). A partir do 4o trimestre de 2015, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua mudou a captação do rendimento efetivo ao introduzir dois quesitos recordatórios.

rendimento habitual Rendimento bruto ou retirada bruta que a pessoa normalmente recebe como pagamento dos trabalhos que tinha na

semana de referência. No rendimento habitual, não são considerados parcelas ou descontos esporádicos. No caso de remuneração variável, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganhava, em média, no mês em que se inseria a semana de referência. Ver também rendimento efetivo.

rendimento-hora do trabalho principal Média do rendimento do trabalho principal dividido pela média do número de horas trabalhadas.

rendimento mensal de outras fontes Rendimento que compreende: a) o rendimento mensal, no mês de referência, normalmente recebido de jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal, inclusive Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Funrural) ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos animais etc.; doação ou mesada proveniente de pessoa não moradora na unidade domiciliar; programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, entre outros); e b) o rendimento médio mensal, no mês de referência, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria; etc. A PNAD Contínua captura os rendimentos de outras fontes efetivamente recebidos no mês atual.

rendimento mensal de todas as fontes Soma do rendimento do trabalho com o rendimento de outras fontes efetivamente recebido no mês.

rendimento mensal de trabalho Rendimento bruto (para o assalariado) ou retirada bruta mensal (para o empregador ou trabalhador por conta própria) habitualmente ou efetivamente recebidos em dinheiro, ou em produtos e mercadorias, como pagamento pelo trabalho de um mês completo em todos os trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência. Para os moradores classificados como assalariados, é captado o pagamento bruto recebido pelo empregado, militar ou trabalhador doméstico pelo trabalho de um mês completo, sem excluir o salário família nem os descontos correspondentes à previdência social (regimes públicos ou privados), imposto de renda, faltas, empréstimos em consignação etc. Para a pessoa que explorava um empreendimento como trabalhador por conta própria ou empregador, é considerada a retirada mensal, que é o rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc. A PNAD Contínua coleta

o rendimento normalmente recebido e o efetivamente recebido. *Ver também* rendimento efetivo.

rendimento mensal domiciliar Soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal domiciliar *per capita* Resultado da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar, exclusive o daqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento misto bruto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (trabalhadores por conta própria e empregadores autônomos), e que não pode ser identificada, separadamente, se proveniente do capital ou do trabalho.

rendimento nominal Rendimento reportado tal como é coletado, isto é, sem sofrer deflacionamento.

rendimento real Rendimento atualizado pela inflação para permitir uma comparação mais fidedigna no tempo. O rendimento real difere do rendimento nominal. Nesta publicação, todos os rendimentos foram deflacionados para reais médios de 2017 por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para o cálculo dos rendimentos em salários mínimos, os rendimentos coletados foram deflacionados para reais médios do último ano da série, que, nesta publicação, foi 2017. Considerou-se o valor nacional em vigor no mês de referência da pesquisa, que era R\$ 937,00.

situação do domicílio Classificação da localização do domicílio em urbana ou rural, definida por lei municipal vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.

taxa ajustada de frequência escolar líquida Proporção de pessoas que frequentam o nível de ensino adequado à sua faixa etária, ou já haviam concluído esse nível, de acordo com a organização do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

taxa composta da subutilização da força de trabalho Proporção da população subocupada por insuficiência de horas somada à população desocupada e à força de trabalho potencial, em relação à força de trabalho ampliada.

taxa de desocupação Proporção de pessoas desocupadas em relação à força de trabalho.

taxa de frequência escolar bruta Proporção de pessoas de um determinado grupo etário que frequentam escola em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

taxa de incidência ajustada Medida de incidência das restrições (do inglês *adjusted headcount*) que leva em conta o quantitativo de pessoas e a amplitude das restrições, isto é, em quantas dimensões, em média, se tem restrição de acesso.

taxa de ingresso no ensino superior Percentagem da população com qualificação mínima requerida para ingressar no ensino superior, isto é, que concluiu ao menos o ensino médio, e que de fato entrou no ensino superior, independentemente de ter concluído ou não esse nível.

taxa de participação na força de trabalho Proporção de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar

trabalhador familiar auxiliar Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era trabalhador por conta própria, empregador ou empregado.

trabalhador por conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

trabalho Exercício de: a) trabalho em ocupação - Trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens e serviços; ou trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, realizado em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, que recebe em conjunto a remuneração pelo trabalho; b) trabalho na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo das pessoas moradoras do domicílio ou de parentes que residem em outro domicílio; c) trabalho voluntário; d) trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas; ou e) trabalho nos afazeres domésticos.

trabalho formal Condição compreendida pelos empregados com carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos estatutários, militares, trabalhadores por conta própria e empregadores que contribuem para a previdência social.

trabalho informal Condição compreendida pelos empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria, empregadores que não contribuem para a previdência social e trabalhadores familiares auxiliares.

trabalho principal Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa. Para a pessoa com mais de um trabalho, isto é, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, considera-se como principal o trabalho da semana de referência no qual tem mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona o maior rendimento.

uso do banheiro Classificação do uso do banheiro do domicílio particular permanente em: só do domicílio - quando o banheiro é de uso exclusivo dos moradores do domicílio; ou comum a mais de um domicílio - quando o banheiro é de uso comum dos moradores do domicílio e de pelo menos um outro domicílio localizado no mesmo terreno ou propriedade.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Claudio Dutra Crespo

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Barbara Cobo Soares

Coordenação geral da Síntese de Indicadores Sociais

André Simões

Revisão final dos textos

André Simões

Barbara Cobo Soares

Claudio Dutra Crespo

Leonardo Athias

Luanda Botelho

Programação, processamento e tabulação dos resultados

Ailton Furtado

Isabel Luzia Nori dos Santos

Luiz Fernando Lima Costa

Paulo César Dick

Elaboração dos cartogramas

Bruno Mandelli Perez

Karina Porciuncula Santos

Leonardo Athias

Pedro Rocha de Moraes

Análise dos resultados

Mercado de trabalho

Antônio Carlos Alkimim dos Reis

Caroline Santos
João Hallak Neto
Luanda Botelho

Padrão de vida e distribuição de renda

Bruno Mandelli Perez
Leonardo Athias
Pedro Rocha de Moraes

Educação

Betina Fresneda
Caroline Santos
Luanda Botelho

Colaboradores

Karina Porciuncula Santos (Estagiária)
Paula Pagani Armbrust (Estagiária)

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Fernanda Jardim
Katia Vaz Cavalcanti
Leonardo Martins

Diagramação tabular e de gráficos

Aline Carneiro Damacena
Maria da Graça F. Lima
Solange Maria Mello de Oliveira

Diagramação textual

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual da publicação

Fernanda Jardim
Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização documental

Ana Raquel Gomes da Silva
Fabiana do Nascimento Cortes Muniz (Estagiária)
Juliana Chagas Moreira
Juliana da Silva Gomes
Lioara Mandoju
Nádia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos
Valéria Maria Melo (Estagiária)

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Impressão e acabamento

Newton Malta de Souza Marques

Helvio Rodrigues Soares Filho

Série Estudos e Pesquisas

Números Divulgados

Informação demográfica e socioeconômica - ISSN 1516-3296

Síntese de indicadores sociais 1998, n. 1, 1999.

Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil, n. 2, 1999.

População jovem no Brasil, n. 3, 1999.

Síntese de indicadores sociais 1999, n. 4, 2000.

Síntese de indicadores sociais 2000, n. 5, 2001.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000, n. 6, 2001.

Mapa do mercado de trabalho no Brasil 1992-1997, n. 7, 2001.

Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 8, 2002.

Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 9, 2002.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000, n. 10, 2002.

Síntese de indicadores sociais 2002, n. 11, 2003.

Síntese de indicadores sociais 2003, n. 12, 2004.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000, n.13, 2004.

Indicadores sociais municipais: uma análise da amostra do censo demográfico 2000, n.14, 2004.

Síntese de indicadores sociais 2004, n. 15, 2005.

Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000, n. 16, 2005.

Síntese de indicadores sociais 2005, n. 17, 2006.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003, n. 18, 2006.

Síntese de indicadores sociais 2006, n. 19, 2006.

Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos 1940 e 2000, n. 20, 2007.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2007, n. 21, 2007.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005, n. 22, 2008.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008, n. 23, 2008.

Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050, revisão 2008, n. 24, 2008.

Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil 2009, n. 25, 2009.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009, n. 26, 2009.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010, n. 27, 2010.

Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010, n. 28, 2010.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012, n. 29, 2012.

Tábuas abreviadas de mortalidade por sexo e idade - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, n. 30, 2013.

Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007- 2010, n. 31, 2013

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013, n. 32, 2013.

Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, n. 33, 2014.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014, n. 34, 2014.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015, n. 35, 2015.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016, n. 36, 2016.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017, n. 37, 2017.

Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, n.38, 2018.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2018, n. 39, 2018.

Informação geográfica - ISSN 1517-1450

Saneamento básico e problemas ambientais em Goiânia, n. 1, 1999.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002, n. 2, 2002.

Reserva ecológica do IBGE: ambientes e plantas vasculares, n. 3, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004, n. 4, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2008, n. 5, 2008.

Vetores Estruturantes da Dimensão Socioeconômica da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2009, n.6, 2009.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2010, n. 7, 2010.

Geoestatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal 2003, n. 8, 2011.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2012, n. 9, 2012.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2015, n. 10, 2015.

Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: Uma primeira aproximação, n. 11, 2017.

Informação econômica - ISSN 1679-480X

As micros e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001, n. 1, 2003.

Caracterização do setor produtivo de flores e plantas ornamentais no Brasil, n. 2, 2004.

Indicadores agropecuários 1996-2003, n. 3, 2004.

- As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002, n. 4, 2004.
2. ed. 2004.
- Economia do turismo: análise das atividades: características do turismo 2003, n.5, 2006.
- Demografia das empresas 2005, n.6, 2007.
- Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.7, 2008.
- As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005, n.8, 2008.
- Economia da saúde: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.9, 2008.
- Demografia das empresas 2006, n.10, 2008.
- O Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil 2003-2006, n. 11, 2009.
- Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2006, n.12, 2009.
- Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007, n.13, 2010.
- Demografia das Empresas 2008, n. 14, 2010.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2008, n. 15, 2011.
- Demografia das Empresas 2009, n. 16, 2011.
- Demografia das Empresas 2010, n. 17, 2012.
- Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009, n. 18, 2012.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2010, n. 19, 2012.
- As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010, n. 20, 2012.
- Demografia das Empresas 2011, n. 21, 2013.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2011, n. 22, 2013.
- Demografia das Empresas 2012, n. 23, 2014.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2012, n. 24, 2014.
- Demografia das Empresas 2013, n. 25, 2015.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2013, n. 26, 2015.
- Demografia das Empresas 2014, n. 27, 2016.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2014, n. 28, 2016.
- Demografia das Empresas 2015, n. 29, 2017.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2015, n. 30, 2017.
- Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo 2016, n. 31, 2018.

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS

UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA

DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

2018

Esta publicação reúne múltiplas informações sobre as condições de vida da população brasileira, acompanhadas de comentários que destacam, em cada uma das dimensões temáticas de análise, algumas das principais características observadas nos diferentes estratos populacionais, com base em indicadores que visam contemplar a heterogeneidade da sociedade sob a perspectiva das desigualdades sociais.

Ao longo de sua existência, a Síntese de Indicadores Sociais tem abarcado uma série de temas essenciais para o mapeamento dessas desigualdades e seus efeitos sobre a realidade social brasileira, sempre procurando incorporar assuntos atuais e relevantes para as políticas públicas. Com este propósito, a presente edição aprofunda a análise de tais questões a partir de três recortes primordiais: *Mercado de trabalho*, *Padrão de vida e distribuição de renda* e *Educação*. O primeiro capítulo relaciona a dinâmica do mercado de trabalho com o comportamento da economia entre 2012 e 2017, procurando ressaltar suas desigualdades estruturais, sobretudo aquelas evidenciadas pelo desemprego e a informalidade incidentes entre os grupos populacionais considerados mais vulneráveis, como pretos ou pardos, mulheres e jovens. O segundo capítulo aborda a questão das desigualdades a partir de indicadores de distribuição de rendimento; acesso a bens e serviços relacionados a condições de moradia; pobreza monetária; e restrições de acesso em múltiplas dimensões, como rendimentos, consumo, e disponibilidade de bens e serviços considerados essenciais para o sustento. O terceiro capítulo, por fim, trata da temática da educação, considerando dois níveis distintos: educação infantil e ensino superior.

Os indicadores são fartamente ilustrados com tabelas e gráficos para diferentes desagregações territoriais, chegando ao nível de Municípios das Capitais. Esse conjunto de informações também está disponibilizado no portal do IBGE na Internet, com tabelas que incluem indicadores apresentados no volume impresso e indicadores adicionais, com seus respectivos coeficientes de variação.

A principal fonte de informação para a construção dos indicadores ora divulgados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, de 2012 a 2017, do IBGE, complementada com outras estatísticas do Instituto provenientes do Sistema de Contas Nacionais - SCN. Utilizou-se ainda como fonte os registros do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

A sistematização desses indicadores atende a recomendações internacionais e contribui para a compreensão das modificações nos perfis demográfico, social e econômico da população, possibilitando, assim, o monitoramento de políticas sociais e a disseminação de informações relevantes para toda a sociedade brasileira.



ISBN 978-85-240-4479-3



9 788524 044793